

PREÁ

Revista de cultura

Natal, RN - Nº 17, Março/Abril, 2006

ANL faz 70 anos



*Academia Norte-rio-grandense
de Letras, fundada por Câmara
Cascardo, inicia comemorações pela
passagem dos seus 70 anos*

FLORÂNIA

Sob os signos dos mofumbais
e rainhas-dos-prados

SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Herança rural influencia
produção cultural

ENTREVISTA

Poeta Affonso Romano
de Sant'Anna

ENSAIO

Do sagrado ao profano no espaço
urbano da cidade potiguar

VI Concurso de Poesia Luís Carlos Guimarães

Inscrição

De 23 de maio a 23 de julho de 2006 - Os poemas e os dados dos autores deverão ser encaminhados ao Centro de Promoções Culturais da Fundação José Augusto, à Rua Jundiá, 641, Tirol, Natal, RN. CEP: 59020-120. Telefones: (084) 232-5321/5322.

Regulamento

Site da Fundação José Augusto: www.fja.rn.gov.br

Premiação

O concurso premiará até 15 autores, cabendo aos três primeiros uma importância em dinheiro de, respectivamente, dez, oito e cinco Salários Mínimos e 50 exemplares do livro que será editado pela Fundação José Augusto com os trabalhos premiados. Aos demais premiados, caberão menções honrosas e 25 exemplares do referido livro.



A palavra da casa

François Silvestre

Disse alguém, certa vez, que a vida é um dobrar de esquinas. E nunca sabemos como se encontra a rua que nos espera. Há ruas boas e ruas ruins.

A Preá foi a descoberta de uma bela e arborizada avenida. Banhada de cachos amarelos das acácias de abril. Revista que tem levado informações sobre a nossa cultura popular para bem longe das nossas fronteiras. A cultura popular não atrai muito a atenção da mídia. Ela prefere o charme das manifestações globais, da incultura planetária. Não é nobre, não é popular, não-autêntica, mas dá dinheiro. E o dinheiro é o que importa.


Aberta aos poetas, músicos, artesãos, pintores, cantores, atores, escritores, produtores, todos, enfim, têm na Preá um veículo de visibilidade fora dos limites do seu palco. Além do front. A Fundação José Augusto merece o respeito dos seus conterrâneos. Até porque já conquistou o respeito dos de longe.

Da primeira revista até hoje, há um notório esforço de não quebrar o ritmo da subida. Não nos move a vaidade. O que nos move é a convicção de que só teremos auto-estima coletiva, só teremos força tribal, se não perdermos o norte da nossa cultura. A cultura popular é essencial para o caráter coletivo de um povo em formação.

Num quadro de Dorian Gray, num poema de Juliano Siqueira, numa dança de Diana Fontes, numa crônica de Vicente Serejo, na perseverança de seu Cornélio Campina, na persistência de Racine Santos, no som da Orquestra Sinfônica ou da Banda de Cruzeta, no espaço do Teatro de Cultura Popular.

Essa é a nossa forma, nosso jeito de defender o patrimônio público. Retirando dos escombros a arquitetura esquecida, transformando ruínas em Casas de Cultura Popular.

De um convênio entre o Governo do Estado, Banco do Brasil e Fundação José Augusto, estamos administrando 7 milhões de reais nas obras de 26 Casas de Cultura. Vinte e duas já estão em processo acentuado de edificação. Das 40 Casas que estarão prontas até agosto, apenas três foram adquiridas mediante compra. Todas as outras foram doadas. Inclusive com doações particulares, como é o caso de Umarizal, Campo Grande e Janduís.

Taí sua Preá, caro leitor. Arme o seu fojo. 

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

Rua Jundiá, 641 - Tirol - CEP 59020-120

Fone/fax: (84) 3232.5327/3232.5304

Governadora

Wilma Maria de Faria

Presidente

Isaura Amélia Rosado

PREÁ - REVISTA DE CULTURA DO RIO GRANDE DO NORTE

ISSN 1679-4176

ANO IV Nº 17

MARÇO/ABRIL/2006

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PERIODICIDADE

BIMESTRAL

EDITOR

TÁCITO COSTA

tacitocosta@estadao.com.br

EDITOR ASSISTENTE

SÉRGIO VILAR

jrvq@digizap.com.br

ESTAGIÁRIOS

DAVID CLEMENTE E MICHELLI PESSOA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

LUCIO MASAACKI

infiniteimagem@infiniteimagem.com.br

(84)8805-1004

REVISOR

JOSÉ ALBANO DA SILVEIRA

CAPA

FOTO: ANCHIETA XAVIER

axphotographer@gmail.com



Fundada por Câmara Cascudo, em 1936, a Academia Norte-rio-grandense de Letras completa 70 anos. O seu atual presidente, poeta Diógenes da Cunha Lima, fala sobre a história da instituição e as comemorações de aniversário.



O fotógrafo Henrique José assina textos e fotos sobre o caju, uma das frutas mais tradicionais do Rio Grande do Norte. Dele, já publicamos ensaio fotográfico sobre a mangaba.

Expediente / A palavra da casa	3
Cartas	6
ANL completa 70 anos	8
O rock cênico do "SeuZé"	16
Eugênio Netto: As memórias de um escalador de montanhas	18
Ensaio fotográfico - O valor do cajueiro	22
Foco Potiguar - Cinco vezes Alfred Hitchcock	28
Músicapoesia - O negro gueto da música de preto	32
Do sagrado ao profano no espaço urbano da cidade potiguar	34
A grande final	39
A lírica amorosa de Marize Castro	40
AGENDA - 13 POR 1	42

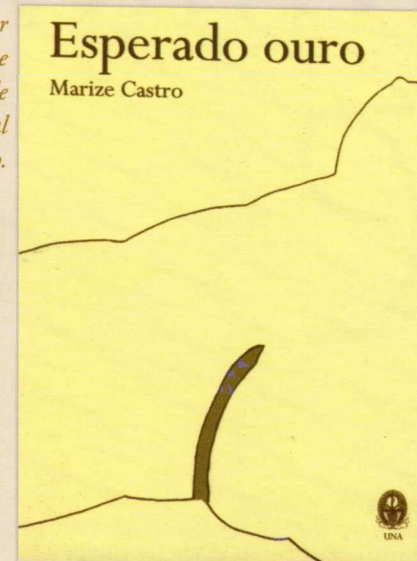


O escritor Manoel Onofre Júnior fala sobre sua relação com a poeta Zila Mamede, que conheceu ainda na década de 60.



O jornalista aposentado Eugênio Netto vai colocar num livro as histórias que vivenciou e noticiou como repórter e político ao longo de mais de 50 anos de atuação profissional.

O jornalista e professor universitário Gilfrancisco escreve sobre o livro "Esperado Ouro", de Marize Castro, lançado no final do ano passado.



Poesia Potiguar - Márcio Dantas	43
Quem sabe o que é bom ou ruim na música brasileira?	47
Arvorecendo	50
No campus	52
Severino, o filósofo	54
Zila e eu	56
Florânia: Sob os signos dos mofumbais e rainhas-dos-prados	58
Entrevista - Poeta Affonso Romano de Sant'Anna	69
São José de Mipibu: Herança rural influencia produção cultural	76
Livros	88
PS	90

C A R

Escola

Quero parabenizar toda a equipe da Preá, e dizer que tenho todas as edições da referida revista, a qual meu filho já utilizou algumas para trabalhos em sua escola, e quero desejar muita sorte ao amigo Gustavo Porpino, em sua nova luta em Brasília.

Hélio Guedes
(Cozinheiro – Natal/RN)

Sala de aula

Sou professor de História na Escola Municipal Francisquinho Caetano e atualmente faço uma Especialização na UFRN. Tenho me apropriado muito do conteúdo das edições da Preá para o trabalho em sala de aula – único material de História do RN que nós temos – e para estudar. Além do mais, a revista é de ótima qualidade gráfica, editorial, cultural, entre tantas outras atribuições. Devoramos cada exemplar e já ficamos ansiosos para saber o que terá no próximo: as entrevistas; as matérias; os ensaios; a história das cidades..... Aliás, viajo quando estou vendo as cidades do RN, pois não tenho oportunidade de conhecer o nosso Estado e vejo ótimas fotos, cultura, paisagens, tradições.

Rodrigo Wantuir Alves de Araújo
(Professor – Riachuelo/ RN)

Mérito

Tenho recebido regularmente essa sua maravilhosa revista, que esbanja cultura, saber, música, folclore, poesia, delicadeza, emoção, etc. Sou grato e reconhecido. Ainda cultuando o centenário do Príncipe dos Poetas Brasileiros, temos a honra de outorgar-lhe o diploma do Mérito Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac. Felicito-o pelo valoroso trabalho à frente da Cultura potiguar – um privilegiado exemplo para todo o país.

Alfredo Campos Pimenta
(Presidente da Sociedade dos Poetas Vivos e Afins – Porto Alegre/RS)

Presente

Tomei conhecimento da Preá através do primo José Augusto Costa, estudante de Economia, residente em Alexandria-RN, que me presenteou com a edição 14, na primeira semana de 2006. Gostaria de parabenizar a toda equipe por esse excelente trabalho, pois acho a Preá uma ótima revista. É de nos encher os olhos com suas belas fotos, reportagens, e enfim, todo o seu conteúdo. Para quem gosta de cultura é um prato cheio que devoramos com muito prazer.

Maria Fiel Costa
Natal -RN

Coleção

Recebemos o grande presente para 2006. Chegaram os sete primeiros volumes da revista Preá para completar nossa coleção tão procurada pelas pessoas que frequentam esta biblioteca. Nem temos palavras para agradecer-lhe. Deus lhe pague! Esperamos continuar recebendo a Preá.

Biblioteca do Centro de Estudos Geográficos e Agrários
Votuporanga (SP)

Deffilo Gurgel

Parabenizo a extraordinária Preá pela oportuníssima reportagem acerca do fantástico pesquisador Deffilo Gugel. Ele é o exemplo vivo: não há idade para se iniciar no campo da pesquisa (ou outra atividade). O essencial é boa vontade. O autodidatismo pode nascer. No entanto, precisa ser descoberto e explorado. Na área de pesquisa folclórica, os estudiosos, em maior ou menor grau, na quase totalidade, são autodidatas. Esses são os melhores. Como disse Noel Rosa: “não se aprende samba no colégio.” É verdade. O mesmo ocorre com o folclore. Sem citar nomes, os nossos folclorólogos e folcloristas qualificados são autodidatas, mesmo vivendo na intelectualidade.

José Carlos Rossato
Voruporanga-SP

T A S

Oswaldo Lamartine

Oswaldo Lamartine não precisa da apresentação de ninguém. Ele e o sertão se bastam. Parabéns pela Preá.

Pedro Abílio
Caicó-RN

Cultura nordestina

É com grande orgulho e muita satisfação que estou enviando esta mensagem. Fiquei muito feliz em saber da existência de uma revista como a Preá, preocupada em divulgar a cultura nordestina, em especial a potiguar. Tomei conhecimento desta, através da minha irmã, estudante do curso de Letras da UFRN, campus Currais Novos. Moro no Rio de Janeiro há nove anos, sou estudante do curso de Pedagogia, da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), e sendo um potiguar de alma e coração, gostaria de saber o que é preciso para receber a revista, para com isso poder divulgar a cultura do nosso querido Estado, o RN. Aproveito a oportunidade para elogiar a entrevista com Ariano Suassuna (na Preá 14), pois tenho grande admiração por este, desde que tive contato com uma de suas obras, “O Auto da Compadecida.” Desde já agradeço a atenção. Continuem fazendo este excelente trabalho.

Daniel Isaac Pereira da Silva
Rio de Janeiro-RJ

Carnaúba dos Dantas

Fico muito grato de receber uma revista de tão boa qualidade, e ainda mais, inteiramente grátis em minha residência. A Preá 14 traz excelentes reportagens. Gostei muito da reportagem sobre o Farol de Mãe Luiza e mais magnífico ainda foi o ensaio fotográfico sobre o Parque das Dunas. Essas reportagens sobre as cidades do nosso Rio Grande do Norte são maravilhosas, já que eu sou amante da nossa História, inclusive eu prestei vestibular no final de 2003 para a UFRN (campus de Caicó). Passei, mas não consegui estudar por causa do meu trabalho, e também, pela condição de transporte. Moro em Carnaúba dos Dantas e nós temos que pegar a Jardimense. Sou natural de Ouro Branco-RN. Gostaria que vocês fizessem uma reportagem sobre minha cidade, terra do extinto algodão mocó e dos Srs. Cirilo de Sousa, Manoel Correia e mais recentemente de homens influentes como Dr. Araújo e seu Manoel Nogueira, entre outros. Meus sinceros agradecimentos à equipe que faz a Fundação José Augusto, especialmente, os que fazem a Preá.

José Marques de Lima
Carnaúba dos Dantas-RN

Empolgação

Já recebi três edições da Preá e cada vez fico mais empolgado em ler, pois adoro

tudo que fala de cultura, principalmente, quando é do nosso Rio Grande do Norte. Muito obrigado. Espero receber mais edições.

Alvaci de Freitas Costa
Portalegre-RN

Reportagem

Venho parabenizar a equipe da PREÁ pela excelente reportagem sobre Carnaúba dos Dantas, Terra da Música. Chegou em minhas mãos esta nobre revista nº. 09 – dezembro de 2004. Continuem assim, exaltando a cultura do povo brasileiro. Muito Obrigado.

João Claudiano Dantas Filho
(Músico Regente da Banda de Música de São Miguel do Araguaia – Goiás)

Zelo

Tenho em mãos, agora, a notável revista Preá, da Fundação José Augusto. Parabênizo àqueles que tiveram o ensejo de dar o título “Preá” a tão notável revista cultural do nosso Estado. É que, aconteceu desta vez, não se procurou cargos para beneficiar o nepotismo vulgar e, sim, pessoas é que foram escolhidas para dignificarem funções públicas nesta Fundação que tem zelo pelo nosso Patrimônio Histórico e Cultural.

Luís Paulo
(Alecirim – Natal)

Academia Norte-rio-grandense de Letras completa 70 anos



Sérgio Vilar

Fotos: Anchieta Xavier

Enquanto o clássico do cinema *E o vento levou* embalava corações naquele ano de 1936, o mundo já respirava o ar da 2ª Grande Guerra. Em Natal, as calçadas do Grande Ponto ouviam papos e falácias de almas errantes, boêmias. O Integralismo e a derrota do movimento comunista na capital potiguar, em novembro de 1935 ainda rendiam discussões. O Brasil, mergulhado na ditadura Vargas, vivia na literatura sua segunda fase modernista: período rico na produção poética e na prosa. Os versos livres e a liberdade temática preocupavam-se com o destino dos homens. O período favorecia o antiacademicismo. Mas foi nessa década, precisamente em 14 de novembro de 1936, que o então professor e escritor, Luís da Câmara Cascudo, reuniu intelectuais da província em seu casarão, na Avenida Junqueira Aires, para fundar a Academia Norte-rio-grandense de Letras (ANL).

A fundação da ANL foi uma resposta de Cascudo aos apelos da Federação das Academias de Letras. Assim como a Academia Brasileira de Letras (ABL), criada em 1896, a ANL também se emoldurou com base na Academia Francesa, a primeira do mundo, fundada em 1635. Presente na data de fundação da ANL, Adauto Câmara, Edgar Barbosa, Januário Cicco, Otto de Brito Guerra, Antônio Soares de Araújo, Nestor Lima, Floriano Cavalcanti e Luís Gonzaga do Monte, entre outros. O Rio Grande do Norte colecionava intelectuais de reconhecida capacidade. Mas faltaram nomes para preencher as 40 cadeiras (número inspirado na ABL) e apenas

25 imortais protagonizaram as primeiras vagas da ANL. Em 1943, o número era de 30 acadêmicos, alcançando, mais tarde “a tarefa realizada dos 40 e seus sucessos no tempo”, como afirmou Cascudo.

Mesmo fundador da Academia, Cascudo recusou-se a aceitar a presidência. Mais tarde, também rejeitaria o convite para ser membro da ABL, enviado por votação quase unânime dos chamados imortais. O atual presidente da ANL e durante duas décadas amigo de Cascudo, Diógenes da Cunha Lima, conta que o mestre da Junqueira Aires alegou, para se negar a candidatar-se, ser apenas um provinciano. Talvez esteja aí a origem da frase atribuída a Cascudo (“Sou um provinciano incurável”). O historiador seria o quarto representante potiguar na história da ABL. Os outros três que integram a criteriosa seleção é o médico e ficcionista, estudioso das ciências e artes, Pelegrino Júnior, o historiador Rodolfo Garcia e o jornalista e escritor Murilo Melo Filho.

Com a recusa de Cascudo em aceitar a presidência da ANL, o bacharel em direito e escritor, Henrique Castriciano, foi eleito o primeiro presidente da ANL, tendo como secretários Adherbal de França e Edgar Barbosa. Ativista pelos direitos da mulher, sobretudo no campo da educação (criou a Escola Doméstica de Natal), Henrique Castriciano escolhe patrona de sua cadeira a idealista, revolucionária e escritora Dionísia Gonçalves Pinto, ou Nísia Floresta Brasileira Augusta, como é mais conhecida. A irmã de Castriciano, a poeta Auta de Souza, que morreu prematuramente aos 24 anos, também foi homenageada pela ANL como patrona da cadeira de número 20.

Academia Norte-rio-grandense de Letras completa 70 anos



Patronos e ausentes

Além dos 40 patronos escolhidos quando da fundação da ANL pelos 40 primeiros ocupantes das cadeiras, houve 72 sucessores ao longo dos 70 anos de história da Academia. Diógenes da Cunha Lima reconhece que outros nomes representativos das letras do RN ficaram ou estão fora. Alguns, por derrota em suas candidaturas. E muitos, explica o poeta, por rejeição ao convite. Casos como do poeta e folclorista Deífilo Gurgel, a quem

Diógenes afirma que honraria a Academia com sua presença, ou da poeta Zila Mamede, insistentemente convidada. O poeta Luís Carlos Guimarães, brinca o presidente da ANL, aceitou depois de quase “entrarem na tapa”.

O médico e escritor Armando Negreiros, que chegou a escrever livro sobre a história da Academia, sob o título Na Companhia dos Imortais, aponta ainda os escritores Tarcísio Gurgel, François Silvestre e Nei Leandro de Castro como bons nomes para a ANL. Outro nome

citado pelo médico-escritor é o da poeta Marize Castro. Ela seria mais um nome entre as poucas mulheres. “As mulheres criaram uma Academia Feminina de Letras, mas não precisava. Hoje elas têm os mesmos direitos dos homens e poderiam disputar uma vaga na ANL em condições iguais”, argumenta.

A ANL abrigou intelectuais das mais variadas estirpes nestes 70 anos. Padres, políticos, historiadores, artistas plásticos, folcloristas, jornalistas, cronistas, pesquisadores, médicos, juristas... Mas, aos po-

etas ela tem reservado maior número de cadeiras. E, assim, legitima o que o verso popular já dizia: “Rio Grande do Norte, capital Natal. Em cada rua um poeta, em cada esquina um jornal.”

Mas, dentre os 37 acadêmicos que hoje ocupam a ANL (três vagas estão em aberto), poucos trabalham a poesia como atividade primeira ou foram eleitos para a ANL em função de sua obra poética. Sanderson Negreiros, aponta Diógenes, é um dos expoentes da poesia potiguar hoje, a ocupar a cadeira de nº 40. Os outros, contam-se nos dedos: o próprio Diógenes, Paulo de Tarso Correia de Melo...

A poeta mineira Maria Eugênia Montenegro, 90 anos, que adotou o Açú como terra querida constitui-se em raro nome feminino no quadro da ANL, formado por maioria esmagadora de homens. Na escolha dos 40 patronos, apenas três mulheres: Nísia Floresta, educadora; Isabel Gondim, escritora, e a poeta Auta de Souza. Entre os 40 primeiros ocupantes, as mulheres são duas: Carolina e Palmira Wanderley. E o quadro parece sem alteração. Além de Maria Eugênia, apenas a escritora Anna Maria Cascudo e a professora e escritora Sônia Fernandes Ferreira estão entre os 72 sucessores.

Os primórdios e as dificuldades

Desde o início, em 1936, a Academia Norte-rio-grandense de Letras pretendeu ir além das fronteiras da prosa, da poesia ou do academicismo. A ANL ul-

trapassou os limites das “Letras” e tendo a figura de Câmara Cascudo como força motriz e incentivadora de projetos culturais os mais variados, tem se mostrado, nestes 70 anos, importante conselheira e uma das protagonistas da história cultural potiguar.

O início de tudo sempre parece mais difícil. Ainda sem sede própria, as primeiras reuniões dos acadêmicos se davam em locais variados. O Instituto Histórico e Geográfico do RN e o Atheneu Norte-rio-grandense foram os espaços mais usados. Foi o Governador do Estado, Sylvio Pedroza (depois acadêmico) quem doou o terreno na rua Mipibu para a construção do prédio da ANL, inaugurado em 28 de junho de 1958. Durante toda a execução da obra, Manoel Rodrigues de Melo, presidente da ANL na época, esteve “vendo, tratando e pelejando” na construção, lembra o jornalista Nilo Pereira.

Após 48 anos, o prédio da ANL se mostra aquém da importância de sua tarefa ou do prestígio dos “imortais”. Sendo associação privada sem fins lucrativos, a ANL é mantida pelos acadêmicos. Por vezes recebe verba do Governo do Estado, mas sem regularidade. As três salas do Conselho Estadual de Cultura, que funcionam no prédio, são alugadas. E ajudam nos custos de manutenção. “A Academia vive de pequenas coisas”, diz Diógenes da Cunha Lima. O salão de recepção também serve para aluguel, geralmente para reuniões de sindicatos ligados à cultura. Nele, um amplo espaço no centro, rodeado por cadeiras e quadros com imagens

dos patronos da ANL, datados de 1973. O palco em frente é pequeno. Aos fundos, a copa e dois banheiros.

Ainda no primeiro andar, a Biblioteca Padre Luís Monte (acadêmico que deu a idéia do símbolo místico da ANL: Ad Lucen Versus, ou seja, Em Busca da Luz) ocupa três salas. É pouco para as pretensões de seu presidente, que batalha há anos para criar a maior biblioteca do Estado. “Os livros dos acadêmicos, geralmente são vendidos em sebos após sua morte. Relíquias, muitas vezes, que poderiam ser compiladas. Eles doariam se houvesse espaço. Nossa biblioteca é selecionada, mas pequena.” E cita o exemplo de sua própria biblioteca, hoje com 10 mil livros. Ou a do jornalista e também acadêmico Vicente Serejo, que detém hoje uma das maiores bibliotecas particulares do Estado.

Após dois lances de escada, o segundo andar da ANL é ocupado pela sala da presidência e, ao lado, uma pequena sala para reuniões. Em frente, a entrada do auditório, ladeada por um marmorito em homenagem ao 80º aniversário de Cascudo. O auditório abriga 300 cadeiras antigas, com forro de plástico, divididas por longo tapete vermelho que se estende até o birô de cinco metros de extensão. Próximas ao birô, 25 cadeiras de madeira em cada lado, postas em diagonal. O púlpito é antigo, como o pedestal do microfone, já enferrujado. O quadro com a imagem de Cascudo fica na entrada, cima da porta. Ao lado, os quadros com fotos dos 40 patronos preenchem os dois lados da parede até o final da sala.

Academia Norte-rio-grandense de Letras completa 70 anos



O presidente da ANL, Diógenes da Cunha Lima, ao telefone, e a escritora Ana Maria Cascudo (sentada)

Projetos para os 70 anos

O auditório é usado para reuniões (realizadas quando há algum fato especial) e posse de acadêmicos. E se as reuniões são esporádicas, os projetos encabeçados pela ANL são muitos, em geral, pela manutenção ou construção de monumentos e iniciativas de cunho cultural. A idealização do Presépio de Natal, no bairro

de Lagoa Nova é um exemplo. Durante 25 anos a ANL peja pela idéia, a ser concretizada este ano, com a assinatura do arquiteto Oscar Niemayer e parceria do artista plástico e acadêmico Dorian Gray Caldas. “Podemos passar 25 anos lutando, como nesse presépio, mas não desistimos. Os ‘imortais’ são mortais, mas a Academia é mesmo imortal”, comenta Diógenes.

Niemayer já possui assinatura em outro monumento fincado em solo potiguar e também idealizado pela ANL. É a União dos Continentes, arcos em forma de chifre. Eles representam a união entre os continentes sul-americano e africano. A localização é na BR-101, em Touros. Outra campanha da ANL foi pela preservação de nomes pitorescos e históricos de municípios potiguares, que estavam sendo modificados para homenagear pessoas. “Fizemos campanha contra e muitos

foram mantidos, como Parnamirim, que estava com o nome de Eduardo Gomes”, orgulha-se Diógenes. Segundo ele, os outros três municípios com ameaças de mudança de nome eram Monte das Gameleiras, Barra de Maxaranguape e Caiçara do Rio do Vento.

Embora tenha presenciado sessões de arte e até desafios de cantadores, a ANL parece um prédio pouco visitado. Só é aberta à visita nas manhãs. A iluminação amarelada e fraca dos ambientes, sobretudo na biblioteca, cria um clima lúgubre. Alguns poucos funcionários da ANL ou do Conselho de Cultura são quem emprestam algum movimento ao lugar. Aliás, um dos programas voltados para educação de jovens também quebra a rotina do ambiente acadêmico. Quando alguma escola, do interior ou de Natal, se interessa em levar alunos a conhecer os espaços da ANL são realizados debates com acadêmicos. Os temas são ligados à cultura e educação.

Como testemunha dos acontecidos naquele prédio de fachada em cores esverdeadas, há uma árvore pau-brasil, plantada pelo médico, e na época presidente da ANL, Onofre Lopes. Está localizada no canteiro defronte à Academia, a funcionar como metáfora dos propósitos da ANL. “A Academia está sempre vigilante em favor da cultura e trabalha com a colaboração do tempo. Costumo dizer que a Academia, como a antiga UDN (União Democrática Nacional), tem a eterna vigilância”, enfatiza Diógenes da Cunha Lima.

Eleições e candidaturas

As eleições para presidente da ANL ocorrem a cada dois anos, sempre em janeiro. Em 70 anos de história, a ANL teve nove presidentes. A última eleição foi este ano. Com o critério da maioria de votos, o poeta Diógenes da Cunha Lima foi reeleito. Ao contrário da votação para ingressar na Academia, onde há disputas entre dois candidatos, na eleição para presidente todos os acadêmicos podem ser votados. Quando um dos imortais morre é ao presidente quem compete declarar a vaga aberta, depois de um elogio póstumo. A partir daí publica-se na imprensa e admitem-se candidaturas em até 60 dias. Por vezes, a ANL sugere convites. Nada formal ou oficial.

O tempo para recompor a vaga deixada varia. Diógenes da Cunha Lima explica que depende da escolha da pessoa adequada. Uma data específica é marcada para a votação. O voto é secreto. É possível o voto ser mandado à presidência por escrito, em forma de carta, que é depois depositada na urna. Nas últimas eleições, o jornalista Ticiano Duarte e o memorialista e jurista Francisco Fausto Medeiros foram eleitos para as vagas do romancista Aluizio Azevedo e do jornalista Dorian Jorge Freire, respectivamente, com posse no último abril. Outras três vagas estão abertas, ainda a espera da definição dos nomes.

Para escolha dos nomes é formada uma comissão de ética. Os que pensam ser a obra literária o principal fator para o ingresso na ANL se enganam. O item primeiro a ser analisado pela comissão é a qualidade ética, o comportamento social da pessoa. O segundo critério, de menor peso, é a exigência de livros publicados. Pelo menos um deles precisa ter qualificação literária de reconhecido valor. E o valor literário, frisou Diógenes, não significa necessariamente que o livro seja de ficção ou poesia. Livros na área do direito ou história, por exemplo, estão incluídos nas grandes obras literárias do Rio Grande do Norte, segundo ele.

Uma vez nomeados, os “imortais” têm por obrigação discursar sobre a obra de seu antecessor. Na verdade, a alcunha de “imortal” é exatamente por lembrar sempre a obra de seus predecessores, com origem nos 40 patronos, eleitos pelos primeiros ocupantes da ANL como símbolos da entidade.

Academia Norte-rio-grandense de Letras completa 70 anos



Sucessão de Cascudo

Em princípio, os imortais da ANL propuseram uma cadeira vitalícia para Cascudo, que tem como patrono o historiador Luís Fernandes. Diógenes da Cunha Lima, então presidente da ANL quando da morte do folclorista, em 30 de julho de 1986, comentou que “Cascudo era tão grandioso que sobrava lugar para quem sentasse na cadeira dele.” Dezenas de candidatos desejaram a vaga do nome maior do Estado. Mas a decisão dos membros da ANL foi de que a vaga

só seria preenchida quando de um nome que, se o próprio Cascudo fosse consultado, ele aprovaria.

Depois de cinco anos surgiu a idéia da candidatar-se à vaga o maestro Oriano de Almeida, pessoa admirada por Cascudo, pelas suas obras musical e literária. Com a morte de Oriano, seis anos mais tarde, em 11 de maio de 2004, foi escolhida a filha de Cascudo, escritora Anna Maria Cascudo Barreto, para ocupar a disputada cadeira do folclorista, escolha que “seguramente ele (Cascudo) apoiaria”, disse Diógenes.

PRESIDENTES

- Henrique Castriciano
- Antônio Soares de Araújo
- Juvenal Lamartine
- Paulo de Viveiros
- Edgar Barbosa
- Américo de Oliveira Costa
- Manoel Rodrigues de Melo
- Onofre Lopes
- Diógenes da Cunha Lima

O poeta do Baobá

O atual presidente da ANL é também o que já passou mais tempo à frente da instituição. Diógenes da Cunha Lima venceu as últimas 13 eleições (26 anos como presidente) e permanecerá no cargo até nova eleição, em dezembro de 2007. Advogado de renome é também chamado “poeta do Baobá.” É dele o terreno à rua São José, bairro de Lagoa Seca, onde está fincado um baobá centenário, de seis metros de diâmetro. Ele comprou o terreno para salvar a árvore, de origem africana, testemunha da história natalense.

Diógenes, como sua poesia, ultrapassa fronteiras e pisa a neve dos Andes. Ele também é chileno. Ele também foi Neruda quando ousou responder o *Libro de las preguntas*, do poeta maior do Chile. O escritor Nei Leandro de Castro até imaginou Neruda lendo O livro das respostas, de Diógenes: “De início, talvez o poeta chileno achasse uma ousadia inconseqüente. Mas, à medida que avançasse na leitura e confrontasse perguntas

e respostas, Neruda iria experimentar o prazer e o espanto que nós leitores experimentamos diante de duelos poéticos como este: ‘Que letras conoce la abeja/ para saber su itinerário?’. Resposta: ‘As doces letras do mel.’

O atual presidente da ANL nasceu em Nova Cruz, terra agreste e potiguar. Foi lá que o adolescente, influenciado pelo pai, mergulhou nas formas lúdicas da literatura de Shakespeare, Dostoiévski, Goethe, entre outros autores. Hoje, aos 69 anos, tem como querência poética as obras de Antônio Pinto de Medeiros, José Bezerra Gomes, Zila Mamede, Miriam Coeli, Newton Navarro, Augusto Severo Neto, Luís Carlos Guimarães, Sanderson Negreiros, Nei Leandro de Castro, Diva Cunha e Marize Castro.

A estréia na poesia foi aos 31 anos, com o livro *Lua quatro vezes sol* (1968). E ele gosta mesmo é de ser chamado de poeta. Mas também passou por várias instâncias jurídicas como Promotor de Justiça, Procurador da Prefeitura, Juiz de Direito; e também pelas searas culturais

e educacionais, quando presidiu a Fundação José Augusto ou quando foi reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Entre seus projetos atuais, figura a publicação da 2ª edição da biografia de Djalma Marinho (O homem que pintava cavalos azuis) e uma nova biografia, agora sobre a história do acadêmico Dom Nivaldo Monte. Também está em seus planos outro livro (o 16º), em que faltam apenas detalhes de revisão. E trata sobre aforismos. “Um livro atrevido”, comenta, bem ao estilo do poeta. ■

O rock cênico do "SeuZé"



David Clemente

Foto: Caio Kayhan

Pelo menos uma vez por semana, quatro paredes forradas com espuma evitam o vazamento do som produzido. Dentro do pequeno Apple Estúdio estão os pedidos de “Mi com sétima maior”, “comece” e, finalmente, um “homi, tô doído pra tocar.” Em pouco tempo os instrumentos se entendem e o som produzido é um aperfeiçoamento do que acontecerá no palco. Três dos músicos fazem funcionar instrumentos de corda, o quarto opera uma bateria. Juntos eles causam confusão na gramática, pois é difícil entender que “a ‘SeuZé’ são quatro pessoas. A concordância não está errada, contudo para que fique ainda mais claro, expliquemos que Lipe Tavares, Fell Monteiro, Xandi Rocha e Augusto Souza formam a banda potiguar que se chama SeuZé.

O quarteto foi formado em fevereiro de 2003 quando os dois Felipes (Fell e Lipe) deixaram a banda Republica 5 e juntaram-se a Xandy e Augusto que, por sua vez, deixavam a banda Garagem S/A. A idéia inicial era produzir “Rock Potiguar” que fosse resultado da mistura dos diferentes gostos de cada integrante. Foi então que SeuZé provou o quanto bom ficaria a mistura dos Chicos Science e Buarque, Luiz Gonzaga, Caetano Veloso, Raul Seixas e Mutantes, dentre outros. Desde as primeiras reuniões eles já

começaram a montar as músicas autorais. Para saber se uma música estava completa, eles contam que “a inspiração passa para transpiração. É como se aparecesse uma alma. Estamos tocando no ensaio, quando arrepia, um olha para o outro e... a música está pronta para tocar.”

No ensaio em que a revista *Preá* estava, eles compunham uma nova música e discutiam os arranjos, cada um defendendo sua preferência: “essa harmonia é bem Nação Zumbi”; “Eu vejo Mundo Livre S/A”; “Não. É Legião Urbana.” Mas isso não é desentendimento, tudo funciona tão bem que eles conseguiram ultrapassar uma fase que toda banda iniciante lamenta: a de não ter espaço para as músicas autorais. A SeuZé orgulha-se de ter demorado pouco tempo nessa fase. Antes mesmo de lançar oficialmente seu CD, o público já os acompanhava cantando as músicas. Cerca de 70% do show da banda SeuZé é composto por canções de Lipe Tavares e Fell Monteiro. As canções de outros autores, quando entram na apresentação, ganham uma roupagem nova, ritmo diferente, ou seja, a personalidade da Banda.

Prêmios e reconhecimento

Com três anos de palco os “Zés” já receberam vários prêmios. No ano 2003, venceram o Festival Pop Rock Tropical pela escolha do júri e voto popular. Em 2004, o prêmio Hangar na categoria de Revelação Musical de 2003 e Lipe Tava-

res recebeu o prêmio de melhor compositor. Em 2006, o segundo lugar como melhor disco de MPB do concurso London Burning. “CD indicado a MPB e eu pensava que fazia rock”, brinca Lipe. Foram destaque na sétima edição do festival Música Alimento da Alma (MADA), em 2005. Também estiveram presentes na Feira de Música do Ceará, no mesmo ano.

Fazem, em média, oito shows por mês e já atingiram um público estimado em cerca de quatro mil pessoas. Mas apesar da maré parecer que dá peixe fartamente, não é tudo assim. A dificuldade de conciliar a banda com o trabalho e a faculdade, além da resistência dos produtores locais para pagar o cachê que a banda pede são os principais empecilhos, felizmente insuficientes para baixar a bola da SeuZé. Shows como cortesia não existem mais, todos são devidamente remunerados e o capital que entra é reinvestido. Para explicar como estão conseguindo tamanha façanha para firmar seu nome, eles dizem que “tem que ter consciência que você é diferente e tem que mostrar isso.” Para tanto, SeuZé produziu boas fotos, CDs ‘demos’ e EPs. O primeiro CD, Festival do Desconcerto, teve mais de mil cópias distribuídas e caiu na graça do público pelo refrão “Sai Galada”. O segundo CD já está a caminho.

No Rio Grande do Norte a palavra “galado” pode ter diferentes significados. Se usada como xingamento, identifica

uma pessoa não confiável, malandra, mau caráter. Entretanto a gíria já está tão entranhada no vocabulário potiguar que ganhou significado agradável e pode funcionar como pronome de tratamento para com uma pessoa amiga. No caso da Banda SeuZé a intenção é, exatamente, de não elogiar.

A banda já trabalha em suas apresentações com toques de encenação. No show do MADA estavam de circenses, em uma festa da fantasia vestiram-se de heroínas de contos de fadas. O projeto do espetáculo musical da SeuZé ultrapassa o figurino. O local pretendido para a realização é o Teatro Alberto Maranhão (TAM). Lá, todas as composições da SeuZé estariam no palco juntas com atores que as encenariam dividindo o palco com a Banda. O tema circense abordado no CD Festival do Desconcerto também estaria apresentado por artistas plásticos e fotógrafos em exposição no TAM.

O segundo projeto tem maior alcance. O objetivo é percorrer as Casas de Cultura já inauguradas pela Fundação José Augusto nas cidades do interior do Estado com a mesma produção do espetáculo do TAM. Com o adicional de oficinas de teatro, fotografia, pintura e música oferecidas pela equipe do espetáculo. Por enquanto, a única razão para a banda não ter realizado os projetos é que, apesar da aprovação pela Lei Câmara Cascudo, ainda não há patrocínio. ■

EUGÊNIO NETTO



Eugênio Netto no Café São Luís, no centro de Natal, onde "bate o ponto" todo dia de manhã

Jóis Alberto

A inteligência, a coragem, a franqueza e a gratidão são algumas das principais características da personalidade do jornalista natalense Eugênio Netto, que aos 77 anos de idade e mais de meio século de atuação profissional, prepara-se para lançar um livro no qual narra os principais fatos que viveu na política, de 1947 para cá. E foram muitos os acontecimentos relevantes na vida dele. Eugênio conviveu durante décadas com algumas das mais importantes personalidades da política local e nacional, como Dinarte Mariz, de quem foi fiel correligionário e por quem ainda hoje guarda não apenas grande admiração, mas principalmente uma eterna gratidão. Este é

o primeiro livro de Eugênio Netto, que anteriormente havia publicado duas plaquetes – uma sobre o Duque de Caxias, e outra sobre o empresário Fabrício Gomes Pedroza. O volume, ainda sem título, já conta com quase 500 páginas. Será editado com patrocínio do professor José Maria de Figueiredo, da FARN, que espontaneamente ofereceu o apoio a Eugênio. A edição, de mil exemplares, será lançada até o final do ano.

Um dos principais e mais esperados capítulos do livro narra a convivência de Eugênio Netto com Dinarte Mariz, o sertanejo de origens aristocráticas, que é considerado um dos grandes responsáveis pela criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o que ocorreu em 1958, no mandato dele como Governador do Estado, reunindo faculda-

des locais que existiam à época, depois federalizadas. A admiração de Eugênio Netto por Carlos Lacerda e pelo governo militar pós-64, as disputas entre dinartistas e aluizistas, que radicalizaram a cena política local, desde o final dos anos 50 até a morte de Dinarte em 1989, o apogeu e fim da Guerra Fria que dividia o mundo entre países capitalistas e nações comunistas, a queda do Muro de Berlim, a redemocratização do Brasil, são outros importantes assuntos abordados no livro. Mas, o que é pouco divulgado, o trabalho de Eugênio Netto não se limitava à política partidária: contribuiu também para o desenvolvimento da cultura do Estado. Ele conta, por exemplo, que foi de sua autoria, num dos mandatos como vereador de Natal, o projeto-de-lei que criou o Prêmio Literário Câmara Cascudo, da Prefeitura de Natal, em 1962, sendo ganhador da primeira edição o poeta Newton Navarro, com o *ABC do cego Clarismundo*.

Quando em 1930, Getúlio Vargas comandava a revolução, que muitos consideram como um dos eventos fundamentais para a modernidade brasileira, um então jovem político liberal começava a despontar no cenário potiguar: Dinarte Mariz, à época Prefeito de Caicó, pela Aliança Liberal. Um ano antes, nascera Manuel Eugênio Netto, na rua Jaguarari, no bairro do Barro Vermelho, Natal. Essa área, que hoje é uma das mais nobres e urbanizadas da cidade, "à época era formada por sítios, que se espalhavam até a rua Alexandrino de Alencar", lembra Eugênio.

Foi entre mangueiras e outras árvores desses sítios de uma Natal ainda muito

As memórias de um escalador de montanhas

pequena e pouco desenvolvida, que Eugênio Netto cresceu. "Fui um menino feliz", comenta ele, lembrando-se das brincadeiras infantis e das primeiras letras aprendidas na escola particular de dona Eunice Bandeira de Melo. Depois cursou o Ginásio 7 de Setembro, na rua Princesa Isabel, Centro. Aos 14 anos, no início da adolescência, porém, a vida dele e da família mudou totalmente, quando o pai, o funcionário público do Departamento de Saúde Pública, atual Secretaria estadual, Maurílio Freire Pereira, faleceu de enfarte fulminante. A mãe, Francisca Eugênio da Câmara Freire, era "de prendas domésticas, como a maioria das donas-de-casa da época."

Nessa ocasião, quando já havia concluído o ginásio, teve que interromper os estudos na escola, para trabalhar e ajudar na manutenção da família, que a partir de então e durante um período contou com a ajuda do cunhado de Eugênio, o empresário João Ferreira de Melo, Joca Melo, tio de Geraldo Melo (muitos anos depois tornou-se Governador do Rio Grande do Norte). Dos 14 aos 18 anos, Eugênio Netto trabalhou no comércio local, no Armazém Popular, na Ribeira. "Como diz Nietzsche, no seu *Ecce Homo*, a minha vida foi um constante escalar de montanhas. Não sabia se me habituaria a viver no vale", diz o veterano jornalista.

Os primeiros passos no jornalismo

Enquanto o jovem Eugênio Netto, no final dos anos 40, lutava pela sobrevivência dele e da família – Dinarte Mariz, depois de ser prefeito, já havia se tornado conhe-

cido como um dos líderes seridoenses na luta contra a insurreição comunista de 1935. Foi nessa época, entre a infância e adolescência, que Eugênio começou a admirar Dinarte Mariz, de quem ouvia falar e lia o noticiário a respeito dos seus feitos. Aos 17 anos, ao mesmo tempo em que começava a cultivar o gosto pela política, Eugênio Netto dava os primeiros passos no jornalismo. Inicialmente, começou a trabalhar na Rádio Poti como tradutor de telegramas. "Na realidade, não se traduzia, mas se dava uma nova redação aos telegramas que chegavam às redações por Código Morse, vindos de agências noticiosas", explica.

Além dessa recordação, os primeiros anos de profissão como radialista e jornalista trazem outras boas lembranças. Na Poti, dirigida à época por Edilson Varela, Eugênio exerceu várias atividades, desde operador de som e sonoplasta, até discotecário e locutor. Na emissora local dos Diários Associados, ele passou uma boa temporada, até que em 1952 foi trabalhar como repórter político na Tribuna do Norte, inaugurada naquele ano. O jornal, ele recorda, à época pertencia ao grupo da UDN – União Democrática Nacional, partido que reunia Dinarte Mariz, Aluízio Alves e outros.

Com o rompimento entre Dinarte e Aluízio em 1958, por causa de divergências em torno da eleição para Governador do Estado, os acontecimentos tomaram outros rumos. Dinarte apoiou a candidatura ao Governo Estadual de outro correligionário, Djalma Marinho, enquanto Aluízio saiu candidato como dissidente do partido, com apoio inclusive de lideranças locais do partido rival,

o PSD – Partido Social Democrático, liderado em nível nacional pelo então presidente Juscelino Kubitschek. JK, o presidente bossa nova, que veio a Natal participar de comícios de Aluízio. Apesar do temperamento calmo e espírito democrático de JK, a UDN, que tinha como um dos seus principais líderes nacionais, Carlos Lacerda, não dava tréguas ao Governo Federal.

Clube da Lanterna em Natal

Grande orador, dono de uma argumentação crítica, uma eloquência muitas vezes parcial, Carlos Lacerda, desde os tempos de Getúlio, fazia uma oposição ferrenha, como registra a história, revisitada agora com a recente minissérie JK, transmitida pela Globo, e por um revival de livros e revistas sobre o assunto. A minissérie teve uma boa audiência e, de modo geral, foi bem aceita pela crítica. Porém, quem conheceu Carlos Lacerda pessoalmente faz algumas restrições ao Lacerda da minissérie. Eugênio Netto vai mais longe na crítica: "foi um seriado pornô!", diz ele, deplorando o que considera excesso de cenas sexuais e detalhes íntimos da vida privada dos personagens, notadamente do próprio Juscelino. Eugênio faz a crítica, com a autoridade de quem foi o fundador, em Natal, no final dos anos 50, do Clube da Lanterna, agremiação de lacerdistas e udenistas que faziam oposição ao governo JK.

"Carlos Lacerda foi o maior parlamentar que já conheci, o maior orador da língua portuguesa", elogia Eugênio Netto, que numa das muitas fotos do seu arquivo particular, aparece ao lado de Lacerda

EUGÊNIO NETTO

e um grupo de natalenses. Foi quando Carlos Lacerda veio a Natal para receber o título de Cidadão Natalense, outorgado pela Câmara Municipal, num dos mandatos de Eugênio, autor do projeto-de-lei que concedeu o título. Quanto a Juscelino Kubitschek, Eugênio é categórico: “faço muitas restrições ao JK político, embora como pessoa, ele tenha sido simpático, carismático, dava uma sensação de bem-estar ao povo, fazia serenatas, tocava violão.” Ele admite, todavia, que, do ponto de vista estratégico, “a fundação de Brasília foi importante, porque interiorizando a capital, deu mais segurança à nação.” É uma das poucas concessões que ele faz ao governo JK, para em seguir voltar a criticar: “JK é acusado de corrupção em vários setores da administração dele, como por exemplo quando da implantação da indústria automobilística e da construção das embaixadas na nova capital federal.”

Crítico implacável – como o guru Lacerda – e sempre fiel a Dinarte, logo após o rompimento deste com Aluísio, Eugênio foi trabalhar na Rádio Nordeste, onde passou a apresentar um programa líder de audiência no horário das 18h, durante 24 anos. Esse programa, o que tinha de popular, tinha de polêmico, por causa dos radicalismos políticos existentes à época. Transmitia desde o noticiário e debate político a insultos pessoais, muito no estilo lacerdistas. Nas trincheiras do aluizismo, as respostas vinham no programa de Erivan França, na rádio Cabugi. “Muitas coisas que fiz no meu programa radiofônico não faria mais hoje”, diz Eugênio. A maturidade o ensinou que em discussões políticas, o ideal é sempre se ater à política em si e, também por uma questão de ética, deve-se evitar polêmicas pessoais. Além do mais, hoje, com a idade – “velho é uma ilha de solidão, cercada de saudades por todos os lados”, filosofa – repete o que disse Dinarte Mariz: “quero morrer em paz com Deus e com os homens.” Mas, por outro lado, aqueles tempos de rádio também trazem boas recordações, em especial o fato de que o programa possibilitou a Eugênio Netto ser eleito vereador de Natal, pela UDN, por duas vezes – em 1962 e em 1966, tendo sido em ambas o mais votado do Estado – e uma única vez deputado estadual, em 1970, tendo sido o quinto mais votado da Arena, o partido da ditadura militar, ou como



Carlos Lacerda, Marcos Maranhão e Eugênio Netto

Eugênio prefere chamar “revolução militar de 64.” Para ele, “a revolução era uma necessidade gritada pela família brasileira, realizou obras monumentais em todos os setores administrativos.”

Eugênio Netto reconhece, evidentemente, que Lacerda foi traído pela Revolução Militar de 64. “O problema de Lacerda com os militares, era a pretensão dele de ser presidente da República, o que o regime militar não admitia em nenhuma hipótese”, relembra. No entanto, para Eugênio, nem mesmo essa traição justifica a Frente Ampla, movimento de oposição que uniu, nos anos 60, os ex-desafetos Lacerda, JK e Jango contra o governo militar. “Lacerda se uniu aos maiores inimigos dele, quando deveria ter resistido e caído de pé”, opina. Sobre o questionamento de que a chamada revolução de 64, não só desde o início sufocou a Democracia, mas principalmente a partir do AI-5, endureceu o regime, aumentando o número de prisões e torturas a presos políticos, Eugênio Netto comenta: “com relação às torturas, não foi tanto quanto dizem;

As memórias de um escalador de montanhas

houve realmente excessos, muitas vezes necessários, mas por muito menos do que agora, devido a corrupção, Jango e Collor foram depostos.”

Anticomunista ferrenho

Depois de trabalhar muitos anos com Dinarte, Eugênio passou a trabalhar para os Maia, inicialmente herdeiros políticos do dinartismo e que, depois, alçaram vôo próprio, principalmente após a ascensão política de José Agripino Maia, a partir do início dos anos 80, rivalizando com o veterano líder Aluísio Alves e as novas gerações dos Alves, dentre os quais o hoje Senador Garibaldi Filho, que atualmente é um dos principais aliados do também Senador José Agripino. Por 18 anos, Eugênio Netto trabalhou para o grupo Tropical – na rádio e na TV –, dos Maia, até que foi demitido porque fez críticas contundentes à Igreja Universal do Reino de Deus, já nessa ocasião proprietária da Rede Record, à qual a TV Tropical passou a ser afiliada. Habitado a um estilo de jornalismo crítico, sem papas na língua, não ocorreu a Eugênio sobre a então nova sociedade da Tropical com a Record – antes era afiliada da Manchete – e, após o programa, quando foi avisado pelos colegas de trabalho, já era tarde demais. Bispos daquela Igreja, que não perdem tempo, haviam assistido ao programa e imediatamente ligaram para a Tropical pedindo a demissão do jornalista.

Hoje, curtindo a aposentadoria como auditor fiscal, continua na ativa como jornalista, não dando expedientes em redações, mas como escritor. Pela manhã, de segun-

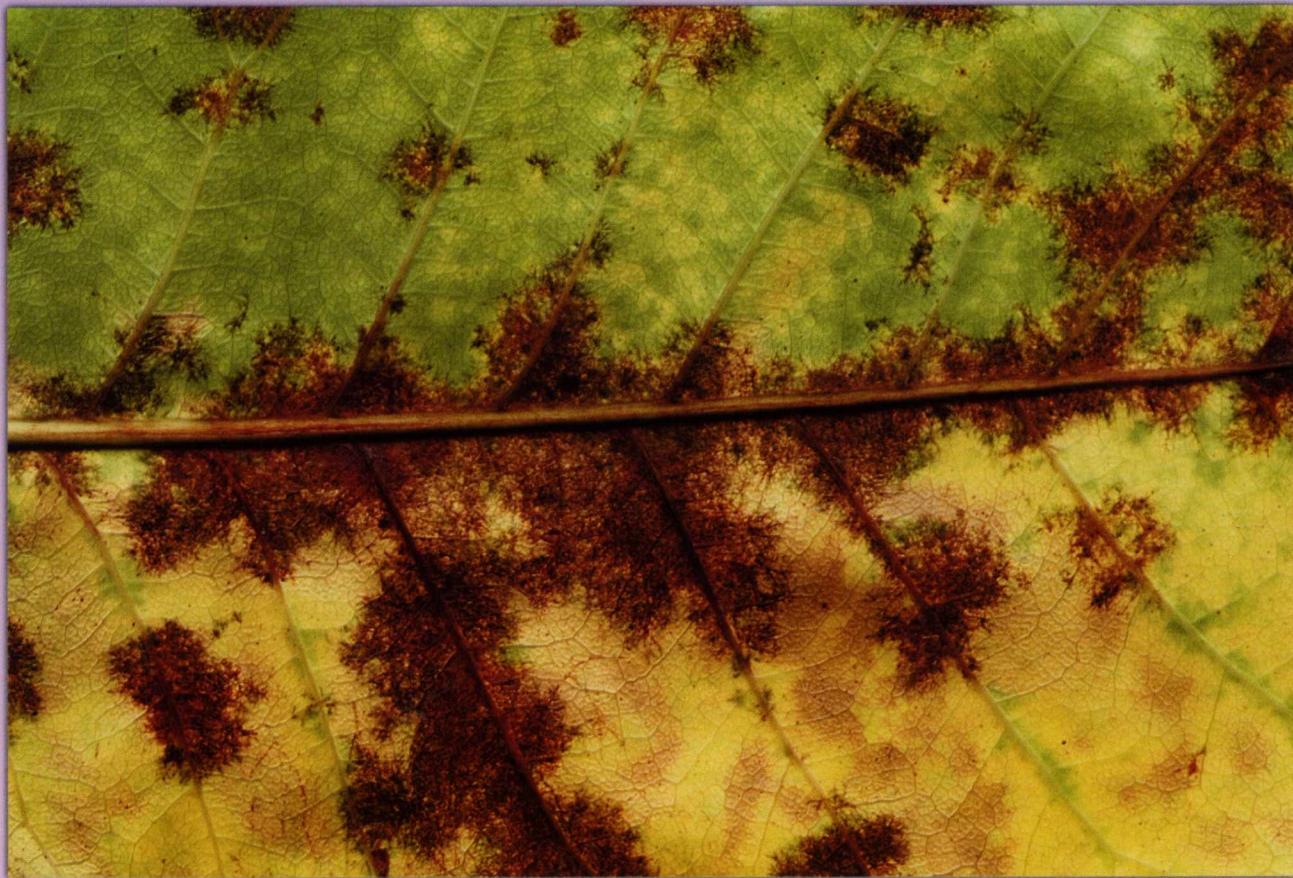
da a sexta-feira “bate o ponto” na calçada do Café São Luís, no centro da cidade, conservando um hábito de muitos anos. À tarde, sempre fica em casa, no bairro de Potilândia. Uma residência confortável, com piscina, e onde numa das salas, destaca-se um quadro com uma foto de Dinarte Mariz. No primeiro andar do imóvel, fica a biblioteca, onde ele se refugia para ler e escrever. Quanto à formação intelectual, Eugênio Netto fez cursos intensivos de nível superior, na área de Comunicação Social, na Universidade Gásper Líbero, em São Paulo, e na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, além dos cursos de política na Escola Superior de Guerra (ESG) em Natal, mas ele se considera mesmo um autodidata. Modéstia, de quem trabalhou nos principais veículos de comunicação do Estado, como o Diário de Natal e a Tribuna do Norte e do país, como o matutino carioca O Dia e o Correio Braziliense, além de ser discípulo de um dos maiores jornalistas brasileiros de todos os tempos, Carlos Lacerda, que independente de suas posições políticas e ideológicas, foi um brilhante intelectual de direita – autor de A missão da imprensa (Edusp, 1990 – Coleção Clássicos do Jornalismo Brasileiro), fundador de um jornal, a Tribuna da Imprensa e de uma editora, a Nova Fronteira – embora Lacerda na juventude tenha se aproximado do Partido Comunista, do qual depois se tornaria um dos mais ferrenhos opositores.

“Sou visceralmente contra o comunismo, porque sei que essa forma de governo jamais se adaptaria ao Brasil”, diz Eugênio Netto, conquanto admita ter “excelentes amigos comunistas.” E acrescenta: “fui partidário da revolução de 64, mas desa-

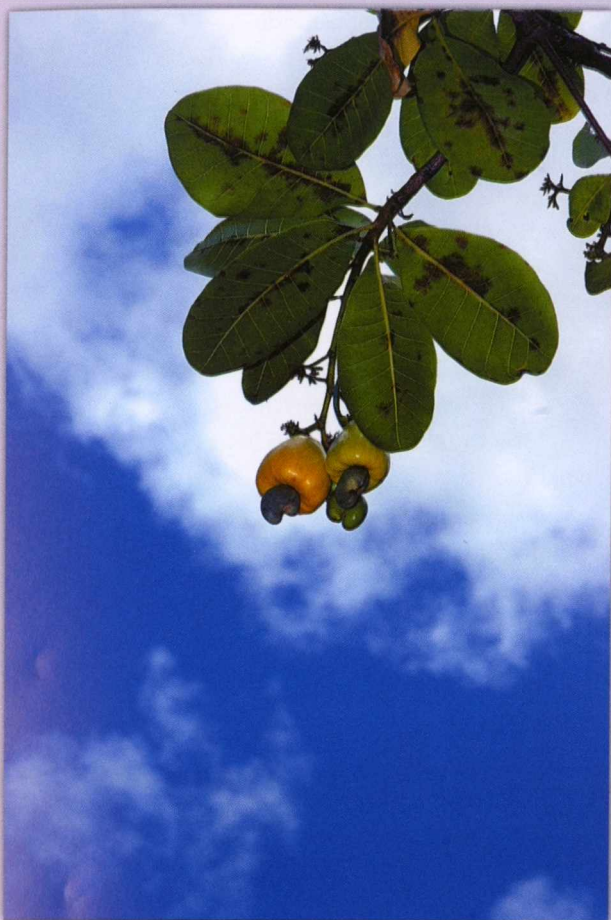
fio a que alguém possa provar que eu tenha denunciado ou acusado alguém.” De fato, Eugênio teve gestos de coragem e grandeza, como por exemplo, o de que a primeira pensão alimentícia que a família de Djalma Maranhão teve após 64, para sobreviver, nasceu de um projeto de autoria dele, quando vereador. O nome do Palácio dos Esportes Djalma Maranhão também é de autoria do então vereador Eugênio Netto. De 1985 para cá, com a redemocratização do Brasil e advento da globalização, muita coisa mudou no cenário político, e Eugênio mantém-se atualizado. “A queda do muro de Berlim foi consequência da decadência do comunismo, que como podia ser previsto, por seus erros, falhas e tudo que se acusa hoje, tinha que se acabar, como acabou.”

Sobre a China, com o seu socialismo de mercado, ele afirma que aquela nação “não é mais comunista, é praticamente uma democracia em expansão”, diz Eugênio, que mesmo com um partido único na China, acredita que a tendência naquele país será de uma plenitude democrática. Em relação à clássica dicotomia esquerda x direita, ele afirma não acreditar mais nessa divisão. Cita, nesse sentido, o livro Direita e Esquerda, de Norberto Bobbio. É, Eugênio tem razão. Mas, ao relembrar figuras como Dinarte Mariz e Carlos Lacerda, como não sentir saudades dos bons tempos em que direita era direita e esquerda era esquerda? ■

O Valor do Cajueiro



Fotos e textos: Henrique José/ZooN – Repórter Fotográfico e Educador Popular, diretor da ONG ZooN Fotografia e concluinte do curso de Lazer e Qualidade de Vida, do CEFET/RN. Fotografias realizadas na Ecovila Novo Horizonte, região de Pium – Nísia Floresta/RN. (www.zoon.org.br – henrique@dhnet.org.br, fones 084 211 4291 e 8817 1803).



Símbolo da cultura nordestina, o cajueiro mostra-se em seu manto verde, como uma majestade, que inspira poetas e cantadores, ou simplesmente, num gesto de humildade, sombreia e alimenta o nosso povo. Quem ainda não contemplou a sombra de um cajueiro? Comeu castanha de caju e seu pseudofruto de admiráveis sabor e aroma? Ainda é tempo, para os menos atentos, harmonizar-se com esta força, pois o cajueiro está ligado ao Nordeste brasileiro como o baião, o xaxado e o forró.



Através de inúmeros relatos e crônicas, os “primeiros colonizadores” da costa brasileira contam que nações indígenas do interior vinham ao litoral (território dos tupinambás e tupiniquins) no período da safra do caju, travar as “guerras do acayu”, pela colheita dos frutos. Estes mesmos colonizadores portugueses, no século XVI levaram sementes do cajueiro para suas colônias da Ásia (na Índia, a árvore se adaptou extremamente bem) e África (Moçambique e Goa). Nesta mesma época, os espanhóis, levaram sementes ao Caribe e América Central. Assim como outras riquezas naturais de nossa flora, perdemos a soberania sobre nossa majestade, hoje, cultivado em vários pontos do planeta. Como diz a música “A Força do Cajueiro”, de Jacinto Silva e Roberto Souto: “Quando eu lembro cajueiro, ai que saudade me dá, uma lembrança bem forte que faz eu me recordar, sou feliz porque eu vejo um cajueiro florir. Cajueiro quando abala alerta o meu viver, seu abalo é muito forte que faz eu estremecer. Sua sombra vem da luz, é a força do bem querer. Agora que estou vendo como é grande o seu valor, eu quero ser pequenino do tamanho de uma flor, Cajueiro abala, abala, cajueiro abalador”.



Árvore de grande porte, originária do Norte e Nordeste do Brasil, sua altura atinge de 5 a 10m (podendo atingir até 20m de altura, em solos argilosos e de boa fertilidade, ou na Amazônia, onde, em meio a floresta, crescem na direção da luz), têm seus galhos espalhados, como braços tortuosos que abraçam e unem o céu e a terra, formando uma copa ampla e esparramada. Assim é “O Cajueiro de Pirangi”, cantado por Elino Julião: “Não tem outro cajueiro, no mundo só tem esse aqui, o maior cajueiro do mundo é o de Pirangi”.



Madeira leve e forte, de longa durabilidade, cor rósea, recebe bem o verniz e tem características apropriadas para construção civil, serviços de torno, carpintaria e marcenaria, é usada na confecção de cabos de ferramentas agrícolas, cepas de tamanco e caixotaria, e por ser resistente à água do mar, é utilizada na fabricação de cavername de barcos (conjunto de peças que dão forma ao casco da embarcação: quilha, roda de proa etc). A casca do tronco é adstringente, rica em tanino (substância tintorial vermelho-escuro, que tingia roupas, redes em linhas de pesca etc) própria para o curtume. Apesar destas boas características de sua madeira, infelizmente o cajueiro é sub-utilizado, em sua maioria, queimado para a produção de lenha e carvão. “Meu bem se eu subir eu caio da galha do cajueiro, Pois tô de olho amarrado nas vorta do seu joelho”, trecho da música “Chuculatêra”, de Antônio Carlos e Jocaí, gravação de Luiz Gonzaga.



Suas folhas lisas e sem pêlos, de cor rósea quando jovens e verdes quando adultas, formam uma copa densa no alto e um manto marrom ao chão. Suas flores que despontam a partir do mês de junho, prolongando-se até novembro, são melíferas, produzindo um mel apreciado. Masculinas e hermafroditas situadas na mesma inflorescência; as flores masculinas abrem-se às 6 horas (até as 16 horas) e as hermafroditas às 10 horas (até as 12 horas).

Seu uso medicinal é amplo e diversificado: cortes no tronco deixam sair resina medicinal (expectorante) e de uso no preparo da cajuína e da jeropiga; a resina é ainda, uma rica fonte de alimento para os Sagüis (primatas) que habitam a região. As folhas novas servem para curtume e sua infusão (20% de folhas) é tida como medicinal (escorbuto infantil e angina de bismuto). O mesocarpo do fruto é também de uso medicinal, tendo propriedades anti-sépticas, vermífugas e vesicantes. Quem não lembra do Cajueiro, interpretado pelo grupo Raimundos, composição de autor desconhecido: “Eu subi num pé de cajueiro, só pra ver meu amor passar; Eu subi num pé de cajueiro e esse caju eu vou chupar; AH AH AH esse caju eu vou chupar, OH OH OH OH OH e a castanha dou pro meu amor, AH AH AH esse caju eu vou chupar, OH OH OH OH OH e a castanha dou pro meu amor”.





Nas cores amarela e vermelha, o pedúnculo super desenvolvido e suculento é geralmente confundido com o fruto, quando na verdade a castanha afixada àquele, é o verdadeiro fruto. Também chamado de pseudofruto, ele é rico em vitamina C, sendo utilizado na alimentação do homem e de animais (bagaço). Ao natural o pedúnculo é consumido fresco (inteiro ou cortado em rodela, acompanhando feijoadas e tira-gosto); esmagado produz suco refrescante – a cajuada. Processado (em ações artesanais ou industriais) produz compotas, doces (cristalizados, em massa), caju-passa, geléia; com o sumo produzem sucos concentrados, cajuína (suco clarificado), vinho, vinagre, aguardente, licor, mel-de-caju. Com o suco fermentado (artesanamente) fabricam-se as bebidas mococoró e cauim; com pedúnculo mais castanha jovens, - o maturi – prepara-se guisados e fritadas apetitosos, prepara-se ainda na culinária vegetariana, bife de caju, feijoada com caju e misturado a carne de siri ou caranguejo, serve para aumentar o volume dos crustáceos (artifício utilizado por maldosos baraqueiros e donos de restaurantes). “Manduquinha”, música de Luiz Guimarães, gravada por Luiz Gonzaga: “Ceguinho, grita um ex companheiro à brincar no cajueiro, pela ponta do arrebol, cego sim, que desventura, tua vida é sempre escura, pois não tens a luz do sol”.

Os frutos amadurecem nos meses de setembro até janeiro. A casca da castanha fornece um óleo industrial, a resina LCC – líquido da castanha de caju – de uso industrial (resinas fenólicas, pós de fricção para indústria automotiva). É comum na região, relato de pessoas que se queimaram e até produziram tatuagens com este líquido. A amêndoa é processada e consumida como castanha assada: Caramelada com açúcar ou salgada em coquetéis e tira-gosto de bebidas sofisticadas; ainda a amêndoa inteira, quebrada ou sob forma de farinha entra no preparo de bolos, doces, bombons, chocolates, acompanha sorvetes, além de fornecer óleo, altamente insaturado. “Cajueiro”, música de Jackson do Pandeiro e Raimundo Baima: “Cajueiro, êê, cajueiro ê-á, cajueiro pequenino, todo enfeitado de flor, eu também sou pequenino, carregadinho de amor. Tradicional cajueiro, dos meus avós traz lembrança, testemunha evocativa, dos meus tempos de criança. O cajueiro não dá coco, coqueiro não dá limão, o amor quando é de gosto, não produz ingratição”.



Cajueiro doce, é que leva pedrada, diz o ditado popular, confirmando seu valor e popularidade (perseguido pelas crianças da região, que rebolam pedras para colher o caju). Cantado e amado por muitos compositores e intérpretes, o cajueiro, é uma fonte constante de inspiração, além dos forrós já citados, ele figura em músicas de artistas da MPB, como Djavan na música “Alumbramento”, Caetano Veloso nas músicas “Ciclo” e em parceria com David Byrne, compuseram “Dreamworld”: “e na pele castanha, trás uma luz de caju”. Não podemos esquecer o clássico “Tropicana”, de Alceu Valença, Raul Seixas com “Capim Guiné”, e Agepê com “O Arrebol”, que também citam o cajueiro. Alcione interpreta “Cajueiro

Velho”, composição de João Carlos: “Cajueiro velho; vergado e sem folhas; sem frutos, sem flores, sem vida, afinal; Eu que te vi florido e viçoso, com frutas tão doces que não tinha igual; Não posso deixar de sentir uma tristeza, pois vejo que o tempo tornou-te assim; Infelizmente também a certeza que ele fará o mesmo de mim, já tenho no rosto sinais de velhice, pois da meninice não tenho mais traços; Começo a vergar como tu, cajueiro, fui teu companheiro dos primeiros passos; portanto não tens diferença de mim, seguimos marchando em uma só direção, apenas me resta da vida o fim e da mocidade a recordação”. ■

F O C O
P O T O
G U A R

Cinco vezes Alfred Hitchcock

Marcos A. Felipe (<http://focopotiguar.zip.net/>)



Quando entro em contato com o cinema de Alfred Hitchcock, seja através da fase inglesa ou americana, dos primeiros ou dos últimos filmes realizados, dos mais obscuros aos mais conhecidos, há sempre uma expectativa que toma conta do meu olhar, do modo como vejo e o que espero encontrar em suas obras. Expectativa que está vinculada ao uso preciso da engrenagem que forma o campo cinematográfico e do universo sempre, ou quase sempre, preso a um cadáver que atravessa a trama, as histórias relacionadas a assassinatos, à recorrência de detetives, policiais, bandidos. Aspectos que estão fundados, essencialmente, em uma estrutura de suspense que, nas palavras do próprio Hitchcock a François Truffaut, alonga o tempo, nos torna

participantes ativos da cena enquanto espectadores e eleva significativamente momentos que, em outras mãos, não passariam de instantes banais. Expectativa que não é nenhuma novidade, que não apresenta qualquer explicação nova sobre o mestre inglês, que não encerra os elementos estilísticos que formam sua obra e que não passa de um conjunto de clichês e lugares já comuns na crítica de cinema, mas cujo principal e único responsável é o próprio diretor.

“Janela Indiscreta” (1954), com James Stewart e Grace Kelly, não foge à expectativa, à regra ou ao clichê hitchcockiano. Todo o filme é dominado pela câmera subjetiva que, magistralmente, trabalha o olho-mecânico como extensão do olho-humano como raramente se vê no cinema. Portanto, o que vemos em quadro (como quartos e janelas, a bailarina e o pianista, o comerciante e seu casamento em frangalhos, etc.) passa antes pelo olho do personagem. Assim, a imagem só nos chega a partir do que o fotógrafo Jefferis (James Stewart) presencia, observa e perscruta como um voyeur do alto de sua janela. Ao seu lado, da mesma forma que sua bela namorada Lisa (Grace Kelly) e sua dedicada enfermeira Stella (Thelma Ritter), nós somos testemunhas e cúmplices como espectadores ativos de sua indiscrição e caráter invasivo. Para estender o alcance de sua visão, a do personagem e a nossa, Hitchcock mobiliza o maquinário moderno de binóculos e teleobjetivas que, metaforicamente, é

apresentado como extensão natural da câmera de cinema que nos faz perceber o mundo dos outros como o mundo do personagem e, talvez, como painel humano de nosso próprio mundo.

Portanto, “Janela Indiscreta” tem na relação do cinema com a vida o território onde são indissociáveis, pertencentes e incorporados a um só e mesmo corpo. Assim, a cada “espiada” do personagem de James Stewart, Hitchcock promove a humanização do olho-mecânico e, ao mesmo tempo, a mecanicização do olho-humano a partir da câmera subjetiva. Recurso que, ao fundar o campo ótico como dispositivo, nos apresenta a realidade humana atrelada, fundamentalmente, à realidade do personagem e à nossa própria, já que participamos ativamente da trama. Realidade humana cujas experiências e vivências dos personagens secundários estão ao alcance de nossas janelas e compõem um amplo catálogo de relações afetivas que, ora, refletem afetos resolvidos (o casal de jovem), ora, laços partidos (o comerciante e sua esposa); e que ecoa no estado afetivo-emocional de Jefferis. Dando, assim, um caráter orgânico ao filme, justificando a locação única (o “Greenwich Village”), a obsessão indiscreta do personagem e o campo ótico através de binóculos e teleobjetivas – aspectos que são mais fortes que o cadáver (invisível, por sinal) que invade a trama e que se justifica apenas na necessidade do “clichê hitchcockiano.”

Com “Disque M para Matar” (1954), que mais uma vez tem Grace Kelly no elenco de Hitchcock, o “clichê” ou “regra hitchcockiana” toma de assalto todo o filme. Portanto, o universo policialesco com o cadáver atravessado a trama movimentada as peças do tabuleiro a ser navegado. Decidido a matar sua esposa Margot (Kelly), o ex-tenista profissional Tony Wendice (Ray Milland) arquiteta, minuciosamente, o assassinato. Para isso, chantageia um amigo de faculdade (Anthonny Dawson) para executar o plano e resolve dois problemas – o de ordem financeira, já que terá toda a herança de sua esposa em suas mãos; e conjugal, uma vez que se vingará da traição que envolve um escritor americano (Robert Cummings) que, na ocasião, está em Londres. Assim, ao contrário de “Janela Indiscreta”, não há espaço para outro universo que não seja o vinculado a assassinatos, conspirações e cadáveres. Tais elementos não só são marcantes enquanto categorias de estilo, mas a razão da existência da trama, da psicologia dos personagens e da composição do campo fílmico, e, portanto, não existem apenas porque precisam obedecer a um clichê (ou a uma regra, como queiram).

Apesar de Alfred Hitchcock, na famosa entrevista a Truffaut, confessar que tem “Disque M para Matar” como sendo um filme menor no conjunto de sua obra, a força do campo fílmico fundado no diálogo é, realmente, impressionante. Ao ver esse filme anos atrás, quando ainda

não tinha o gosto pela pesquisa contextual que nasce com o Mondo Blog, me perguntava: por que a palavra domina a cena em um diretor cujo campo cinematográfico sempre, ou quase sempre, imperou? Adaptado de uma peça de teatro, o que explica a soberania do verbo como recurso que constrói, recria e funda realidades, não deixa de ser fascinante o diálogo ininterrupto, sua fluência e compreensão – o que revela ainda um domínio expressivo e as atuações por parte dos atores. Na longa cena em que o personagem de Ray Milland convence o personagem de Robert Dawson a executar o plano, por exemplo, Hitchcock imprime um ritmo que não nos afasta, mas nos aproxima do poder da palavra, pois, aliado ao diálogo interminável, as atuações utilizam-se de todo o espaço do cômodo, transitam por seus diversos ângulos e geografias. Lembrando que, assim como em “Janela Indiscreta”, a trama, praticamente, ocorre em cenário único (a sala da casa dos Wendices).

Em uma viagem com sua família pelo Marrocos, com filho e esposa (Doris Day), o médico americano Ben McKenna (James Stewart) se envolve acidentalmente em uma conspiração para assassinar um chefe de estado. Um agente secreto francês, à beira da morte, lhe conta o plano que ocorrerá durante um concerto em Londres no Albert Hall. Para impedi-lo de ir à polícia, os conspiradores sequestram seu filho. Com uma trama internacional, ao contrário de “Ja-

F O C O P O T O G U A R

Cinco vezes Alfred Hitchcock

Cena de "O homem que sabia demais", da 1934. Em 1956, seria filmada nova versão



nela Indiscreta" e "Disque M para Matar", Alfred Hitchcock quebra completamente a idéia de cenário único e expande o espaço por onde seus personagens se movimentam. Mais uma vez, além de marcar o campo temático estilístico, a "regra hitchcockiana" encontra sua razão, principalmente no desenvolvimento do enredo e psicologia dos personagens, constituindo-se como vetor que estabelece a lógica que faz a roda da fortuna ser movimentada. Interrogado por Truffaut sobre o uso das diversas nacionalidades envolvidas no filme, Hitchcock explica que para driblar a censura resolveu não deixar claro de onde era o Primeiro Ministro a ser abatido. De fato, apesar de não voltar ao filme para verificar, entrei

e sai de "O Homem que Sabia Demais" sem tal informação.

Como, inicialmente, esclarecemos, o domínio do campo cinematográfico é um outro elemento no cinema do mestre Alfred Hitchcock que encerra toda e qualquer expectativa quando vejo seus filmes. Com "O Homem que Sabia Demais" (1956), que promove mais uma parceria com James Stewart, não existe motivo algum para não elegermos a cena no Albert Hall como uma das cenas mais importantes da história do cinema. Para isso, Hitchcock mobiliza todo o arsenal para construir sua estrutura de suspense e não de surpresa como ele sempre deixa muito claro: a decupagem que nos prende totalmente aos acontecimentos, o trabalho da montagem que arquiteta

DICA DE LIVRO

HITCHCOCK|TRUFFAUT: ENTREVISTAS

(2005, Companhia das Letras)


todas as peças do tabuleiro, a música em um contínuo de afetação e tensão e as atuações, – sobretudo, de Doris Day –, que nos tornam cúmplices e participantes totais da trama. Tudo isso em uma cena de 12 minutos sem um único diálogo, sem a presença de tudo o que não seja proveniente da estrutura de suspense e manipulação do campo fílmico, onde direção, música, montagem e atores confluem para um só e mesmo corpo e onde só há espaço para a arte do cinema que manipula e contamina nossos sentidos em cada medo, angústia e ações diante do que está preste a acontecer.

Com seu cinema preso ao universo do crime, detetives e assassinos, às conspirações que abatem o indivíduo (“Disque ‘M’ para Matar”) ou tentam abater o Estado (“O Homem que Sabia Demais”), Hitchcock desenvolve o que podemos chamar então de “regra hitchcockiana”: o uso sistemático de categorias de estilo que formam um universo marcado pela morte – esteja ela no centro ou nas bordas dos filmes, vinculada aos comportamentos dos homens como consequência ou causa, seja fato na vida de indivíduos ou atmosfera que cria relações com sua fatalidade. Através de suas histórias, dos comportamentos e ambientes que marcam seus filmes, há sempre a possibilidade de um cadáver estruturando toda a trama, a vida de alguns personagens (“Janela Indiscreta”) e o corolário de uma época (“Os Pássaros”). Mesmo quando não a vemos ou não temos certeza de sua existência, ainda assim

a morte define o que se sabe (o fotógrafo Jefferis e seu conhecimento obsessivo), a psique daqueles que são dominados pelo desejo de sua possibilidade (a jovem Madeleine, na simpática interpretação de Kim Novak, em “Vertigo – Um Corpo que Cai”) ou pelo medo de sua efetivação (Tippi Hedren como Melanie Daniels em “Os Pássaros”).

Assim como em “Janela Indiscreta”, a obra-prima “Vertigo – Um Corpo que Cai” também sente o peso da “regra hitchcockiana” e é afetada, de certo modo, por certas categorias de estilo que não abandonam o cinema do mestre inglês, mesmo quando este passeia por outros caminhos. Apesar de, em determinados filmes, sua presença petrificar-se apenas para que sua utilização não seja interrompida, o universo de Hitchcock acaba sendo definidor em “Vertigo – Um Corpo que Cai” – tanto na primeira parte quando a personagem de Kim Novak caminha pela cidade em busca da morte quanto na segunda quando esta envolve por duas vezes o destino da farsa/verdade que se repete. Mesmo assim, não o vejo como sendo uma obra puramente hitchcockiana que necessitasse daquilo que não fosse o ato de olhar, o que está em seu entorno e o envolve. Por isso o campo ótico que se forma em volta dos personagens apresenta-se com mais força que seus desejos e medos – campo ótico que faz com que a bela Madeleine passe horas no museu a contemplar uma pintura e o detetive Scottie (James

Stewart) a observá-la por toda a cidade, cuja síntese máxima que a encerra vemos na cena do cemitério através de “filtros de névoa.”

Em “Os Pássaros” (1963) ‘Tippi’ Hedren interpreta Melaine Daniels e Rod Taylor o advogado Mitch Brenner. Não estamos mais no cenário único, mas, basicamente, a trama ocorre numa comunidade no interior dos EUA que, apesar de não ser um apartamento (“Janela Indiscreta”) ou uma sala (“Disque ‘M’ para Matar”), impõe-se enquanto espaço circunscrito denotando uma situação sem-saída; nem tampouco estamos no universo onde a “regra hitchcockiana” impera, quando conspirações ou detetives, policiais ou assassinos tomam toda nossa expectativa. No entanto, a imagem da morte ainda ronda os corações e mentes dos personagens, seja como causa ou consequência, território ou atmosfera. Portanto, é a idéia que emerge com toda a força do cinema de Hitchcock, compondo, assim, quase todo o imaginário a partir do desenvolvimento do medo, do temor e da desesperança frente a uma força sem limite e explicação: o ataque de milhares de pássaros, gaviotas e corvos, aos moradores daquela comunidade americana. Sem música, a cena final do filme é tomada de silêncio, cena inexplicável e sem fim, que prima pela imagem que resume uma época através de um filme – ao qual François Truffaut e Hitchcock dedicaram o maior tempo de suas conversas cinéfilas. 



O negro gueto da música de preto

Carlos Gurgel

Poeta

A poesia que passeia entre pedintes, notívagos, por cima de morros; ela tem o brilho da língua seca. Ela é faca de ponta afiada, no verso da fome que consome os dias da gente daquele gueto, imprensado, comprimido, sufocado.

Assim, quem vai para a rua e vagueia, reclamando do sol e da falta do que fazer, compreenderá que nem tudo que se quer é divino.

É urgente, que a gente daquele lugar, que para falar a verdade, é o lugar onde se escondem troféus e tréguas, se sinta em condição de se ver.

O passar dos olhos, pelo interior dos nordestinos, como olhando para o que é nosso, sem entender nada, é mais uma fantasia que rola solta, como fazendo parte do imaginário, do relicário de uma porção de labirintos sem timbre e sem voz.

A sobrevida de todos nós, só pode ser salva pela arte. Arte é o que cura. É o que limpa e oxigena os nossos corpos. Como salvando desvios e matérias. Desmaios e tropeços. Ela (a arte), muda a gente. Transfere o que ficou no ar, para o que está dentro do desejo.

Ela presenteia pobres e ricos. Põe na vitrola truques e ruídos. Alimenta com a sua sombra anárquicos e boêmios. Terráqueos e aéreos. Assim sempre foi, assim sempre será.

Por isso, Neguedmundo é cria. É a companhia que faltava para destravar os frag-

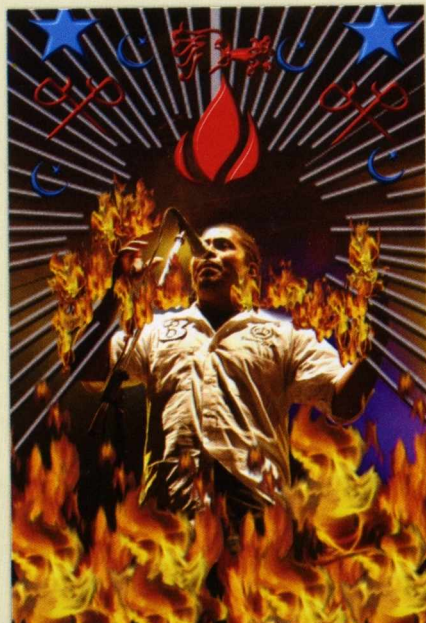


Ilustração: Foto de Flávio Aquino. Arte Final: Venâncio Pinheiro

mentos das noites que suplicam que nós somos feitos de tequila e daimensidão das nossas incompletudes.

Ele, Neguedmundo, com seus enormes anéis, desce a escada que alimenta sua alma, no fundo do fundo do poço, e instala no seu coração a vontade de servir pérolas e bússolas. Pensamentos e saídas. Viagens que nos salvam e libertam todos que pensam que arte não faz parte. Parte integrante, instigante.

O candeiro, a vela, a lamparina que iluminam palavras e ritmos. A ventania que assola o coração de quem quer mais.

Como profetizando no terreiro que escolheu, a célula da vastidão que salva.

Edmundo, como dono do seu palco, sabe do dever que deve ser cumprido. Ele elastece, com sua voz, o pedido de clemência de quem passou por poucas e 'broas'. Ele percebe, que o mundo, como uma bola que gira, dá tratos aos que têm cabelo rastafari, e a todos que sabem do que ele é capaz.

Sim, a poesia pode. Ela é capaz de nos levar e elevar o nosso ritmo cardíaco e paradisiaco. A poesia permuta fogo-fátuo e sucatas. Destranca e destrava o linguajar de uma noite mal dormida. Limpa janelas e portas. Troca chaves e pegadas. Eleva o tom do ar. Preferindo ser mistura fina, como companhia e confidente. Ao lado dos sujos e maltrapilhos rostos, dos que nos acompanham nessa invernada.

É assim o som que Edmundo fermenta. É como se fosse a fumaça de um trem. Uma janela que arremessa raios e o gosto pela noite que não vem. É como o artesanato que pensa na sua tatuagem e que nunca mais sai do corpo de quem a escolheu. Tatuagem que é o som que Edmundo esquenta goela adentro, daqueles que ele recolheu raggas e cocos-de-roda.

O seu recado é o seu som reproduzindo com sua crença, espaços e atitudes. Espaços onde giram preciosidades perdidas. Na sua voz, tatua-se a prece de quem ficou no mundo para salvar os nós cegos das feiras e das beiras dos nossos passos perdidos. E dos que desceram as escadarias que encantam transes e tentações. Ou dos que pensam que viver é um eterno retorno.

Sim, mais uma vez, Edmundo se joga. Aponta a seda do cupido. Do curtido.

Do sortido. Ele é a própria encenação do negro gueto. Que além dos seus gemidos, que laça todo mundo na roda, ele fabrica e costura uma colcha de atalhos. Como dispensando com sua divina insanidade, línguas tortas e o fabrico da maldade

A música de preto de Edmundo é o próprio mapa da mata do tesouro. Ele abusa e usa dos ruídos dos besouros. Como, chamando para si, os mistérios da mata que distribui raízes e a semente do que virá.

Ouso dizer, que o trato que Edmundo dispensa ao rap, ao dub, ao hip e ao soul, é o roteiro da mina que faltava. Com o seu som, como uma zabumba que mistura tudo, Edmundo distribui com o seu colar, o chá das evas da taba da tribo de Poti.

Ele é o portal que orienta silvas e lacaios. Ele é bacamarte e as panelas dos oliveiras. É quizumba e os olhares de quem acredita nos seus refrãos. É o que corre na veia e na via expressa. Como dizendo que o passar dos anos, é só uma questão do vento. Que leva e traz com os seus mistérios, de quem foi fundo no poço. No paço. No passo.

Sim, quem passeia nas vertigens dos jardins que não têm fim, enxuga com as lágrimas das noites perdidas, os rostos das esfinges das ruas. Como cobrindo o pranto de água e céu.

Desse ângulo, o poeta, tão gente e semente, é um andarilho. Que vê, passando pelos seus olhos, os *deja vu*, tão freneticamente intensos.

Precisamente, a vida de Edmundo se mistura com a vida das queimadas. Como cinzas das vitrines do nosso tempo. Como o almíscar do nosso cheiro do mundo. E da sorte tão forte de um Fabião das Queimadas.

Tanto Fabião como Neguedmundo são tipo Cervantes. Errantes. E certos como lúmpens que caçam mares. Marés. Alpendres e Palmares.

São divinos e senhores de si. Aldeias e alforrias. Tentáculos e tantas correntes.

Lanças e perfumes que enebriam quem da vida se fez pó. Assim, eles são salvadores de cátedra. Da catedral das nossas enormes escumas. Como desfilando com os nossos sonhos, os senhores e senhoras da primeira hora.

Resta, ao seu dispor, a correnteza das marés. Como escolha que não é fácil. Sim, a vida não passa de uma escolha. Ou de uma escola?

Não se aborreça, nem fique inverossímil. A pólvora que eleva o rastro que circunda nossos brutais pensamentos, não passa de vestígios. Semelhante à livre escolha que imaginamos fazer, quando a todo instante, a vida da qual viemos, nos pede que nos livremos da sua passagem.

Sim, a viagem que Fabião das Queimadas fez, para encontrar o Fabião "Edmundo das Quebradas", é o mesmo percurso que fazemos todos os dias, quando por um instante, reconhecemos a nossa pequenez. A nossa frívola e efêmera existência. Como condoídos estamos todos nós, quando entendemos a grandeza dos dois Fabiões. Eles são simples e originais, faróis, estrada, personagens que rompem com a normalidade de uma vida desprovida de charcos e sacos.

Como sustos e surtos de uma caixinha de música que aguarda e proclama os seus mais preciosos direitos autorais: sol e lua. Língua e sangue. Vida tão forte, que rasga como uma gralha na noite, gritos e sussurros. Foice e fome.

Todo esse universo, diz respeito ao baião e ao drum'bass, todas as quebradas de uma partitura que nos seus degraus, às vezes escorregadios, às vezes tão indescritivelmente perigosos, nos fazem passageiros de uma ciranda que rodopia e que não se cansa em se dançá-la.

Que enfia como num piscar de olhos, as mãos pelos corpos. Possuída pela enorme sensação de que podemos ser vistos. De que podemos nos tocar. De que podemos nos olhar no espelho da estrada que não pára. E reproduz, como no verso de cor-

del, o reboco dos nossos cabelos, que precisam de trilhas e tendas. Lendas e lêndas (mais do que, as que já existem).

Sim, precisamos nos coçar. No coçar de quem tem trégua e despacho. Como caindo no passo da armadilha, desfrutando dos seus riscos e riquezas.

Nascer com música e morrer com ela é como levar para o paraíso arranjos e estopins. Fogos e serpentes. Também serpentinhas e máscaras. Carnaval e lundu. Exu e o luxuriante transe que nos acompanha atento e forte.

Assim o roteiro que pretendemos mostrar com essas duas figuras, está quase no fim. Resta o espelho do futuro. É o que podemos fazer para entender todos esses batuques tribais, que precisam de todos nós, como se fôssemos eternamente crianças. Aguapés de cirandas e transes. Transes de mãos e olhares. Batidas fortes de uma música que não pára. Que é de preto.

Pois o batuque que aqui se fala, é o batuque da revolução. Do cafuné e da caçarola. Da caça e do que rola. Da caça pelo som que nos faz bem. E do que rola, ao redor da ginga, gingle e gíria. Que cola em nós, e que nos enrola em direção ao cais que pára no meio do mangue e do cheiro das marés que nos fazem filhos da terra.

Assim, Fabião das Queimadas e Fabião "Edmundo das Quebradas" protegem a sua legião. Carregam com as suas paisagens, o eletrônico e o messiânico. Tudo o que precisamos, para reconhecer que o trem que vai e vem, é o mesmo que pára e que salva. De uma textura tão negra e tão calva.

Assim a black music do tupi guaraná é o som que há. E no Rio Grande do Norte o tupi que ri é rei. Pois na aba e na taba do cacique, ter grande pique é se jogar no roçado onde nascem sereias e paixões. E a semente que brota no terreiro da tribo, é o carro-chefe de quem não se deixou levar. Tenho pito. ■



O monumento aos mártires da Revolução de 1817, na praça André de Albuquerque, em Natal. Um exemplo de monumento laico que se impõe no espaço da cidade

Rubenilson Brazão Teixeira

Professor de Arquitetura da UFRN

A praça central, a praça da matriz, constitui um dos espaços urbanos mais marcantes das cidades do Rio Grande do Norte. Constituindo o centro em torno do qual as cidades surgiram e se desenvolveram, ela se tornou uma marca indelével da formação de nossa urbanidade, como o é, aliás, em muitas outras regiões do Brasil e mesmo do mundo. No Rio Grande do Norte, em particular, este espaço representou muito mais do que um local de encontro e de festas, de procissões, de feiras semanais ou de comícios públicos, atividades que ainda se verificam nos dias de hoje em maior ou menor intensidade segundo a localidade. No passado, ele incorporava outros usos, certamente insólitos ao olhar contemporâneo: lugar de tortura e de suplícios, mas também de peças teatrais ao ar livre, de Fandangos e Cavalhadas, de festas e de jogos de negros e de índios; de manifestações teatrais da religiosidade individual e coletiva, como as orações públicas; campo de treinamento militar, espaço para licitações com vistas à construção de obras públicas; esplanada onde se liam e se fixavam ordens e editais reais, local de enterro. Foi também ambiente propício à prática de vaquejadas e arena de exibição dos senhores de escravos que, acompanhados desses seus trabalhadores forçados, desfilavam em cavalgaduras com cores berrantes, para assim demonstrar o seu prestígio diante da população local.

Do sagrado ao profano no espaço urbano da cidade potiguar

Estes e outros exemplos de utilização dos espaços urbanos iniciais da cidade potiguar foram característicos no passado. Se não foram exclusivos da realidade urbana norte-rio-grandense, poucas pessoas parecem se dar conta, porém, que estes usos, que se esvaíram ou se transformaram na voragem do tempo, lançaram os fundamentos de nossa maneira de ser urbano. O estudo não somente dos usos, mas também da própria forma físico-espacial dos espaços que os abrigava e da função que estes espaços assumiam, todos dotados de significados que se transformaram ao longo do tempo, nos ajudam a compreender a nós mesmos e a cidade na qual vivemos. Um potiguar “da gema”, transeunte ou usuário mais desavisado dos espaços públicos que originaram nossos primeiros núcleos urbanos, tais como a Praça André de Albuquerque, em Natal, ou Monsenhor Paiva, em São José de Mipibu, ou a Praça Getúlio Vargas, em Açu, – para citar apenas alguns exemplos – raramente tem noção da riqueza histórica que jaz nesses locais e em suas adjacências, espaços dos quais ele mesmo é, em parte, produto e herdeiro em sua maneira de ser, agir e pensar. A compreensão de nossa formação urbana é, portanto, fundamental para compreender a cidade que temos e, por que não dizer, aquilo que somos hoje.

Dificilmente alguma das manifestações públicas que se desenrolavam nestes espaços, fossem elas oficiais ou espontâneas, ocorria sem manter íntima relação com os valores sagrados da sociedade. A presença do sagrado se manifestava

também na própria forma física destes núcleos urbanos em gestação – o arruado, os edifícios e o mobiliário urbano, a sua quantidade, qualidade e relação que mantinham entre si – assim como no sentido e valor conferido à terra e nas funções que as localidades nascentes deveriam desempenhar. Assim, durante muito tempo, o uso, a forma e a função urbana das localidades do estado apontavam para um determinado tipo de sociedade profundamente marcada pela religiosidade. No entanto, no decorrer do longo processo histórico de transformação por que passaram essas localidades e a sociedade que as gerou, houve uma perda progressiva dos valores religiosos tradicionais, processo que é perceptível, novamente, tanto em termos do uso, quanto da forma física e da função dos referidos espaços. Em outras palavras, a sociedade e conseqüentemente a cidade potiguar passaram por um processo de secularização, fenômeno que não é, aliás, específico do Rio Grande do Norte, mas é comum, com maior ou menor intensidade, em todo o mundo ocidental.

Foi no intuito de compreender melhor o processo de formação e evolução da cidade potiguar sob a perspectiva do processo de secularização – enfoque que, pelo que me consta, ainda não havia sido aplicado às cidades do Rio Grande do Norte nem em termos individuais nem coletivos – que resolvi empreender minha pesquisa de doutorado. Ela teve como universo de estudo doze dentre as mais antigas cidades do Rio Grande do Norte: Natal, Extremoz, Nísia Floresta,

São José de Mipibu, Arez e Vila Flor, no litoral; Açu, Mossoró, Apodi, Portalegre, Caicó e Acari, no interior. O objetivo essencial da pesquisa não era o de produzir um inventário ou um catálogo da paisagem urbana das aglomerações propostas em diferentes épocas, resultando, assim, num trabalho descritivo e factual. Ainda que a problemática proposta lançasse necessariamente luz sobre a forma física de nossos espaços urbanos, a investigação proposta objetivava, antes de tudo, compreender a relação entre os elementos-chave do estudo – isto é, o uso, a forma e a função – e o processo de secularização destas cidades. O período de análise da pesquisa, que se estende do século XVIII à primeira metade do XX, se propunha, essencialmente, a verificar em que medida o processo de secularização interferiu no desenvolvimento destes espaços em termos de uso, de forma e de função.

Neste sentido, empreendi um paciente trabalho de levantamento de dados não somente nas cidades estudadas, mas em arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro, Lisboa e Paris. A pesquisa final resultou num volumoso trabalho escrito de pouco mais de 600 páginas. Escrita em francês, a tese foi defendida em outubro de 2002 na École de Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS, Paris, França, com o título “De la ville de Dieu à la ville des Hommes. La sécularisation de l’espace urbain dans le Rio Grande do Norte - Brésil.” (Da cidade de Deus à cidade dos Homens: a secularização do espaço urbano no Rio Grande do Norte-Brasil). Tendo em vista o seu caráter compara-



A praça de Portalegre, vista a partir da torre da igreja. Exemplo dos núcleos originários da cidade potiguar (Fonte: acervo do autor)

tivo, o estudo foi desenvolvido a partir da reunião das doze cidades selecionadas em dois grupos distintos – aquele formado pelas localidades que surgiram a partir da obra missionária junto aos indígenas no Rio Grande do Norte, conhecidas como missões ou aldeamentos – e o grupo formado pelas demais, que tiveram uma origem diversa. Em ambos os casos, e apesar das especificidades de cada grupo, ficou evidente que o sentido do sagrado presidiu a formação e desenvolvimento destes núcleos, mas a imposição paulatina dos valores profanos

transformou este seu caráter inicial, dando-lhe uma feição principalmente profana, secular. Tendo em vista a amplitude do estudo, no tempo e no espaço, a pesquisa se propunha a possibilitar uma visão de conjunto da cidade potiguar, não se detendo detalhadamente, portanto, a algumas das cidades selecionadas, ainda que isso tenha ocorrido algumas vezes, dependendo de algum ponto específico abordado. Adaptada em formato de livro, a referida pesquisa foi traduzida para o português e deverá ser publicada – salvo algum tropeço em seu atual

percurso – ainda este ano pela Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em co-edição com a filial da Fundação Gulbenkian, em Paris.

Como requer todo trabalho científico, as expressões utilizadas no decorrer da pesquisa tiveram de ser devidamente definidas. Entre elas se encontram termos como secularização, uso, forma, função, espaço sagrado e espaço profano, além de expressões metafóricas como cidade de Deus e cidade dos Homens – as últimas das quais serviram, inclusive, como

título à pesquisa. A preocupação com a conceituação dos termos utilizados se estendeu à terminologia técnica empregada desde os tempos coloniais para as aglomerações urbanas encontradas no Rio Grande do Norte, como a povoação, a vila, a cidade, a aldeia, entre outros. O período de análise citado e a escolha das cidades estudadas foram igualmente determinados segundo critérios precisos, de acordo com os objetivos da pesquisa. Finalmente, os principais atores ou agentes sociais – como os representantes da Igreja e do Estado, entre outros – também foram objetos de criteriosa delimitação. A explicitação de todos estes aspectos teóricos, impregnados que são de forte carga técnica e acadêmica, assim como os aspectos metodológicos utilizados, não cabem no presente artigo.

Muitos exemplos poderiam ser citados – tanto em termos de uso, quanto de forma e de função – do processo de secularização da cidade potiguar ao longo do período histórico estudado. Assim, apenas para ilustrar os muitos indícios deste longo processo, perceptível em maior ou menor intensidade nas diferentes cidades estudadas, é esclarecedor mencionar o caso do cruzeiro situado no centro da cidade do Natal. Na primeira metade do século XVIII, a capital da Capitania do Rio Grande revelava, em sua forma físico-espacial, uma série de referências e alusões à primazia do sagrado, boa parte das quais se perdeu ou teve sua importância visivelmente diminuída ao longo do tempo. O antigo cruzeiro que, durante séculos, se encontrava no meio da atual Praça André de Albuquerque,

em frente da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, ocupava, assim, o lugar de honra da cidade, o centro mais importante da urbe. Em 1907, ele foi, porém, transferido para o pátio diante da Igreja do Rosário, bem mais modesto e escondido do que o anterior. Mais significativo ainda é o fato de que, quase no mesmo lugar de origem, foi elevada, dez anos depois, como parte das comemorações do centenário da Revolução de 1817, a Coluna dos Mártires, em honra aos principais protagonistas da referida revolução. Eventos como estes, à primeira vista anódinos, sem importância, se tornam profundamente esclarecedores do processo de secularização em curso quando analisados de forma contextualizada, inseridos no universo social, político e econômico do qual fazem parte, como foi possível verificar na pesquisa. No exemplo citado, o símbolo sagrado cede lugar a um monumento profano, erigido para a glória dos homens, e não para a glória de Deus. Estes e muitos outros exemplos, muito dos quais retirados a partir de documentos inéditos para as cidades estudadas, comprovam que este processo era inexorável.

A função ou funções urbanas, entendidas como as motivações para o surgimento das localidades, por um lado, assim como a evolução destas motivações, que se transformam ao longo do desenvolvimento histórico das aglomerações, por outro lado, atestam o mesmo processo de secularização em curso. As motivações em questão não são, evidentemente, semelhantes para todos os agentes implicados. Por exemplo, as diferentes con-

cepções que os colonos, os missionários e a Coroa tinham sobre o papel e a função que os aldeamentos ou missões deveriam desempenhar na antiga Capitania do Rio Grande entre fins do século XVII e primeira metade do século seguinte geraram inúmeros conflitos, como, de resto, em toda a colônia. No entanto, independentemente da concepção adotada, o papel de catequese, imbricado ou não a outros interesses da sociedade colonial, estava sempre presente. Posteriormente, na segunda metade do século XVIII, num contexto de tendência secular marcado pelas políticas do marquês de Pombal, os aldeamentos são elevados a foros de vilas no Rio Grande do Norte e o papel de catequese cede lugar, aos poucos, ao de civilização dos nativos e a outros fins que estão menos atrelados à questão religiosa. Semelhantemente, a função militar de conquista e apropriação do território, visível em quase todas as localidades estudadas precisamente por se encontrarem entre as mais antigas, não estava isenta de uma forte dimensão ou “função” religiosa. Isso era perceptível, por exemplo, no discurso religioso que justificava a beligerância a partir das aglomerações de colonos brancos contra os “gentios” indígenas, como também no papel de tutela que elas exerceram sobre os aldeamentos nascentes. Natal e Açu se enquadram neste caso. A motivação religiosa era, portanto, inerente a esta e outras funções analisadas, e faziam parte de uma política de Estado. Contudo, as conotações religiosas que acompanham o papel funcional inicial das cidades também desaparecem em etapas posteriores de sua evolução, quando estas pas-



O cruzeiro diante da Igreja do Rosário, em Natal, antes situado de frente à igreja de Nossa Senhora da Apresentação (Fonte: acervo do autor)

nômico, visto como a única alternativa válida para a compreensão da cidade. O estudo da história da cidade sob a perspectiva da secularização tem se tornado, nos últimos tempos, uma opção cada vez mais freqüente de abordagem do fenômeno urbano no Brasil, como demonstram diversos estudos e publicações. Esta perspectiva cultural de investigação é tão válida quanto os tantos outros enfoques de análise possíveis e tem permitido revelar aspectos muito interessantes sobre nossas cidades e sua evolução. O presente estudo se insere nesta perspectiva de investigação. A compreensão da cidade a partir do enfoque sobre o sagrado e o profano ou a partir do viés religioso, historicamente condicionado, em sua interação com aspectos sociais, econômicos, políticos e outros, produziu um estudo de natureza dinâmica, complexa e multidisciplinar que ultrapassa a compreensão aparentemente dicotômica e estanque do sagrado e do profano para a cidade potiguar. A pesquisa possibilitou apreender como a relação entre espaço e sociedade, no Rio Grande do Norte, vista sob o ângulo da transformação progressiva da cidade de Deus na cidade dos Homens, produziu um determinado tipo de cidade, a cidade potiguar. Ela contribuiu para uma melhor compreensão da historicidade dos espaços urbanos da cidade do Rio Grande do Norte, a qual ainda se manifesta, de uma forma ou de outra, na cidade atual. ■

sam a desempenhar funções comerciais e administrativas a partir da segunda metade do século XVIII e principalmente no século seguinte. Cabe ressaltar, neste debate, que enquanto o uso e a forma urbana ficam circunscritos ao núcleo que deu origem às cidades atuais, a função urbana, como foi visto nos exemplos acima citados, não pode ser dissociada de considerações relacionadas ao território e às relações que os diferentes centros urbanos mantêm entre si.

A pesquisa realizada não confere qualquer juízo de valor à cidade de Deus ou à cidade dos Homens no Rio Grande do Norte. Não há qualquer interesse em demonstrar se este tipo de cidade era melhor ou pior do que aquele, muito menos de

criticar ou louvar os diversos atores que, em suas complexas relações, as construíram. Também não tem qualquer caráter saudosista, não propõe o resgate de eventos e tradições obscurecidas pelo tempo, que já não fazem qualquer sentido hoje, a não ser, talvez, como objeto de exploração turística para as localidades estudadas. Os objetivos da pesquisa tinham como interesse tão-somente constatar de que maneira e com que especificidades um fenômeno universal – o processo de secularização da cidade – se manifestou no Rio Grande do Norte, ao longo do período estudado.

As diferentes abordagens de estudo, de natureza histórica ou não, privilegiaram, durante muito tempo, o aspecto eco-

A grande final

Rubens Lemos Filho

Jornalista

Uma grande final abalava o meu magro coração. Uma semana antes da decisão, já batia em ritmo de frevo. A cabeça era um filme de Hitchcock, aqueles taróis terríveis de *O Homem que sabia demais*, um suspense asfixiante com James Stewart e Doris Day, gravado em Marrocos.

O vivente que desprezava uma final de futebol sempre tinha 40% a menos de qualidade. Pelo menos 40%. Nada era mais importante na existência do planeta. Nada lembrava mais a dicotomia entre vida e morte do que uma partida decisiva. Gargalhada e pranto num só teatro à mesma hora, tiro e queda, amor e ódio. Escrevo no tempo passado porque não posso levar a sério uma decisão entre Americano e Madureira. Ou Ipatinga e Cruzeiro.

Aqui em Natal, dois duelos me fizeram chorar. Um de tristeza, outro quase por orgasmo. O primeiro foi em 1979. O ABC ganhara um turno e a primeira fase do segundo. Com um empate diante do América, ficaria com o título. Um atacante, chamado Oliveira Piauí, saiu da cadeia onde ficara por assassinato alguns dias para marcar os dois gols da vitória por 2x1. Dias depois, perdíamos o campeonato nos pênaltis. Eu era mascote alvinegro e desabei aos 9 anos, enquanto meu pai se fazia de forte e me abraçava.

Me vinguei – tenho uma queda confessa pela vingança –, quando já era pai, em 1993. Aos 23 anos, precisávamos vencer no tempo normal e na prorrogação. Ga-

nhamos de 2x1 nos 90 minutos. O América segurava o empate no tempo extra e o seu presidente regia a torcida antecipando a comemoração. O ABC tinha um meia clássico, Sérgio China, que, restando 20 segundos para o fim, de trivela, fez explodir o estádio, ressuscitando mortos que subiram as rampas para uivar assombrosamente no Frasqueirão.

Magro igual a Mogli, o Menino-Lobo, cai da cama ouvindo a Rádio Globo em 1982. Ginga afro-latina, Adílio do Flamengo, apenas por pirraça, esperou os 44 minutos do segundo tempo para sair driblando meio time do Vasco até tocar de leve na saída de Mazaroppi, ganhando a Taça Guanabara (meses depois daríamos o troco vencendo o Carioca).

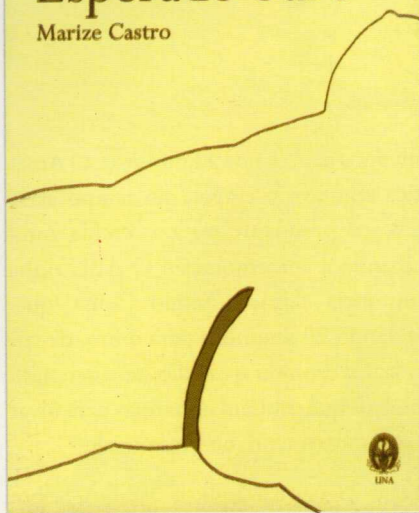
Seis anos depois, Mogli de barbicha, assisti a Romário dar um chapéu fenomenal em Zé Carlos e tocar de cabeça, de leve, virando um Vasco x Flamengo que parecia perdido. Romário aos 22 anos, driblando em velocidade, recebendo lançamentos profundos de Geovani. Meninos, aquilo, sim, era Romário.

Dias atrás, ouvi falar de uma grande final que parou o país. Em casa, no trabalho, na Internet, só se falava da peleja mais importante do mundo, a ser transmitida ao vivo em horário nobre. O Big Brother Brasil. Mara, baiana pobre, Mariana, caipirinha bonitinha e Rafael, professor e namorador. O Brasil parou por esses três craques.

Foram mais de 20 milhões de cabeças inteligentes ligando e votando. Imbecil sou eu que não assisti, não votei e nem me extasiei. Afinal, o Big Brother é uma grande final. De idiotice. ■

Esperado ouro

Marize Castro



Gilfrancisco

Jornalista, pesquisador
e professor universitário

Marize Lima Castro nascida em Natal (1962), formada em Comunicação Social pela UFRN, como jornalista trabalhou na editoria durante vários anos do jornal cultural, O Galo, publicação da Fundação José Augusto. Personalidade da vida social, política, intelectual e das artes em geral, Marize Castro é considerada uma das melhores poetas contemporâneas norte-rio-grandenses, ganhadora de vários prêmios literários, dentre os quais Prêmio de Poesia FJA (1983) e o Prêmio Othoniel Menezes (1998). A conheci na "Cidade do Sol", em 1989, época em que colaborei com alguns ensaios no jornal natalense, O Galo, e travei os primeiros contatos com a literatura local: Guia Poético da Cidade do Natal, de Manoel Onofre Jr., presente da professora Maria Bethânia Soares, uma preciosidade que me introduziu no universo potiguar.

Pareceu-me na época, um tipo de pessoa invulgar, polida, discreta com certas características de gente do interior, qual normalista silenciosa de algum internato religioso. Espirituosa na arte de dizer e

A lírica amorosa de Marize Castro

falar, encantadora com o seu humor e suas atitudes espontâneas, para não falar do olhar esperançoso verdejante e aquele coração confrangido e cauteloso. Amante das madrugadas, da mesa de bar em companhia de amigos, do bom vinho, da boa prosa e das peixadas bem condimentadas do bar/restaurante "Qualquer Coisa", situado na Via Costeira, centro de reunião de notívagos inveterados, de intelectuais, de políticos, de artistas, de agiotas e de sedutoras mariposas da noite.

Foi a partir da sua amizade que conheci João da Rua, J. Medeiros, Francisco Ivan, Anchieta Fernandes, Eulício Farias de Lacerda e reencontrei com o amigo Veríssimo de Melo, de quem havia sido apresentado na Bahia pelo escritor Néelson de Araújo. De suas mãos recebi um exemplar do seu livro de estréia, *Marrons crepons marfins*, com uma dedicatória singela: "Eis uma poesia possível. Com carinho e admiração." Hoje, passados mais de dois decênios, recebo sua mais recente publicação *Esperado ouro*, Natal, edições UNA, (set) 2005, 119 páginas, 52 poemas curtos em sua maioria, capa de Wellington Dantas, com uma inscrição afetuosa: "Querido Gilfrancisco, que este ouro te emocione. Com abraço e carinho."

Desde Homero a literatura do Ocidente se tem desenvolvido não por recomeços absolutos, mas por reaproveitamento do material do passado. Esse reaproveitamento contínuo pode ser ilustrado com a figura de um facho que vai sendo sucessivamente carregado por atletas numa corrida. Mesmo as poéticas chamadas de vanguarda, por

seu radical projeto de novidade, buscam nas poéticas do passado elementos de inspiração. A esse fenômeno de reimitação e reaproveitamento de uma época por outra se tem dado o nome de tradição literária.

De maneira mais geral, toda sua poesia que fala do amor e seus atropelos, é o ponto culminante de uma tradição que surge no final da Idade Média e que Camões renovaria, influenciando direta ou indiretamente a poesia amorosa de língua portuguesa. Seu impacto ecoou no Barroco, no Arcadismo, no Romantismo e até no Modernismo. Poetas como Vinícius de Moraes e Carlos Drummond de Andrade, manifestam a herança camoniana. O lirismo é, sobretudo, a expressão artística das vivências emotivas de um eu manifesto ou implícita que busca exprimir a duração e os contornos de um processo emotivo, principalmente a experiência amorosa.

De fato, na relação amorosa as palavras amor, desejo, ternura, coração, alma e mulher apresentam incidência muito forte, freqüente sua poesia com assombrosa assiduidade e, pode-se dizer, são elas que dão ênfase para a definição do ato amoroso: o amor e atração dos corpos têm seu próprio sentimento de completude. O amor é desejo de algo que se quer e não se tem, como se vê em Platão, ao buscar a definição de amor: Amor é falta, carência, uma espécie de vazio impossível de preencher. Na verdade, o amor e suas várias formas de manifestação percorrem todo o livro *Esperado ouro*, ora de modo velado, ora de modo ostensivo, multiplicando-se em imagens e figuras de linguagem que lhe dão consistência e permitem descortinar as reações e posi-

ções com as quais a poeta Maize Castro constrói; sua visão de mulher e do sentimento amoroso.

Vejam o poema "Com vertigem e perícia" um dos mais significativos de sua obra lírica, onde Marize Castro desvendando-nos toda a sua força expressiva, nos dá uma poesia calcada em elementos de natureza fortíssima, a imagística de seu lirismo amoroso.

*Sob as torres de Gaudí,
Acredito no amor como acredito em Deus
- com vertigem e perícia.
Caminho pelos subterrâneos e revejo lendas
- fábulas que negros olhos me mostraram.
A beleza permanece com as faces lanceadas.
Como lhe falar da estupidez humana?
Tenho comigo o sudário marinho.
É com ele que sou puta e sagrada.
Celebro nesta noite
uma vida de pontiagudas adagas.
Porque estou só nestas ramblas
consigno contemplar certos mares
e certas sedes escandalosas.*

Cultora do verso livre, apesar de travar combate explícito com o pensamento, Marize Castro escreve em linguagem fluente e solta. Extremamente rica, variada e surpreende, muitas vezes, o leitor com profundidade à primeira vista insuspeitada. Suas aspirações, conquistas e desenganos, sempre em busca da autenticidade criativa foram aos poucos se rarefazendo em minha vida, deixando as marcas de sua passagem. Esta poesia que me tocou nas primeiras leituras, continua desafiando a crítica, apaixonando intelectuais e leitores, aprimorando sua obra na luta diurna com as palavras.

Como toda criação humana o poema é um produto histórico, filho de um tem-

po e de um lugar. E graças ao tempo cresceu sua obra, lançando-se no espelho da modernidade todos os componentes para elevar à comunicação total, objeto de sua criação poética. Deixando-se arrastar por sua corrente de consciência, a porta-âncora de *Esperado Ouro*, reinterpreta suas vivências próximas e longínquas, imagens de pessoas e lugares, de tempo que se desdobram em outros tantos tempos, num fascinante jogo de espelhos. Pela totalidade de sua expressão, manifestação de solidariedade (mais que isso: amor) pela vida, a poeta se despe de seus véus espessos com suas zonas de silêncio e ternura, fazendo um contraponto entre a voz autêntica e permanente, para reivindicar para si o que prioritariamente lhe pertence, elevando fatos novos a estado de linguagem poética segundo as suas próprias exigências de configuração.

A poeta cresceu infinitamente na estima e na admiração de todos os que lutam pela edificação de um mundo melhor, mais livre e mais justo, onde não haja explorador e explorado e exploradores. Sua criação poética não se prende às próprias condições humanas, às suas limitações, à sua humanidade niilizada. Em busca da luz, não a luz crua dos recriadores de vida, senão a luz mais forte e mais cegante, dos criadores, como a luz do sol sendo a luz da gente, sendo a luz do dia, ou seja aquela luz que irradia a verdade oriunda da arte: "A verdade em beleza" da qual se referiu o crítico Haroldo de Campos, ao comentar sua obra *Marrons crepons marfins*.

O livro abre com esses belos versos do poema "Muralha", com um desafio para

os que procuram acompanhar a trajetória atual da poesia brasileira:

*Porque me abasteci, estou de volta.
Trago comigo coisas abandonadas.
Coisas que os homens jogaram fora:
placentas, gânglios, guislandas, gueltras.*

*Retorno alimentada. Perigosa.
Mais mar. Mais aberta.*

Marize Castro tem o poder de levar consigo o leitor para dentro do seu universo poético, para o mundo de sonhos onde o princípio da realidade é dominado pelo princípio do prazer, ganho não previsto. E nessa viagem, cada um desses leitores, terá o prazer de descobrir situações e problemas que conduzem direto ao âmago do ser humano. Sempre se renovando e adicionando novas dimensões à sua obra, *Esperado ouro* é um livro essencialmente dinâmico, com suas inúmeras estações.

Poucos poetas brasileiros conseguiram, como ela, ultrapassar a pauta puramente individual ou local e transformar-se numa intérprete universal do homem. Do homem onde quer que esteja agora, consciente da sua existência, do seu amor existencial, da revalorização totalizante desse próprio homem. Porque o amor se apura com o tempo, sem dúvida o principal motivador de sua poesia. Portanto, estamos, na verdade, em presença de uma poeta de carreira, haja vista que há poetas que não fazem da poesia um exercício contínuo, uma atividade intelectual permanente. Daí a poeta potiguar abrir as suas formas expressivas para formar o cume signifi-cacional e modernizador: o que se quer agora é ir além disso, com a autonomia de cada poema. O que Marize Castro diz só ela diz da forma por que diz. ■

Agenda

Michelli Pessoa (nyla_br@yahoo.com)

Concurso de Poesia

As inscrições para o VI Concurso de Poesia Luís Carlos Guimarães, da FJA, começam dia 23 de maio e terminam em 23 de julho. Informações: Centro de Promoções Culturais da Fundação José Augusto, Rua Jundiá, 641, Tirol, Natal - RN - 59020-120. Telefones: (084) 3232-5321/5322. Regulamento no site www.fja.rn.gov.br.

Encontro Nordestino de Xaxado

Será realizado de 26 a 28 de maio, em Serra Talhada-PE, o IV Encontro Nordestino de Xaxado, tematizando Virgolino Ferreira da Silva - o Lampião. O evento contará com desfiles, apresentações de grupos folclóricos, oficinas, feiras e debates. Informações: (87) 3831-2041 e (87) 9938-6035 ou no e-mail: cabrasdelampiao@bol.com.br.

Bloomsday em Natal

O Núcleo de Arte e Cultura e o Departamento de Letras, da UFRN, celebrarão o Bloomsday 2006, no dia 14 de junho, no Centro de Convivência e na Biblioteca Central Zila Mamede (UFRN) com exposição de fotos, desenhos, quadros, objetos, mostra de vídeos, leituras de parte dos livros, recital, conferências e debates sobre "Ulysses", de James Joyce.

Casa da Ribeira

Dia 10, às 21 horas, show de lançamento do CD do baixista Ney Conceição; dia 11, às 19h30, o grupo Poesia Esporte Clube apresenta o espetáculo "Café com Poesia"; dias 20 e 27, às 21 horas, show com o músico Helder Gomes, com o espetáculo "Sorte"; dia 26, às 20 horas, Cinema e Psicanálise, com o filme "Último Tango em Paris", e Selma Bezerra com o Projeto Escada, e a obra "Ir e Vir", com visita de terça a domingo, das 16h às 22 horas. Informações: (84) 3211-7710 ou no site www.casadaribeira.com.br.

Centro de Formação e Pesquisa Teatral

O Centro de Teatro, da FJA, inicia em maio, a montagem do espetáculo de encerramento do curso de Iniciação Teatral, com o texto *Sonhos de Uma Noite de Verão*. Estão abertas inscrições para as oficinas de Jogos Teatrais para crianças, de oito aos doze anos. Informações: Av. Hermes da Fonseca, ao lado do Aeroclube e no telefone: (84) 3212-1663.

Seis e Meia
O Projeto Seis e Meia apresenta no dia 16 de maio Elymar Santos, no Teatro Alberto Maranhão. Informações: (84) 3232-3669/3232-9704.

Encontro de Violas Nordestinas


Será realizado no dia 9 de junho, às 21 horas, o XIV Encontro das Violas Nordestinas, na AABB de Natal, com os cantadores Moacir Laurentino e Raiulino da Silva; Rogério Meneses e Enevaldo Hipólito; João Paraibano e Sebastião Dias; Ivanildo Vila Nova e Valdir Teles; Antônio Lisboa e Edimilson Ferreira; Chico Sobrinho e Josival Viana. Informações: (84) 9974-0028.

Teatro Alberto Maranhão

No dia 13, às 9 e 14 horas, será apresentado o espetáculo "A Mãe de Dona Baratinha"; dia 14, às 17 horas, o espetáculo infantil "Branca de Neve"; dia 17, às 21 horas, lançamento do CD da banda

Perfume de Gardênia; dia 18, às 21 horas, espetáculo "Bandeira Nordestina" com Jessier Quirino; de 19 a 21, às 21 horas, espetáculo "A Vida Privada é Uma Comédia"; dia 22, às 9 e 15 horas espetáculo "Chapeuzinho Vermelho"; dia 24, às 19h30, Concerto Oficial da Banda Sinfônica Cidade de Natal; dia 26, às 21 horas, apresentação do Grupo Musical UAKTI; dia 27, às 21 horas, apresentação do Quarteto de Cordas da Cidade de São Paulo; dia 28, às 17 horas, espetáculo infantil "A Viagem de Um Barquinho" e 21 horas, grupo "Sujeito a Guincho" (Quinteto de Clarinetas); dia 30, às 20h30, III Concerto Oficial da OSRN. Informações: (84) 3232-3669/3232-9704.

Teatro de Cultura Popular

Dias 13 e 27 de maio, às 17 horas, o espetáculo de balé "Origens e Divertissements", com o grupo clássico da EDTAM; dias 21 e 28, às 17 horas, espetáculo infantil "Xô, Xô Sujeira", com o grupo TEART de teatro; dia 21, às 19 horas, Cine Clube Natal, com o longa "A Noite Americana" e o curta "O Dia em que Dorival encarou o guarda", e no dia 26, às 21 horas, "Bendita Poesia". Informações: (84)3232-5307. 

13 PORT

Alexandro Gurgel (jornalista)

Romancista: José Bezerra Gomes

Poeta: Antoniel Campos

Livro: As pelejas de Ojuara (Nei Leandro de Castro)

Filme: Memórias do Cárcere (Nelson Pereira dos Santos)

Diretor de Cinema: Augusto Ribeiro Júnior

Ator/atriz: Tony Silva

Pintor: Marcelus Bob

Cantor/cantora: Eline Julião

Compositor: Dossinho

Música: Serenata do Pescador - Praieira (Othoniel Menezes)

Peça Teatral: Oratório de Santa Luzia

Intelectual: Vicente Serejo

Personalidade Cultural do RN: Dona Militana

POESIA POTIGUAR

Márcio de Lima Dantas é professor de Literatura Portuguesa do Departamento de Letras da UFRN, ensaísta e tradutor de Orides Fontela para o francês. Publicou o livro de poesia "Metáfrase." Ganhou este ano o Prêmio Othoniel Menezes de Poesia, da Fundação Capitania das Artes, de Natal. Os poemas publicados nas páginas seguintes pertencem ao livro, inédito, "Para sair do dia." Além de excelente poeta, Márcio Dantas é um arguto crítico literário e desenvolve um extraordinário trabalho, na UFRN, voltado para a valorização dos autores potiguares.

NÊNIA PARA JOÃO, O BATISTA

Antes mesmo de tomar corpo,
já era atraído
pelo sopro morno silêncio do deserto.

SALOMÉ

Na salva,
o reflexo da vingança
servida quente.

RETRATOS

Eu sou teu cordeiro.
Teus ícones e emblemas são pastores.
Não me sinto seguro.

OFÍCIO DE DEFUNTOS

Só em certos dias,
adentram sem permissão ou piedade.

Dizem dos tributos,
das prerrogativas
das penitências.

Pranteio minha quota de culpas.

Choro.

No outro dia, açordo mais aliviado.

ANTI-HOMENAGEM AOS TRÊS REIS MAGOS

No puro e intacto
firmamento azul,
estrela alguma.

NARDO

O precioso perfume no pote de alabastro
encobre o sal das lágrimas,
enxugadas pelos longos cabelos.

MARTA E MARIA

A exígua fronteira
entre as duas:
uma escolheu a fadiga
como pretexto para o sono intenso;
a outra, o corpo lasso sentindo-se,
desejando contemplar
as lágrimas quentes de uma vela em silen-
ciosas madrugadas.

ISAÍAS

Clamor tão amplo
quanto os alqueires
do deserto do Neguev.

Não é com azeite que se limpa
as tenazes nódoas da alma.

MIRRA

Evola-se o perfumado fumo.
Os ferrolhos dos sentidos rompem-se,
revelando cifras e arcanos.

TRÊS POEMAS DA LUCIDEZ

I

Anterior a qualquer vontade,
a luz esplende.
Qualquer objeto pode ser areado,
vindo a ser espelho.

II

Nos soturnos porões,
escondidos sob a pele das horas dos
dias,
alguém riscará a centelha do fósforo.

III

Mesmo sem o clarim do fóton,
tateia-se a púrpura da seda.

VÉSPERAS

Quando cheguei,
parecia tudo já tomado sua forma definitiva.
Restou-me supor a paisagem
como estado presente: devia ser vivido.

AS SETE PRECIOSIDADES DO BUDISMO

Ouro

Nunca em estado puro,
necessitando do fogo
para derreter em líquido esplendor
o propício ao amarelo,
em intacta luz,
sidera o olhar,
e seduz.

Prata

Água concentrada,
em estado sólido,
passa a ser espelho.

Lápis-lazúli

Como deter tanta altivez
quando se é de espécie opaca,
mesmo de impossíveis clivagens,
apenas requintando num casto e intenso silêncio azul?

Cristal

Cada faceta límpida
sugere transparência.
(Só não é possível
enxergar o outro lado).

Coral

Sangrando suave
a beleza do necessário medo,
talismã impulsionando para o futuro
o jorro dos tenazes acesos da coragem.

Ágata

A geometria da linha curva
aprisiona círculos concêntricos,
dando a entender a forma
(e as brechas) do tempo.

Madrepérola

A forma cativa
para os campos do nacarado corpo nu
ansiando por adornos.

Quem sabe o que é bom ou ruim na música popular?

Carlos de Souza

Jornalista e escritor

Andando pelos botecos da cidade, o boêmio mais ou menos intelectualizado vai notar um lugar comum: a onipresença dos aparelhos de DVD exibindo, quase sempre os sucessos do momento. Invariavelmente o cardápio musical tem sempre os forrós da temporada, que levam nomes curiosos, como Aviação do Forró, Lindos do Forró, Bonde do Forró e por aí vai... Vemos também Banda Calipso, Companhia do Calipso, Calcinha Preta e que tais... Também são servidos Zezé di Camargo e Luciano, Chitãozinho e Xororó, Bruno e Marroni e outros do gênero. Com isso aí já se tem um panorama geral do que se oferece para o incauto ouvinte/telespectador de ocasião. Não há como fugir disso, caso contrário se cai inevitavelmente na armadilha do cara bacana que chega com seu carrão, abre a mala e nos oferta qualquer coisa do novo funk dos morros cariocas que tenha alta dosagem pornográfica. Ficamos assim embaçados com o que nossos ouvidos são obrigados a escutar. Mas, não sejamos preconceituosos, vamos tentar analisar essa coisa toda sob o ponto de vista da dicotomia alta cultura e cultura popular.

Antes, torna-se necessário pedirmos a conta e irmos para casa pegar alguns livros que possam nos orientar nesse emaranhado de conceitos que nos apontam de certo modo um caminho para se entender o gosto musical de cada um. Um livro que abre algumas veredas para se entender o assunto é o volume da coleção *Os Pensadores*, de Theodor Adorno. Nele vamos encontrar o artigo *O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição*. Em primeiro lugar é preciso avisar aos mais apressadinhos que aqui Adorno faz uma crítica pesada ao jazz, que ele considera produto da Indústria Cultural, um conceito criado pela Escola de Frankfurt e que serve para nortear as discussões sobre o tema. Adorno defende com unhas e dentes a música erudita no que ela tem de melhor e fala com o mais completo conhecimento de causa, pois era um estudioso da música. No entanto, tomando a liberdade de adaptar suas idéias aos tempos modernos, vamos encontrar coisas surpreendentes. Vejam: "A música de entretenimento preenche os vazios do silêncio que se instalam entre as pessoas deformadas pelo medo, pelo cansaço e pela docilidade de escravos sem exigências."

Trazendo para junto de nós a justa indignação de Adorno vamos percebendo como suas palavras tão duras, e tão fáceis de rebater por um Walter Benjamin inspirado, têm uma certa dose de justiça. Quando

Quem sabe o que é bom ou ruim na música popular?



Roberto Carlos abandona suas raízes de ruptura da Jovem Guarda e se senta agradavelmente em uma cadeira à frente de Chitãozinho e Xororó, procuramos perdô-lo pelo deslize porque simpatizamos com este homem tão sofrido que já nos deu tanto, mas não nos esquecemos também de seu compromisso básico com o entretenimento. Quando Caetano Veloso repete velhos sucessos de Odair José, Peninha e Fernando Mendes, aceitamos porque sabemos da proposta seminal da Tropicália que é “antropofagar” qualquer coisa produzida na música brasileira que tenha sido bem recebida pelo povo. Af as cartas começam a se embaralhar, porque o que se tem como ponto pacífico é que cultura popular é aquela produzida pelo povo. Aquele tipo de música que está mais próxima do folclore, como coco, maracatu, zambê, ciranda, etc. E o samba que Chico Buarque, Paulinho da Viola e Zeca Pagodinho fazem, é música popular? É, mas com a diferença dos públicos que são alcançados pelos três autores. O público que ouve Chico Buarque e Paulinho da Viola, em sua esmagadora maioria está na classe média escolarizada. Os que ouvem Zeca Pagodinho, estão nas classes menos favorecidas, apesar do músico transitar pelas classes altas por

causa da propaganda. Adorno acha que a música que ouvimos é um produto e, como tal, só serve para o consumo imediato. “O novo não é o caráter mercantil da arte, mas o fato de que, hoje, ele se declara deliberadamente como tal, e é o fato de que a arte renega sua própria autonomia, incluindo-se orgulhosamente entre os bens de consumo, que lhe confere o encanto da novidade.” Luiz Gonzaga e Cartola são bens de consumo?

Adorno é radical e não deixa muito espaço para a liberdade do indivíduo escolher o que ele quer ouvir. Walter Benjamin, ao contrário, acha que a massa não é um grupo de indivíduos inertes e que esses indivíduos podem ser autores de suas próprias experiências culturais. Por isso vemos com prazer o surgimento de artistas como Chico Science, Cássia Eller, Renato Russo que fizeram de suas experiências pessoais matéria-prima para se criar arte. Agora, me diga com franqueza o que se pode criar com produtos como os que são produzidos pelos grupos citados logo no começo deste texto? Por que essas músicas não nos põem para pensar? Mais uma vez a palavra de Adorno; “O prazer do momento e da fachada de variedade transforma-se em pretexto para desobrigar o ouvinte de pensar no todo,



cuja exigência está incluída na audição adequada e justa; sem grande oposição, o ouvinte se converte em simples comprador e consumidor passivo.”

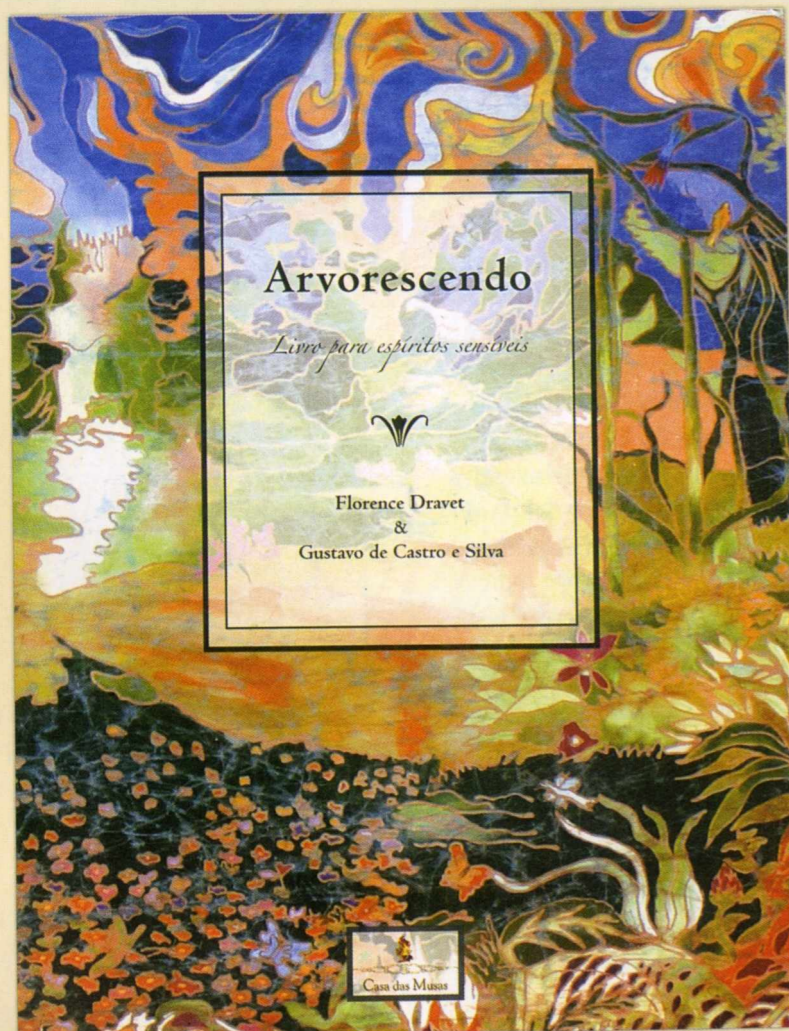
O leitor descuidado que for folhear o artigo de Adorno deve se precaver com o marxismo ferrenho do autor que vê no ato de se comprar um disco o mais supremo pecado social. Adorno gostaria que toda forma de fruição de música fosse aquela direta da orquestra sinfônica gratuitamente para os ouvintes em praça pública, o que ocorre com bastante frequência nos grandes centros e até aqui em Natal. O elitismo de Adorno é, talvez, o que mais o afasta dos leitores que buscam abrigo na visão de Benjamin do espectador flâneur, aquele andarilho livre das cidades grandes previsto por Baudelaire, sempre aberto às novas experiências do mundo ao seu redor. O tipo de ouvinte preparado para ouvir os acordes estridentes da guitarra de Jimi Hendrix e tirar disso uma forma nova de fazer arte ou estar pronto para uma nova resistência. Porque a ruptura com os velhos modelos pode ser uma porta para a liberdade.

O leitor que percorrer essas páginas de Adorno deve ter sempre em mãos al-

guns discos de Oscar Peterson, Miles Davis e Louis Armstrong. Para não cair em depressão e sair pensando que jazz é um tipo de arte que não produz resistência. Não é bem assim. O jazz é um tipo de música único, criado pelo povo negro americano que, quando misturado a outros tipos de música, produz autores raros como João Gilberto, Antonio Carlos Jobim, Gilberto Gil, Luiz Melodia, Arnaldo Baptista, Jorge Benjor e Salif Keita.

Para concluir essa arenga que pode, talvez, nos levar a lugar nenhum, ou quiçá a algum lugar que nos faça pensar, volto aos bares natalenses com seus DVDs. Independente de dizer se aquilo que toca ali é ou não cultura popular, uma coisa deve ser dita. É muito ruim. E essa questão do gosto nunca vai se resolver com a simples leitura de um teórico mais brilhante. Sempre vai passar pelo crivo da vivência de cada pessoa, suas leituras e caminhadas pela vida que lhe rendem o que chamam de bagagem. Aquele que coleciona discos para seu prazer individual está coisificando a arte. Aquele que compartilha o conhecimento que a arte lhe proporciona está abrindo veredas para o novo. ■

Arvorecendo



Sheila Mendes Accioly
Professora universitária

Quais são os livros que nos fazem verdadeiramente sentir e pensar? Livros sempre foram para mim alimentos de fecundar espíritos, pontes entre o dito e o não dito, espelhos de infinitas mirações, embarcações de viajar o imaginário. Mas poucos, muito poucos são tudo isto ao mesmo tempo. Há tempos estive com este livro em mãos. Esta resenha precisou arvorecer, despertar como uma semente. Portanto, caro leitor, conceda-me sua generosidade na apreciação destes comentários. Tem sido um livro desconcertante para mim, ultimamente ocupada com as grosserias da matéria, tão esquecida das delicadezas do espírito. O subtítulo diz bem: “um livro para espíritos sensíveis”, para todos os que se deixarem reencantar pela magia vegetal. É preciso um momento especial do ser, sentir-se parte do mundo natural para lê-lo com a devida apreciação. Sua leitura exige um aquietamento, a tranquilização dos que exercitam a arte da contemplação, dos que sabem parar para apreciar. “Sentia que agora podia nascer uma inusitada espécie de árvore, talvez uma que desabrochasse homens sensíveis e livros leves... floridos” (p.15). A recompensa, leitor, é a surpreendente beleza do texto, entretecido na fina arte da conquista a cada página.

Arvorecendo faz parte de uma nova safra de livros de inspiração bachelardiana: livros que não cheiram a mofo, mas a erva fresca. Livros fecundos, livros-sementes para o que os autores chamam de homem-grão. Livros que fazem brotar sensibilidades. Livros capazes de plantar outros livros da mesma natureza, inscritos nos pergaminhos da pele do leitor atento. Enfim, um livro-ser, cuja

ontologia se descobre, se desvela nas reflexões, filosofias, análises e sínteses de verde inspiração.

O tema da árvore como representação simbólica, como espelho semiótico no qual se mira a humanidade, é ancestral. Os autores resgatam os signos da tradição em suas muitas faces, inclusive a nordestina, nos referenciais locais, especialmente o cajueiro de Pirangi e o conto dedicado ao milenar culto da jurema, planta-professora: “E assim Jurema ia deixando aquele saber se aninhar dentro dela, encontrar o seu lugar, até fazer sentido” (p. 154).

Os mistérios vegetais e seus simbolismos ensinam profundas reflexões sobre a natureza humana, ensaiando uma nova espécie de filosofia existencialista destinada a ensinar aos homens a arte do viver. Não uma vida qualquer, mas a vida inspirada na sabedoria da natureza. “Saber ouvir, saber ler, saber olhar, saber sentir. Os homens alfabetizam a sua sensibilidade aos poucos”. (p. 139)

O livro, fragmentado em contos diversos, é escrito em um tipo de prosa quase filosófica, um estilo de literatura adequado à natureza do tema. Os capítulos agrupam feixes de sentidos construídos através de olhares, personagens, metapensamentos em multifaces. Entre cismas e lições, contemplação e movimento perscrutados, arvorece um estudo das encantarias alquímicas entre o humano e o vegetal, entre tons e sons, formas e

aspectos, silêncios e ritmos que ensinam as verdes lições: “[...] são três as coisas difíceis no amor: saber esperar, reconhecer o amado quando ele chega e acreditar que para tudo existem palavras encantadas” (p. 195). Pela vegetalia escorre o tempo, o vento, a água, a vida, a seiva, as palavras. “Agora, enquanto escreves, tens vontade de redigir o calar profundo que reza em teu peito cada palavra” (p. 181). Trata-se de um livro de revelações de um universo de delicadezas. Sua expressividade toca o ser adormecido, que acorda lenta e preguiçosamente curioso dos enigmas. Não vou tentar aqui revelar estes enigmas. Diria mesmo que sequer foram feitos para serem decifrados, mas sentidos e perscrutados. Não vou tentar descrever o que exige sentimento, ou melhor, o que exige uma mente sensível e um coração pensante. Não se descreve o sentir à altura. Não se descreve o descobrir-se. Não se descreve a sensação de arvorecer, de, metaforicamente, metonimizar-se árvore.

Oportunamente, quando a questão ecológica está no centro das discussões mundiais, *Arvorecendo* nos remete a um passeio de mãos dadas com a mãe natureza e seus ciclos: natura naturans, natureza criadora; e natura naturata, natureza criada. A estes dois estágios, tomemos a liberdade de somar um terceiro, a natureza em pleno ato criativo no pensamento humano, algo que poderíamos chamar natura ‘naturandis’, a ecologia do fazer-se humano. As relações

possíveis entre homens e vegetais, ditas ou implícitas, permeiam o livro.

Arvorecendo traz este dom, o dom de tocar a alma de muitas formas. O “pavlar” pessoano que eclode daquelas páginas vibra acordes na sensibilidade do leitor-autor, aquele que se descobre um ser-instrumento, partícipe da criação de um concerto regido pelas mãos de hábeis tocadores-escreventes. Talvez, daí, o subtítulo “para espíritos sensíveis”, evocador de impressões sempre esquecidas e já inusitadas. Ao ver este livro, pensei que não saberia o que falar sobre ele, até que descobri que ele é que me falaria. Até agora, eu me pergunto se o meu espírito teria a sensibilidade para apreciar os escritos e deixo à avaliação daqueles que, como eu, duvidam. Ao sentimento e a sensação, despertados na leitura, juntam-se o pensamento e a imaginação, inspirados na forma e no conteúdo, desde a miríade de cores da arte de capa à delicadeza do papel reciclado que exibe o cuidado com a coerência da obra. O folhear desdobra suas intenções confessadas, sua essência: “Arvorecência e um conceito-símbolo. Toma a árvore como símbolo para representar a relação da terra com o universo e os seus diversos níveis: o nível subterrâneo das raízes; o inconsciente, os mitos, os arquétipos, o cotidiano, os infernos existenciais; o nível intermediário do tronco: a cultura, as interações, o universo da linguagem, a vida social; e o nível das alturas: a arte, a filosofia, a espiritualidade, as religiões” (p. 208). ■

No campus



Ilustração: Renzo Torrecuso (Desenho digital)

Anchella Monte Escritora

Fim de tarde. Há um silêncio iminente nos corredores do campus. Nas salas do departamento, professores e funcionários preparam a saída: salas fechadas, salas que se fecham. Ainda há gente que passa devagar, lendo as mensagens dos murais. Outros que equilibram pastas, livros, cadernos, procurando o professor, a professora, o colega, a colega. Mas alguns alongam a tarde, estado de espírito de repente desigual. Para esses, evacuados da rotina por um fato novo, só resta encontrar um motivo para fazer-se pausa, ficando, soçobrando pelos bancos, debaixo das árvores poucas.

Estavam os dois, professor e aluna, prorrogando o turno. Ficariam para a reunião do noturno, encontro de monitores. Ocupados os dois, muito ocupados: textos para ler, escrever, resumir e comparar. Juízos de valor. No primeiro andar, janelas escancaradas, o vento que o ver-

melho do céu persegue faz bater a porta. O olhar. Sorriem por dentro dos olhos, um pouco mais longo, difícil de desfazer. Entre eles a comprida mesa, os birôs em lados opostos. Diante dela, o céu ainda ofuscante. Para ele, o rosto da moça, inteiro, remexido pela luz que principia seu recuo. A dificuldade de manter-se impassível. E se a chamasse, mostrasse a leitura que estava fazendo, tudo natural? Mas a voz, naquele momento, teria pausas ou uma entonação incomum. E nela havia a intensidade das pessoas de temperamento forte, a segurança da beleza e da inteligência. Campo minado, talvez. Talvez o peso do seu desejo (ou do seu amor, palavra banida) fizesse quebrar a fechadura da porta. Para entrar ou ser fulminado. Mexe na revista, procura a página em que parara, não se lembra sequer de que se tratava o artigo.

Não queria que o professor notasse sua angústia. Andava em bando, aquela revoadada sem fim por todos os cantos da cidade. Também fora, em sítios de amigos, nos acampamentos pelo litoral menos

urbano. Às vezes era a única mulher entre os homens, e acostumada estava em receber cantadas de brincadeira. Porque se não fossem brincadeira, fazia com que se tornassem. Pai e mãe confiavam na filha, andarilha e livre, porém estudiosa, afeita ao trabalho. Comprava os livros que lia e a roupa melhor. Os pais também tiveram uma história de vida que os fez livres, por falta de opção, mas aprenderam a não se incomodar muito com regras. A filha única apenas comunicava suas saídas, era o que pediam. Aconteceu de pensar no professor fora dos dias de aula, de esperar que os finais de semana acabassem, de sentir uma agonia no estômago, como se previsse uma queda.

O silêncio aos poucos se acumula, a penumbra se instala. Ela se levanta para acender as luzes e o olha, aflita. Ele deruba os óculos, não vê. Mas pede:

- Deixa um pouco apagadas, vem ver o céu da janela. Depois vamos descer para fazer um lanche.

Ela reluta. Encostados em uma janela ouvindo a música do pensamento, em um espaço momentaneamente fora do espaço, o que poderia acontecer senão a proximidade, senão o aconchego? O professor era conhecido como sedutor, simpático e generoso. Olhos muito claros, míopes, braços grandes e fortes, embora não gostasse de jogos sequer pela televisão. E a voz clara, intensa. Atribuíam-lhe muitas conquistas, principalmente de alunas. Trabalhava com ele há quase um ano, e não havia presenciado nada que confirmasse tal fama. Pensa rápido, pensamento que é quase imagem.

Ele a espera. Há um vento que atravessa os coqueiros e acácias, vem cortando o resto de mata atlântica que circunvizinha o campus. Havia comentários sobre a aluna que conhecia tão bem: disciplinada, alegre, com uma incrível capacidade de síntese. A alegria, a espontaneidade permitiam compreensões distorcidas sobre ela. Menina dada. Menina sem eira nem beira. Na verdade, só lhe apresentara um namorado, parecidos os dois na cor de pele e no padrão descontraído das roupas. O rapaz costumava vir buscá-la em um Jeep velho Podiam ser chamados o casal jeep-jeans. Quando o namoro acabou, soube logo. Ela contava para quem quisesse ouvir que estava desmoronando. E desmoronou por algum tempo, faltando aulas, perdendo prazos de pesquisa. Depois desse, andava só com os malucos de sempre, abraçados, de mãos dadas, beijos dos dois lados do rosto. Ela dizia: não é namoro, professor,

são meus amigos. Acreditava, e não era da sua conta. Escutava outros professores tecerem fantasias sobre a aluna exuberante. Da primeira vez defendeu-a, e foram muitas as risadas soltas na sala.

Soube, nessas conversas de horas perdidas, que o casamento do professor não era do tipo romântico, marido, mulher, filhos: lar. Somente os dois, quase sempre vistos em lugares diferentes. A esposa aparecia em colunas sociais, em festas importantes, sorridente, vaidosa. Mas ninguém diria que não combinavam, ambos cultos, obcecados por livros e viagens. Preso ao universo rígido de horários de aula, de meses letivos, nem sempre viajavam juntos. A esposa, empresária, permitia-se vôos mais longos, nem sempre sozinha. No entanto, a aluna não ouviu, sequer uma vez, queixa alguma. E queixas masculinas, no que diz respeito às esposas, são armadilhas, discurso de conquista. Admirava o homem educado, discreto. Enquanto caminhava à beira mar, dias atrás, sentindo falta de tudo, percebeu: aquele homem grudara em seus pensamentos. Gostava de objetividade, advertia-se: nada bom, problema.

Aproximou-se lentamente, reproduzindo na janela os extremos do birô. Janelões largos e metálicos abertos para a noite quente. Olhavam para fora, segurando o ar. Ela se faz distante, olhando longe, rígida. O professor apenas movimentava a cabeça em sua direção, esperando. Sabem que basta a simultaneidade ou o prolon-

gamento do silêncio. A aluna espera o retorno daquele olhar para o mundo lá fora, para que também possa olhá-lo, e amar um pouco em presença. O homem desiste, mas sente cabelos longos que se aproximam. Na via que circula o prédio, um carro se aproxima em baixa velocidade, é um Jeep, um outro Jeep. Mas ela começa a rir e ele também. Percebem que há luzes por toda parte, os alunos do turno sobem e descem escadas. Buzinas na estrada adiante.

Já está juntando material em uma grande bolsa que coloca atravessada. Prende os cabelos com a liga do pulso, observa as horas no relógio quadrado. Abre a carteira, quer conferir os trocados. Vê que ele continua na janela, mesmo depois que acende as luzes e põe-se a fazer coisas. Adverte:

- Vamos, professor, vamos comer alguma coisa antes que o pessoal chegue. Já está muito tarde, não sei como ainda não chegaram!

A frase simples, cotidiana, inexpressiva, dita com a disposição de sempre, sem vestígios. Estaria errado? O que não poderia ser, o que não poderia viver... Cansativos demais os caminhos que o levavam para casa todos os dias, para o casamento sem ciúmes e sem euforia. Antes que reaja, é recolhido pela moça que toma suas mãos e dá-lhe dois beijos e um rápido abraço.

Vamos, professor. Estou com fome!

Era um amigo. ■

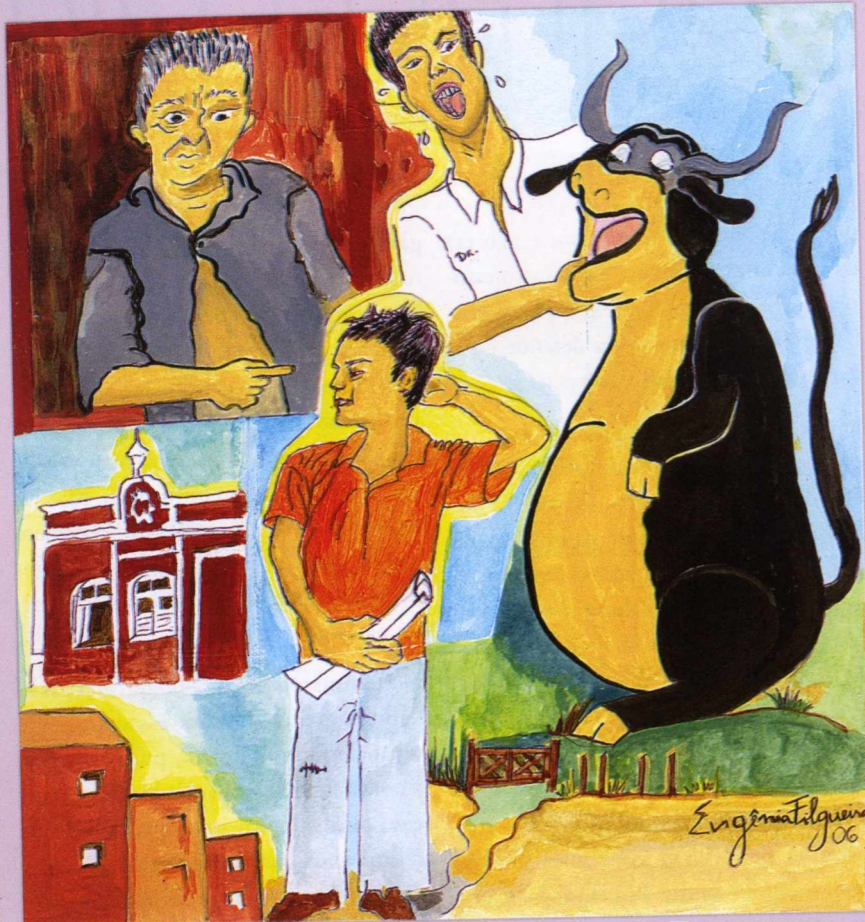


Ilustração: Eugênia Filgueira (Caneta esferográfica, acrílica e aquarela)

Tarzan Leão Escritor
e-mail: tarzan@ada.com.br

Mal mal o pobre menino completou sete anos de idade, o pai Liberato logo determinou que ele seria médico quando crescesse, e que não adiantava nem chorar, porque mudar de idéia isso ele não faria.

Sem ter jeito de fugir da raia, Severino fez das tripas coração, mas conseguiu terminar o ginásio enquanto morava na Casa do Estudante de Caicó, passando fome.

O moleque era tão safado que só levava o tempo em olhar revista de mulher

nua para depois ir fazer safadagem no banheiro, ou seja, pelar um frango, bater uma bronha, se masturbar.

Terminados os estudos, o pai lhe mandou direto para o Recife quando residia na casa de um parente, onde ficou pouco tempo, pois logo resolveu ir morar na residência universitária, mesmo sem ter prestado vestibular ainda. Lá chegando, nem pensou duas vezes: desistiu de ser médico influenciado por um grupo de poetas estudantes de Filosofia.

Por milagre para o qual não existe explicação, passou no vestibular de Filosofia. Só que, enquanto Severino estudava Filosofia, todo mundo lá no sítio Japanduba sabia que ele estava se formando

pra ser médico de bicho, que na cidade os entendidos chamam de veterinário, mas que a gente da roça chama mesmo é do jeito que a gente quer, porque o importante nesse caso é se o sujeito cura ou não os bichos doentes.

Na faculdade, todos ficavam zonando do coitado o tempo inteiro, porque era o único potiguarpapagerimum do grupo, mas ele nem ligava, porque se existe uma coisa perdida é discutir com estudante de Filosofia que só sabe dizer besteira citando a filosofada que já morreu toda. E assim os anos foram se passando e ele nem sequer visitou sua família durante o período de estudos, alegando que não ia porque, nas férias, aproveitava o tempo para ir pesquisar no sítio de uns amigos, mas que era uma mentira feia, pois ele ficava na beira da praia tomando cachaça com camarão e declamando poemas de Zé Limeira porque a turistada ficava besta só de ouvir e lhe dava muito dinheiro por isso. Depois, bem depois, chegou uma moda de todo o mundo falar inglês, e como era de se esperar, loguinho ele escreveu ao pai pedindo para este aumentar a mesada, que agora ia aprender também a falar inglês, que era pra conversar com os turistas e quem sabe, se conseguisse uma bolsa de estudos, poderia até ir para a Inglaterra, onde poderia se aprofundar na língua de Shakespeare.

Severino, o filósofo

Nesse negócio de estudar inglês, foi que lhe veio a brilhante idéia de traduzir algum grande filósofo dessa língua para enriquecer a bibliografia brasileira. Então, quando se achava capacitado, traduziu um livro de um tal Francis Bacon, o que, em nordestinês, seria equivalente a Chico Toicim, e foi exatamente assim que ele colocou o nome do autor, porque estava com a mania de só falar e escrever do jeito da fala proibida do povo, coisa de filósofo, evidentemente.

O tempo foi passando e nada de Severino, doravante cognominado O Filósofo, terminar o seu curso de médico curador de bicho. Mas como tudo o que tem começo tem fim também, ao findar quatro anos ele acabou com a Filosofia, arrumou as malas e voltou para casa.

Como não queria desgostar o seu velho pai, chegando em casa avisou que não era veterinário coisa nenhuma e que tinha estudado Filosofia porque quem estuda essa ciência de tudo sabe um pouco.

Mas ele enrolou tanto enquanto falava que deixou seu pai ainda mais enrolado e também sem saber para quê que serve esse tal de filósofo. Mas mesmo assim a notícia se espalhou por tudo que era canto, que o filho do Liberato não se formou para doutor médico, mas que esta coisa coisava também as coisa dos bicho coisado, eta confusão dos seiscentos diabos.

E porque Severino era doutor filósofo começaram a chegar pessoas de todos os lados querendo se consultar com ele, mas não acreditava nada mesmo, porque se existe um bicho que enrola é esse tal de filósofo. E era tanta procura que até o seu pai se esqueceu da festa de formatura, como é de costume acontecer quando alguém se forma em doutor.

Em se lembrando da festa, Liberato contratou logo um bom tocador de forró, um tal de Chico Véi, cuidou de matar também bode adoidado pra fazer uma grande buchada. Nos três dias que antecederam a festa só se ouvia o berreiro dos bodes e a conversa das tratadeiras de fato. Foi marcada uma grande festa, com muita cachaça e bastante buchada de bode, mas para quem não podia comer buchada eles mataram um galinheiro inteiro, de modo que poderia faltar de tudo, menos carne e cachaça.

O forró começou às oito horas da manhã, de modo que, quando deu meia-dia, serviram o almoço para todos os convidados. Decretaram feriado fazendal e ninguém nem se lembrou de que tinha deixado o gado no capinzal, que era preciso tirar os bichos de lá para não acontecer o pior, que acabou acontecendo.

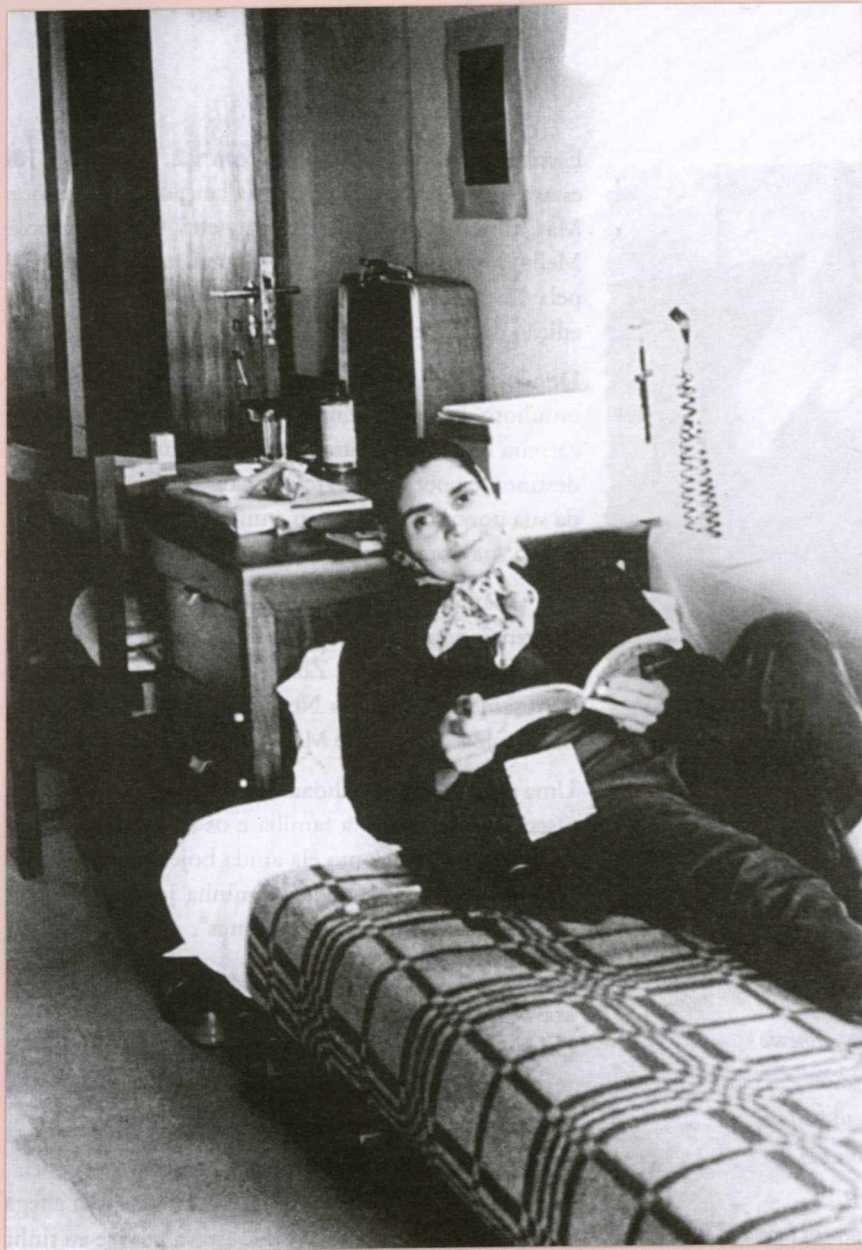
Quando a festa já alcançava o seu ponto máximo, porque se aproximava do fim da tarde, o vaqueiro Pirrola correu para

junto dos tocadores e mandou que eles parassem porque ia dar uma notícia não muito boa.

Então noticiou que a vaca Mimosa estava muito doente, que era preciso alguém ir lá para saber o que ela tinha. Aí o velho Liberato ficou aperreado mas se lembrou do seu filho doutor filósofo que sabe tudo e o chamou para curar a vaca enferma.

O coitado do Severino, que naquele momento não podia fazer desfeita, tremia mais do que vara verde e seu rosto suava igual a pano de cuscut. Para a admiração de todos, entrou no curral acompanhado do pai, que observava atento cada gesto do filho doutor, depois que lhe veio a idéia genial de como proceder no diagnóstico da vaca Mimosa.

Sério, quase taciturno, pediu que o seu pai levantasse o rabo da pobre Mimosa agonizante e olhasse bem. Ato contínuo ele abriu a boca da vaca colocando a cabeça dentro e perguntou ao seu pai: o senhor tá me vendo, pai? Ao que o velho respondeu: "não." Aí Severino arrematou sem pestanejar para o espanto de todos os presentes: então, se o senhor não está me vendo pode aplicar logo um cristéu de garapa de rapadura, porque é entupimento, Mimosa está empanzinada!



Manoel Onofre Jr. Escritor

Já conhecia Zila Mamede de nome quando tive com ela o primeiro contato pessoal. Foi por volta de 1960. Trabalhava eu na Biblioteca da Faculdade de Direito de Natal, como auxiliar de bibliotecário, e Zila, já então diplomada em Biblioteconomia, aparecia por lá, vez ou outra, para orientar a diretora da biblioteca, D. Dudésia, uma senhora corpulenta, de voz e gestos dramáticos, rádio-atriz nas horas vagas.

Eu guardava na gaveta um poema (?), o primeiro e até então, único que cometera.

Certo dia, criei coragem e mostrei-o a Zila. Precisava do aval da poeta, a festejada autora de “Rosa de Pedra” e “Salinas”. Ela ia passando, apressada, diante do meu birô, e mal se deteve para receber o “poema”; leu-o, rapidamente, e entregou-me de volta, com um reparo quanto à utilização da palavra “embalsamado”. Nada mais disse, nem lhe foi perguntado.

Minhas veleidades de poeta morreram naquele instante. Algumas décadas depois, eu voltaria a reincidir no delito de lesa-poesia, ao perpetrar outro poema, que veio a ser publicado em jornal. Mas, fiquei somente neste, graças a Deus, ou melhor, graças a Zila Mamede.

Zila e eu

Tive outro encontro com a poeta, quando participei, juntamente com ela e Myriam Coeli, da comissão julgadora do Prêmio Othoniel Menezes, de poesia, não me lembro em que ano.

Reunimo-nos, para o julgamento, numa sala do Departamento de Cultura do Município, na Rua Mossoró. Elas me pareceram extremamente criteriosas e, até mesmo, severas. Eu achava que Luiz Rabelo merecia o prêmio, mas fui voto vencido. E o prêmio não foi concedido.

Já então admirava muito as duas. Zila, porém, tocava-me mais a fundo, com a sua poesia de forte apelo telúrico. A leitura de “O Arado” fez com que eu me tornasse seu fã. Empolgava-me o cheiro de terra molhada que me parecia desprender-se daquele livro.

Zila morreu, tragicamente, numa sexta-feira, 13. Era o dia 13 de dezembro de 1985. O mar da Praia do Forte, onde ela costumava nadar, levou-a para o outro lado. Seu corpo foi encontrado na Praia da Redinha. Para algumas pessoas teria sido suicídio. Um estranho ato poético de comunhão com o mar. Vale dizer que o mar e a morte estão presentes, de modo premonitório, em alguns poemas de Zila.

Eu me inclino a aceitar a versão de acidente, dadas as circunstâncias em que se verificou o fato, já do conhecimento de todos.

Tinha grande admiração não só pela poeta, mas também pela figura humana. A princípio achava-a antipática. Depois, fui vendo que, por detrás daquele seu jeito áspero, escondia-se uma pessoa doce, de bom caráter.

Zila gostava de prestigiar os lançamentos de autores da terra. Era solidária. Certa vez, procurada pela Associação de Guias de Turismo de Natal, para fazer palestra sobre Literatura Potiguar, escusou-se, mas indicou o meu nome. Fiquei lisonjeado.

Meu último encontro com ela deu-se no seu apartamento do Edifício “Caminho do Mar”, aonde fui pedir-lhe autorização para transcrever dois poemas seus – “Rua (Trairi)” e “O Galo (do Convento Santo Antônio)” – no meu “Guia Poético da Cidade do Natal”. Mostrei-lhe os originais do livro, e ela escreveu de próprio punho breve mensagem em cada um dos poemas.

Sobre “Rua (Trairi)”:

“Manoel Onofre; morei 24 anos na rua Trairi – de 1947 a 1971. Morei 9 anos em Lagoa Nova e no dia 2 de maio de 1980 voltei a morar no bairro de Petrô-

polis, mas desta vez aqui na rua Seridó, onde você veio esta noite.

Com o melhor êxito para este livro

Zila
20/06/83”

Perguntei-lhe qual “o amigo morto” a quem está dedicado o poema “O Galo (do Convento Santo Antônio)”. Em resposta escreveu:

“Manoel Onofre: este poema é dedicado a Djalma Maranhão: mas quando foi publicado a primeira vez, no jornal, tiraram o nome de Djalma. Não deixei que publicassem. Pelo menos fica isso aqui registrado para a história. E nos livros não incluí mais o nome dele, para não ser retirado novamente. Esta história é meio trágica, não? Assim, você fica sabendo. Não é possível que na próxima edição o nome de Djalma não apareça.

Natal, 20 de junho de 1983

Zila Mamede”

Era a censura, nos execráveis “anos de chumbo”.

Guardo, cuidadosamente, esses documentos, que julgo de importância para a biografia dessa que é por muitos considerada a mais alta expressão da Poesia no Rio Grande do Norte. ☐



F L O R Â N I A

Sob os signos dos mofumbais e rainhas-dos-prados

Sérgio Vilar

Fotos: Anchieta Xavier

Florânia, a 245 km de Natal, é um município de costumes preservados. A identidade e a memória cultural de seu povo podem ser metaforizadas nas tradições antigas, como as serenatas ainda cantadas nas madrugadas da cidade. As festas religiosas, as manifestações do folclore popular, como o pastoril, ou mesmo a gastronomia e a produção artesanal de alimentos, são conhecimentos enraizados entre os floranienses. Mesmo com a evolução dos séculos, muito da arquitetura do município, que recebeu forte influência italiana, foi mantida. Os casarões antigos são vistos em cada quarteirão. Assim como os artistas ou as figuras mais emblemáticas da cultura floraniense também estão em cada esquina e são facilmente identificados.

Embora o município tenha recebido influência maior das famílias italianas que povoaram a região entre os séculos XIX e XX, foi o português Cosme de Abreu Maciel, proprietário de currais e terras na região, quem recebeu, do Capitão-mor Pedro de Albuquerque, a sesmaria das terras de Rossaurubu, em 1764. Em 1865, a localidade mudou o nome para Flores de Rossaurubu. Somente em 11 de agosto de 1873, com o Distrito da Paz, pela Lei nº 684, a região passou a se chamar Povoado das Flores, nome relacionado diretamente com a paisagem de

várzeas cobertas das flores dos mofumbais ou das chamadas rainhas do Prado.

A aglomeração urbana teve início após inauguração da capela de São Sebastião, em 1886, pelo Padre Ibiapina. Dois anos mais tarde, em 1888, o italiano Antônio Giffoni Sobrinho, comerciante de Brejo de Areias/PB, chegou a negócios e se instalou na cidade. Sua descendência ajudaria a povoar a região. O município foi desmembrado de Acari e ganhou emancipação em 24 de janeiro de 1891. O nome de Florânia foi dado somente em 30 de dezembro de 1943, em substituição ao de Flores. A mudança ocorreu devido a existência de municípios com o mesmo nome em Pernambuco e Rio Grande do Sul, cujas datas de emancipação antecederam à de Florânia. O novo nome da cidade foi proposta do escritor e acadêmico Nestor Lima.

O Ciclo do Couro introduziu os vaqueiros e fomentou a agropecuária na região, no início do século XIX. Uma cultura não mencionada por historiadores, também presente durante décadas no município, foi a da borracha de maniçoba, extinta nos idos de 1850, com a chegada do algodão. A exploração da maniçoba era cultivada na comunidade Jucuri, ainda existente em Florânia. Jucuri é uma comunidade formada por descendentes de portugueses e espanhóis. Antigamente casavam-se entre si, mantendo sua linhagem e costumes. Muitos da comunidade já constituíram matrimônio com floranienses. A mistura, mesmo nas fisio-

nomias, é evidente, mas a comunidade Jucuri ainda é afastada e preserva características próprias e antigas.

Florânia está situada na abertura do ângulo formado pelos riachos Rossaurubu e Quixodé, dali se descortinando um panorama para as serras e serrotes do entorno. No alto da fazenda Quixodé, o retrato da religiosidade dos floranienses. O Monte das Graças, originário da história de uma Menina Santa, traz uma visão reconfortante e uma sensação de paz. E é na religião e nas lendas onde se encontram figuras curiosas do município, que simbolizam o espírito de Florânia. São pessoas como Severino Cosme de Almeida, ou Cristo Rei, como é conhecido. Mesmo com a memória fraca, desgastada pelos 95 anos de vida, ainda recorda uma peleja peculiar de Frei Damião. E se a história do mártir José Leão faz parte do imaginário da cidade, as histórias de "seu" Sebastião Marcelino da Costa, o Sebastião do Recanto, 85 anos, seduz mais do que as fábulas infantis.

Apesar de sua riqueza cultural e histórica, o município de Florânia é pouco lembrado pela mídia potiguar. Não fosse por sua vaquejada ou o rally que ocorreu dentre suas serras no mês de março, ela permaneceria esquecida. Mas os seus 9 mil habitantes parecem pouco se importar. Acostumados com a rotina da cidade, vivem o clima de um município pacato, com identidade sólida e memória de elefante.



Um santuário de origem mística

Para se chegar ao Santuário das Graças segue-se por um longo percurso em estrada de barro, ladeada de muito verde, por dentro da fazenda Quixodé. O Santuário fica no alto de uma serra, numa área comprada pela igreja. A partir da entrada do Monte, a subida é íngreme, em uma rua bem calçada, serpenteando a serra. As vias-sacras, construídas por famílias da região, estão por todo o caminho, a cada 50 metros da subida. Quase no cume do monte, há o horto, com

estátuas de Maria Madalena, São João e São José, todas feitas em pedra-sabão. O horto fica próximo ao local mais alto, onde toda a paisagem de Florânia e municípios vizinhos pode ser vistas.

Em frente à capela de Nossa Senhora das Graças estão quatro estátuas de concreto: do padre Cortez, (responsável pela revitalização da capela), do padre Cícero Romão Batista, Frei Damião e padre Ibiapina, que incentivou a construção da

capela do município, hoje igreja matriz. Há ainda, nos fundos da capela, estátuas de Jesus Cristo e de Maria, sua mãe. O lugar transmite paz não só pelas estátuas, guardiãs do lugar e encontradas em cada canto, mas também pela vegetação espessa em volta e a paisagem das serras.

Ao lado da capela fica a Casa dos Milagres, também de história mística. Em seu espaço pequenino guarda-se a fé dos romeiros, simbolizada pelos ex-votos, porta-retratos e laços de fitas. É lá também onde está fincado o tronco de umburana, que explica toda a história de construção do Monte das Graças e da Menina-Santa. A imagem de Nossa Senhora das Graças, presente na Casa dos Milagres, desce às ruas da cidade para os festejos religiosos, em 18 de novembro. No dia 27, a imagem volta à capela em procissão.

Em 7 de dezembro de 1947 foi celebrada a primeira missa, sob um pé de umburana, pelo Cônego Ambrósio Silva. Concluída a construção da capela, a primeira missa foi celebrada em 7 de dezembro de 1948. Desde 1949, a festa de Nossa Senhora das Graças é celebrada, expressando um retrato fiel da religiosidade dos floranienses.

A história da capela e da menina-santa

O Monte das Graças teve sua origem de um sonho do frade Otávio, em 1946. No sonho, uma menina dizia existir um milagre num dos montes de Florânia. O sonho relatava que numa época de seca na região, a menina que viajava com os pais retirantes afastou-se deles perto do monte,

entretendo-se na procura de frutas de cardeiro, um cacto abundante no local, para alimentar-se. Como não soube voltar morreu de fome e sede no alto da serra.

O frade veio procurar o monte. O sinal era uma frondosa umburana, em cujo tronco, a Menina-Santa estava enterrada até a cintura com uma fruta de cardeiro na mão. Esta umburana serviu de ponto de partida para a comprovação dos milagres ocorridos no local. Esta árvore exalava um perfume santo e as pessoas passaram a utilizá-la como remédio. O uso dessa umburana foi tão abrangente que com o tempo foi devastada. Hoje, só resta parte de seu tronco como relíquia santa e marco religioso.



Cristo Rei não quis seguir Frei Damião

A história de Severino Cosme de Almeida, o Cristo Rei, parece uma saga. É uma história de luta, sofrimento e fé. Ele nasceu no sítio Umari-Preto, em Florânia, em 1911. Ainda criança, ficou órfão e

passou a residir com uma tia materna, na Paraíba. Devido aos castigos, fugiu de casa. Aos 20 anos passou a residir sozinho, em uma casa alugada, ornamentada com objetos por ele confeccionados na sua arte de funilaria.

Aos 39 anos casou com Josefa do Espírito Santo. Deste matrimônio nasceram 13 filhos. Apenas Manoel Nazareno sobreviveu. Após o casamento, Severino percorreu o interior em busca de sobrevivência. Residiu em Acari, Cruzeta, Caicó, Natal e estacionou em Florânia. Apesar das dificuldades sua fé permanece inabalada. Foi sacristão em várias igrejas do interior. Na de Currais Novos, durante a Festa de Cristo Rei, como consequência da empolgação nos louvores e vivas, recebeu o apelido de Cristo Rei.

Mesmo com a memória debilitada pela idade, Severino guarda a recordação da passagem de Frei Damião pela cidade e interiores próximos. Em todas as santas missões celebradas por ele, Severino estava presente. A devoção do jovem chamou atenção de Frei Damião. Segundo Severino, "ele cansou de me chamar pra

ir com ele pelo mundo, mas eu não fui." Essa é a frase repetida seguidas vezes por ele. Parece se orgulhar. E não se mostra arrependido em ter ficado. Ao lado do filho Manoel, de 55 anos, parece ter des-cansado da longa jornada de andanças.

Em Florânia, Severino teve participação ativa na construção do Santuário de Nossa Senhora das Graças. Sua fama se espalhou, decorrente de um instrumento que carregava nas procissões: uma sineta, que até hoje exhibe com orgulho e ainda gosta de tocar. O som é semelhante ao de um sino. Antes da saída dos festejos religiosos, Severino tocava a sineta com vigor. Era o sinal para a saída das procissões. E antes da chegada da romaria, ele já estava lá, para anunciar a chegada da imagem ou do cortejo, ao som vibrante da sineta.

Aos 95 anos e numa cadeira de rodas, Severino ainda procura participar das missas pelo rádio ou televisão. Na hora da elevação do pão e do vinho eucarísticos, ele ainda toca sua sineta, louvando e dando graça.



Maria prepara a última viagem

Maria Batista, 60 anos, confecciona tapetes em retalho e toalhas em crochê. Um trabalho bonito que toma boa parte de seu tempo. É de onde tira alguma renda. Mesmo ganhando pouco, ela presta serviços voluntários há quase 50 anos nos enterros que ocorrem nas redondezas. Ganhou fama assim.

Se alguém morre na cidade logo chamam Maria Batista para cuidar do defunto. É ela quem corta a mortalha, dá banho e depois veste o corpo. Os preparativos para o café e as "iscas" (biscoitos) durante o velório, prática comum em Florânia, também é a artesã quem organiza.

A outra "profissão" de Maria Batista ela aprendeu com Josefa Maria, senhora que, já bem velhinha, lhe passou o ofício para que, ao falecer, recebesse os mesmos cuidados que prestou durante tantos anos aos que morriam. Foi assim que, aos 12 anos, Maria Batista iniciou sua missão.

Ela conta que há semanas com quatro óbitos. E, mesmo de madrugada lá está Maria Batista para "dividir a noite" com os parentes do falecido. Orgulhosa, ela conta que nos cortejos em que não comparece, por motivos de doença, o povo sente falta.

Por obra do destino, Maria Batista está pagando financiado o seu caixão, junto à funerária que se instalou na cidade nos últimos anos. O seu ofício, ou "missão", como prefere, ninguém quis ainda aprender.

"A pessoa que se vale de santo o mal num aparece"

Para a benzedeira – ou rezadeira – Josefa da Silva, 80 anos, “a pessoa que se vale de santo o mal num aparece.” E para afastar os males e os maus espíritos, ela “se vale” de ramos de mangioba, pião roxo e muita fé. Geralmente as benzedeiros são idosas, como Josefa da Silva. Ela parece uma daquelas personagens clássicas dos dicionários da religiosidade popular. Josefa mora no sítio Passagens das Flores, distante do centro de Florânia. Mas não há benzedeira sem que haja uma comunidade para procurá-la. Recorrem a ela pessoas de todas as classes sociais.

Os pais de Josefa também eram benzedeiros, mas ela diz que já nasceu com o ofício. Desde os 14 anos pratica as rezas ou “se pega” com os santos preferidos: São José, Nossa Senhora das Dores e o ‘santo

nordestino’, ‘Padim Ciço’ (Padre Cícero Romão Batista). Quando de um pedido para afastar as tristezas da alma, ela pede ao filho para pegar um ramo para iniciar a reza. Antes, algumas perguntas: “Você acredita em mau olhado? E quebranto? Pois eu vou lhe curar disso tudo”, resmungando baixinho, quase inaudível.

O ritual começa. Os olhos da benzedeira ficam entrefechados, como se estivesse em transe. A mão esquerda espalmada sobre seu rosto e a outra segurando o ramo, o qual ela joga repetidas vezes sobre o corpo do rapaz, sentado num tamborete, como se espanasse sujeira dele. As palavras são quase cochichos, pronunciadas com rapidez. Parece outra língua. A expressão é concentrada. A benzedeira encerra a reza com um sinal da cruz, após cerca de cinco minutos. E embora Josefa tenha sido a protagonista de todo o ritual, ela obedece ao que prega a religiosi-

dade popular: “Pronto. Você foi curado por Deus.” E dessa forma, sendo apenas mensageira, não cobra nada.



Romanceira relembra cantigas do passado

As cantigas de outrora parecem estar sumindo do imaginário popular. Dona Francisca Diolinda, 73 anos, ainda guarda relíquias destas canções populares. A voz aguda e afinada, semelhante às das romeiras, tornam as cantigas ainda mais belas. Parecem orações, não fossem as letras sempre leves, com temáticas cotidianas.

Dona Francisca afirma que aprendeu as canções na fazenda Araraú, em Santa Cruz, onde morou durante a infância. A vida na fazenda foi sua escola. E quem a ensinou “não tem nem mais os ossos”, disse, para mostrar a antiguidade das canções que canta. Muitas – lembra – ouviu das criadas da fazenda, que cantavam para os filhos dos proprietários dormirem.



A voz potente, diz, foi afinada pelo tempo. O mesmo tempo que tem apagado da memória a riqueza de Dona Francisca. Ela diz que tem tentado ensinar às crianças o seu tesouro. Um trabalho em vão, lamenta. “Hoje a meninada só quer saber dessas músicas de batuque.” Um dos poucos registros de Dona Francisca foi feito pela fotógrafa Candinha Bezerra, que a visitou em sua casa.



Serestas mantém viva a chama do romantismo

O costume é antigo, sobretudo entre os românticos e boêmios da velha guarda. Na certa eles lembram das vozes rasgadas, dos violões chorosos e dos rostos acalentados das moças às janelas dos sobrados. As serenatas e seu doce segredo de emudecer corações, mesmo os mais ressentidos, ainda percorrem as madrugadas floranienses. E parecem emoldurar um quadro antigo, de um cenário ainda simples, inimaginável aos de vida moderna, que moram nas grandes cidades.

Em décadas passadas, as serenatas de Florânia respeitavam o ritual célebre: a “amada” acendia e apagava a luz três vezes, para sinalizar se aceitava aquele gesto de apreço. Isso por volta já das 21 horas. E então os violões preconizavam declarações e sentimentos sonoros. Nesses cenários, ainda em preto e branco, alguns seresteiros de Florânia se destacaram: o violeiro Zé Tomé, Vicente Guedes, Birunga, Vinoca, Chico de Egídio, Manoel Cícero e Mocinha, entre outros.

Alguns dos mais antigos continuam. Juntaram-se à moçada ainda boêmia e romântica e cantam e encantam as madrugadas do município. Os rituais mudaram com o tempo. Mesmo a arquitetura

das moradias tornou-se menos receptiva às serenatas. Os sobrados deram lugar aos muros e janelas gradeadas. Mas nem por isso Irafram Nobre, Júnior Galdino, João Emídio, Maria de José Menezes e outros deixam morrer o lirismo das serenatas. De suas serenatas já surgiram três casamentos, um dos orgulhos do grupo.

João Emídio, 52 anos, ainda tem a mesma sanfona de 80 baixos, de quando acompanhava seresteiros antigos. Hoje, ele se junta à turma nova, com média de idade de 26 anos. João Emídio completa o som que, das calçadas, procura chegar aos ouvidos do homenageado. Se antes as serenatas tinham como motivo principal as declarações de amor, as razões de hoje são homenagens aos aniversariantes, pais ou mães, geralmente em datas comemorativas.

Se algum pai ciumento era motivo para “fim de festa” em tempos idos, as dificuldades continuam na época presente. Pedras, latidos de cachorro, chuva, são alguns dos problemas enfrentados pelos seresteiros de hoje. Tudo levado na esportiva. Também para as serenatas, o que vale é o sentimento e a capacidade de exprimi-lo. No mais das vezes as recepções são afetivas. Bebidas e tira-gostos são oferecidos aos seresteiros como gratidão. É o salário pago, bem aceito entre eles.

A reportagem da Preá acompanhou, após recepcionada com a cantoria, a homenagem que uma filha quis prestar à mãe aniversariante. Eram 2 horas da madrugada. Percebe-se o entrosamento do grupo não só durante a serenata. Antes, o papeado e as brincadeiras são constantes e contrastam com a madrugada silenciosa. Só param quando se aproximam da residência. Afinal, o segredo da serenata é a surpresa.

Em frente à casa da homenageada, Maria de José entoou a primeira música. As vozes e os violões acompanham e parecem ser os únicos sons daquela madrugada. Mas só na terceira música, o primeiro sinal, ainda assim, numa casa distante uns 50 metros, quando uma moça saiu de casa para assistir à cena. Em seguida, uma outra, em frente, coloca o rosto na janela.

O tempo passa sem que nenhum movimento seja notado dentro da casa. Os seresteiros estão indiferentes. Parecem se divertirem cantando entre eles. Já na sexta música, quando já ensaiavam partir para outra residência, uma luz da casa é acesa. Um senhor com cara de sono aparece. Ele pede para esperar e volta com duas garrafas de vinho, o combustível necessário para mais uma serenata e o bastante para Mocinha, seresteira das antigas, completar sua noite de boemia, lembrando da velha canção *A flor do meu bairro*, um clássico das serenatas, apresentada por Napoleão Cavalcanti, violonista e cantor de modas muito conhecido em Florânia:

“A flor do meu bairro,/ Tem o lirismo da lua./ Morava na mesma rua,/ Em chalé fronteiro ao meu./ Eu conheci/ O seu primeiro amor./ A sua primeira dor,/ E os primeiros erros teus./ Lembro ainda./ O bairro inteiro sentiu/ A flor ingênua sumir/ Do seu amor e do seu reino,/ E eu que era seu primeiro namorado,/ De tão triste apaixonado./ Nunca mais te enamorei.”



Banda de música é a 3ª mais antiga do Estado

A história da Banda de Música de Florânia se confunde com a história do progresso cultural da cidade. É que a criação da primeira banda – a terceira mais velha do Estado – deu-se por volta de 1898, com a iniciativa do professor Manoel Fernandes, quando a cidade ainda se chamava Flores. Desde então vem se destacando como atrativo em festividades religiosas ou pagãs.

Conta-se que na sua formação, a banda recebeu apoio de alguns imigrantes italianos, radicados na Vila de Flores, que promoviam em sua residência saraus musicais. Nos primeiros anos, funcionava na Escola de Instrução Primária, onde hoje é a Delegacia de Polícia. A banda contou com a colaboração de vários mestres, entre eles, Manoel Dantas (Fumaça), Inácio Fernandes Vieira, Tonheca Dantas, Arnaldo Toscano de Medeiros e Ellusipo Oscar de Oliveira.

A partir de 1943, o maestro Marciano Ribeiro da Costa assume a coordenação da banda, à qual se dedicou até 1995. Para homenagear o longo trabalho realizado pelo maestro, que está hoje com 93 anos e a saúde debilitada, a banda hoje leva seu nome. Músicos como Wilson Severino de Souza, Manoel Cícero Romão, Marciano Ribeiro Júnior e o maestro atual, Jadson dos Santos, deram prosseguimento ao trabalho realizado pelos antigos maestros. A fase áurea da banda foi em 1972, quando obteve o primeiro lugar no I Festival de Conjuntos de Bandas de Músicas, realizado em Natal. Na época, ainda se chamava Arnaldo Toscano de Medeiros.

A banda goza de prestígio na região do Seridó, participando de diversos eventos sócioeducativos e religiosos pelas cidades vizinhas. Conta hoje com 40 homens. Seu maestro, Jadson dos Santos, 29 anos, ingressou nela aos 14 anos e hoje também compõe os arranjos, dobrados, valsas e choros. O repertório passa também pela MPB, músicas românticas e, claro, os hinos tradicionais. A julgar pela idade dos integrantes, alguns com menos de 20 anos, a Banda Filarmônica de Florânia ainda terá vida longa.



Um embolador fatigado, mas com a memória tinindo

O embolador de coco Raimundo Salustiano tem 83 anos. Diz que está cansado de cantar. Até lembra com saudades da década de 40, quando fazia sucesso em municípios como Acari e Cruzeta, na companhia de Inino. Raimundo sequer se lembra da última cantoria. Parece que o coco é assunto encerrado para ele. E tranqüilo ele passa os dias, jogando dominó com os amigos ou papeando em sua varanda, no sítio Passagem das Flores. Mostra algum arrependimento por ter parado, quando diz: “se tivesse feito profissão hoje eu era outro. Vejo tanta gente famosa por

aí.” Dos 28 filhos, nenhum quis seguir o talento do pai.

Quando de um pedido para entoar algum coco, ele reluta; avisa que esqueceu. Mas acaba cantando algum. É como se as memórias do ontem lhe subissem às lembranças. E um sorriso logo se apodera de seu rosto. A esposa Josefa da Silva se surpreende: “Olha, eu pensava que Raimundo já tava caducando. Num é que ele ainda canta!” E Raimundo ainda tem domínio sobre o palavreado rápido e a sonoridade aguda do coco, mesmo aos 83 anos. Ele diz que a inspiração e a rima aprende olhando qualquer coisa, “uma umburana, um pedaço de pedra.” Mas aprendeu mesmo foi bebendo cachaça e ouvindo emboladores mais velhos que apareciam pelos bares do município de Flores.

Escola incentiva grupo de pastoril

São sete as meninas que formam o grupo de Pastoril da Escola Nossa Senhora das Graças. É o terceiro grupo em Florânia, que conta ainda com os grupos das Vilas Jucuri e de Ipueira Cercada. O Pastoril é tradição no município. O professor Josimar Tavares vivenciou o Pastoril – encarnação profana do auto natalino – quando adolescente, onde participou de grupos já extintos de Florânia. Foi ele quem passou a música às meninas e ajudou na coreografia, apresentada em eventos municipais.



Danilo, 12 anos, e sua sanfona de 48 baixos

A sanfona de 48 baixos parece grande para o pequeno Danilo Tomé Esteves, 12 anos. A idade também parece pouca para a habilidade que demonstra com o instrumento ou a seriedade da expressão quando toca. As noites floranienses já são costumeiras para Danilo. Sobre tudo aos sábados, quando ele toca em um bar, apenas para mostrar seu talento. Vai acompanhado dos colegas de zabumba, triângulo e pandeiro. Recebem dinheiro quando alguém se dispõe a dar.

O repertório passeia por antigos e novos sucessos: baião, xote e forró comerciais. Já tocou em Currais Novos, Caicó, e até na Paraíba. Perguntado se prefere uma sanfona nova ou aulas teóricas, para aprofundar-se no uso do instrumento, a

resposta é seca: “Quero aula!” É que ele confessa ainda desconhecer os segredos de todos os 48 baixos da sanfona. Mas ninguém percebe. Ele toca com proprie-



A Escola Nossa Senhora das Graças (a única particular do município) também procura incentivar a cultura popular de outras formas. Já no pátio de entrada há poesia espalhada entre as paredes. São escritos de Cecília Meireles, Mário Quintana, Manuel Bandeira e outros. Já a Feira das Ciências é um evento que estimula a pesquisa entre os alunos e mobiliza cerca de 3 mil pessoas da cidade, nos dois dias de apresentação.

A diretora Maria do Socorro de Medeiros orgulha-se do resultado da Feira. Os temas são sempre voltados para o resgate da cultura popular. E a Escola também publicou um pequeno dicionário com expressões comuns do município. E não contém apenas a “fulô”, expressão usada de forma tão peculiar pelos sertanejos. Poucos sabem que “apojar” é intumescer-se de leite. Em Florânia, “manipueira” é um suco de mandioca ralada. E pensar que “pincinês” significa óculos?!

dade. Aqui e acolá olha para os teclados do instrumento para logo em seguida erguer o rosto empinado, como quem diz: “Tá vendo o que é tocar, seu moço?”



Um multiartista que faz a hora

Há aqueles cujo espaço em que vivem torna-se pequeno para suas pretensões. José do Nascimento Júnior, 24 anos, é uma dessas pessoas. Ele é conhecido como J. Júnior, locutor da rádio comunitária, a mais famosa da cidade. É escultor. Na frente de seu estúdio, ele esculpiu torres em alto-relevo. Os traços lembram o estilo sacro do medievo. As paredes internas foram forradas com alcatifa. O teto é em gesso, também para melhorar a acústica do ambiente. J. Júnior também pinta; é artista plástico. E quando nem se espera, passa a banda de música de Florânia. E lá está J. Júnior à frente, tocando trompete.

Ele começou na arte do teatro, no Clube de Integração Comunitária Cônego Estanislau Piechel (Cicep). O teatro não é sua melhor fonte de renda. Mas é a maior paixão. É um teatrólogo já com dois roteiros inscritos nos concursos Revelando Brasis, do Ministério da Cultura, e Literatura para Todos, do Governo do Estado. O roteiro é original e retrata os costumes sertanejos: a tradição dos tropeiros, da dança do cabaço, do transporte de cereais em cima do lombo de jumentos. Os ensaios com o grupo de teatro que leva seu nome são constantes. Há, inclusive, projeto de um filme sobre a peça “Zé Tropeiro”, já aprovada pelo Minc, através da Lei Rouanet e ainda a espera de apoio empresarial. A estimativa para produção do filme é de 86 mil reais.

O grupo de teatro, formado há quatro anos, possui 23 integrantes, todos vindos da Escola Estadual Teônia Amaral. Já é uma associação, com toda papelada regularizada. O grupo já percorreu vários municípios, inclusive Natal. J. Júnior procura se atualizar como pode. Já fez cursos de teatro, cinema e rádio, seja em Natal, Caicó, Mossoró e até no Sudeste. A troca de experiência com o grupo de teatro Escambo, de Janduí, também é constante. As fotos com artistas globais, J Júnior exhibe sem empolgação. Seu orgulho mesmo é o calhamaço de folhas do roteiro de seu futuro filme, “Zé Tropeiro.”

Tradição que passou de pai para filho

A manufatura do couro em Florânia data de muito longe, quando os primeiros vaqueiros chegaram à região, nos idos do século XIX. Antônio Batalha Neto, 61 anos, perpetua esse artesanato. Ele aprendeu com o pai, que aprendeu com o pai, que... Bom, a produção é tradição na família. Há 35 anos, Antônio trabalha na produção de bainhas para peixeiras, alpercatas, arreios para animais, coleiras de cachorro, bolsas, etc.

O trabalho ainda é rústico. Em um pequeno tronco de pé de mangueira, fincado em uma casa, Antônio grossa o couro curtido, para estirar e tirar o pêlo. Para alisar ele usa o burnidor. Em seguida, é só cortar o pedaço do couro para preparar a peça. E para isso ele usa também a madeira, castraço para amarelar o couro, verniz, borracha bruta e cola. As peças, Antônio comercializa em municípios vizinhos. A clientela de Florânia também é boa, como nos velhos tempos.



As histórias fabulosas de Sebastião do Recanto

Quando se fala em histórias de mentiras, Sebastião Marcelino da Costa, o memorável Sebastião do Recanto é nome certo. Agricultor aposentado, parece ter plantado e colhido também, nestes 87 anos de vida, histórias

mirabolantes e fantasiosas. Espanta na seriedade com que conta tanta mentira. É daqueles que acreditam e se zangam se alguém duvida de suas histórias. O segredo é ouvir com atenção e conter o riso.

Sua chegada a Florânia – ele que disse ter vindo do Sul – foi no mínimo, original: “Vim de pau-de-arara. Mas um avião passou pertinho da gente e eu num podia deixar passar: me agarrei na asa e peguei carona. Quase descolei o braço (e mostra uma cicatriz verdadeira, perto das axilas). Uma hora cansei e quase peguei no sono. Quando acordei foi em Natal.”

Já de Minas Gerais, Sebastião veio de navio, por alguma rota criada não se sabe onde: “De Belo Horizonte vim de navio. Eram as baleias rodeando a gente. Tinha um negão que pegou tudo no navio pra jogar na baleia...” Para encurtar a história, Sebastião foi engolido pela baleia e passou longas noites no ventre do mamífero. Sobreviveu comendo peixe. Só saiu quando conseguiu acender um fósforo e a baleia o cuspiu, como Jonas, na Bíblia. E ainda tem gente que não acredita!

Bordado com formas e cores regionais

Olhar um bordado pode assemelhar-se ao ato de admirar um quadro. Cores, formas, imaginação: arte. A arte dos pontos e das laçadas, onde se adivinham horas, dias, meses de trabalho e dedicação. E de pontos conhecidos como o caseado, palito cerzido e alinhavo nasce o ‘richelieu’: um bordado mais rico e decorativo, de valorização do tecido.

As bordadeiras Maria Marlene da Silva, 58 anos, e a filha, Fernanda Cláudia da Silva, 29, começaram a inventar bordados ainda meninas. Maria aprendeu com a vizinha. Fernanda, nos cursos oferecidos em Florânia, pelo Sebrae/RN. Ambas trocam experiências. Se Maria ensina o minucioso trabalho em ‘richelieu’, Fernanda passa os ensinamentos do bordado em figuras e cores diversas.

Os produtos, de alinhamento perfeito, são muito encomendados. Também estão à venda nas feirinhas da cidade. E a técnica de bordado em ‘richelieu’ pode até ter nome em francês, mas o resultado é fruto da autêntica imaginação floraniense.



'Fiós' dão água na boca

Uma tradição antiga, ainda praticada em Florânia, é a produção de 'fiós', uma guloseima que se assemelha ao pé-de-moleque ou bolo-preto, bem difundida durante os festejos juninos. A iguaria, de tão especial, é servida apenas aos domingos de carnaval. Raimunda Batista de Araújo Silva, 76 anos, não permite sequer os filhos prepararem os 'fiós' em outros dias. É tradição. Tem que ser preservada.

A receita parece complicada. Torna-se simples é nas mãos de dona Raimunda ou sua filha, Socorro Santos, que garante a tradição por mais uma geração. O modo de preparo é contado por ambas, para não esquecer detalhes: "Cozinha a batata doce. Quando esfriar, passa no moinho e coloca na vasilha, junto com os ingredientes: fubá de milho, mel de rapadura (se preferir adocicado), farinha de mandioca, coco ralado, canela, erva-doce, cravo e sal. Depois é colocar pedaços de massa na mão e enrolar com as duas mãos, para fazer bolinhas. O último lance é a fritura no óleo."

Antigamente, o preparo era todo feito em panelas de barro e grandes panelões antigos. Os recipientes mudaram um pouquinho. Mas os ingredientes e o sabor dos 'fiós' parecem vivos mesmo aos olhares atentos da neta de dona Raimunda, a pequena Sofia, de 2 anos.



Preparo do chouriço está se perdendo

Maria do Carmo de Araújo, a Teteu, é quem passou décadas preparando chouriço (ou "chourisco"), em Florânia. Disse ter parado porque "o homem que vendia a carne de porco morreu." E com ele, a tradição do chouriço. Há quem diga que a receita – uma iguaria feita à base de sangue de porco e bastantes especiarias – era prato feito pelos escravos como sobremesa. Sabe-se que este tipo de doce sempre foi um alimento tido como sobremesa nas casas de fazenda e do meio rural sertanejo.

E se Teteu parou de preparar chouriço há quase uma década, a receita ainda está fresca na cabeça: "Desmancha as rapaduras num caldeirão, com bastante água. Leva ao fogo. Depois coa o sangue, adiciona a farinha, a castanha moída e o coco ralado. O leite guarda para depois. Acrescenta os temperos e dez latas de água. Começa a mexer com uma colher de pau grande, acrescentando a calda da rapadura até o final. O tempo de cozimento é previsto para oito horas, pois primeiro deve-se colocar a gordura de porco em temperatura baixa, para depois colocar os temperos. Por último, adiciona o leite de coco." ■

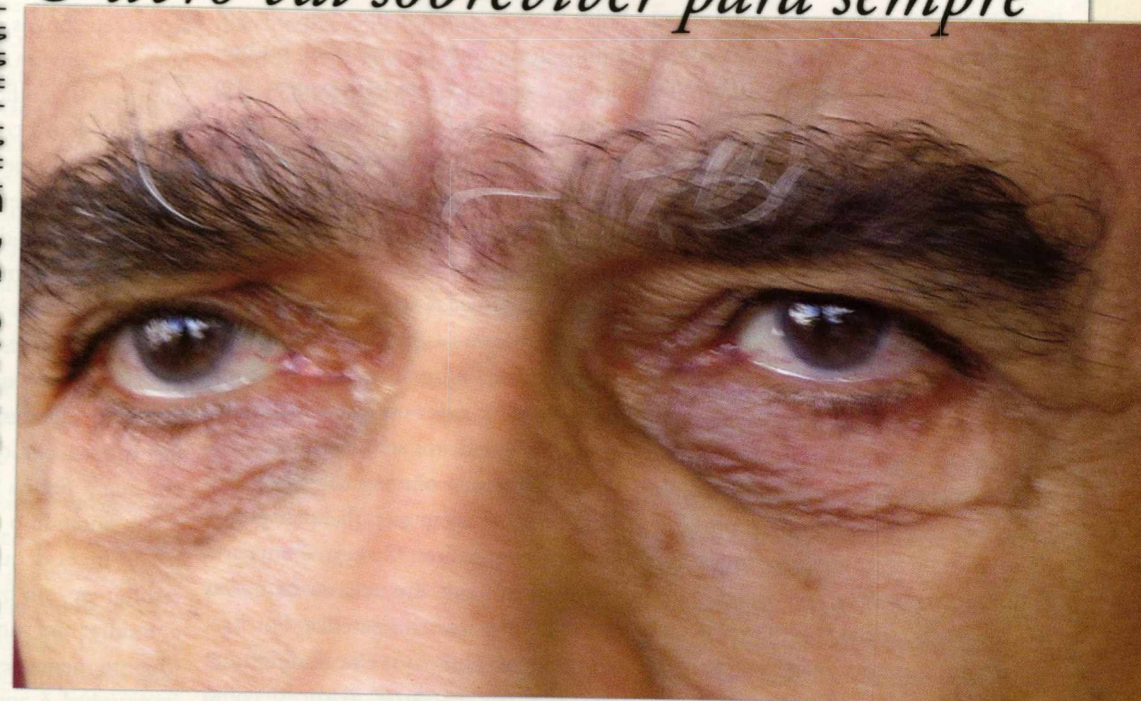
As gostosas 'raivas' de Maria José

Em Florânia, é comum servir café com biscoitos após as missas de trigésimo dia, na casa dos parentes do falecido. É tradição. E Maria José de Menezes, 39 anos, dá continuidade ao que seus familiares têm feito durante tanto tempo. A receita é simples, como os costumes da cidade: farinha de trigo, ovos, açúcar, manteiga e fermento. Em pacotes de 200 gramas também estão as 'raivas', feitas de fécula de mandioca, açúcar e manteiga. O produto já ganhou fama no comércio de Currais Novos. Entre os florianenses, continua indispensável.



O livro vai sobreviver para sempre

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA



Por Tácito Costa

Fotos: Anchieta Xavier

As relações do poeta Affonso Romano de Sant'Anna com Natal não são recentes. Ele foi orientador do mestrado do professor e escritor Tarcísio Gurgel e escreveu sobre os poetas Iracema Macedo e Nei Leandro, em O Globo. Em 2005, participou da Bienal do Livro de Natal e em março último, das comemorações do Dia da Poesia. Reconhecido por críticos importantes como Wilson Martins e Tristão de Athayde, como um dos grandes poetas brasileiros, Affonso Romano de Sant'Anna nasceu em Belo Horizonte, em 1937. É casado com a escritora Marina Colasanti. Em 1971, lançou o seu primeiro livro de poesia *Canto e Palavra*. Cronista do Jornal do Brasil e de O Globo, em 1972 publicou a sua tese de doutorado *Carlos Drummond de Andrade, o Poeta 'Gauche, no Tempo e no Espaço'*, que lhe garantiu os quatro prêmios literários mais importantes do Brasil. Lecionou Literatura nas Universidades do Texas (EUA), Colônia (Alemanha) e em Ais-em-Provence (França). Foi presidente da Fundação Biblioteca Nacional (1990 a 1996) e escreveu, entre outros, os livros de poesia: *A grande fala do índio Guarani, Que país é este, Textamentos e Vestígios*; de ensaios: *O canibalismo amoroso, Barroco, alma do Brasil*; de crônicas: *A mulher madura, Mistérios Gazosos*; CDs: *Affonso Romano de Sant'Anna por Tônia Carrero, Crônicas escolhidas* (com participação de Paulo Autran), e *O escritor por ele mesmo*. Extremamente simpático e acessível, concedeu entrevista em uma manhã de sol na varanda de um hotel na Via Costeira. Poesia, crônicas, ensaios, Artes Plásticas, jornalismo e política cultural, crítica literária, Internet e leitura, são alguns dos assuntos abordados. Para o poeta, o livro vai sobreviver. "É uma tecnologia milenar e insuperável", acredita.

Preá – A reflexão sobre a arte e a poesia é uma constante na sua trajetória intelectual e isso já estava presente em um dos seus primeiros livros “Desemprego da Poesia”. Nele você discorria sobre o seu desencanto com a poesia feita naquele momento. O seu desencanto diminuiu ou aumentou?

Affonso Romano – Eu sempre tentei ter uma visão global das coisas. A poesia está inserida dentro de uma série de manifestações simbólicas. Discutir a poesia é também discutir as outras artes e, por consequência, discutir a própria cultura e a sociedade. Por isso, volta e meia, no que eu escrevo há considerações sobre a dança, as artes plásticas, a música e, evidentemente, sobre política. Eu tenho impressão que o sentido mais profundo e autêntico do fazer poético é interpretar, reinterpretar, analisar a perplexidade que nós temos diante das coisas e a arte nada mais é do que uma manifestação dessa perplexidade.

Preá – A impressão que se tem é que essa sua perplexidade se manifesta com mais ênfase em relação às Artes Plásticas.

Affonso Romano – Aconteceu uma coisa muito estranha com as artes plásticas. Depois da Revolução Futurista, che-

gando até o Dadaísmo, que foi a escola mais radical, que acabou com a noção de arte, as outras artes se recompuseram, aprendendo as lições de ontem e de hoje. Você lê um romance hoje de um grande autor francês, americano ou brasileiro, o romance tem personagem, tem uma história e usa uma língua que você entende. Tem sujeito, objeto e complemento. Você vai assistir a um espetáculo da Débora Colker, por exemplo, você tem corpo, dançarinos e músicas. As coisas apresentadas têm princípio, meio e fim. A poesia há muito tempo que recuperou a sua normalidade. Você lê um poema e deve saber do que se trata, usa a palavra, usa efeitos sonoros, ritmo. Nas Artes Plásticas continua um impasse. Qualquer bobagem que qualquer pessoa faz é tida como arte. Ou seja, é uma arte que está atrasada em relação às outras artes de uma maneira patética. Por isso, eu estou insistindo que é necessário fazer um reexame das Artes Plásticas, como já foi feito com as outras artes, para que o século XXI comece realmente. Daí esse meu livro chamado *Desconstruir Duchamp*. A única maneira de você homenagear Duchamp é contestá-lo. As pessoas acham que imitando Duchamp estão sendo revolucionárias. Não. Estão sendo imitadoras de terceiro grau.

Preá – Esse estado de coisas não dificulta ainda mais uma possível popularização das Artes Plásticas?

Affonso Romano – Pois é... Mas isso aconteceu com as Artes Plásticas oficiais, porque a gravura, o desenho, as artes figurativas, as gráficas não sofreram esse processo. Isso ocorreu com a arte chamada oficial, que é a arte que está no Guggenheim, que está nas Bienais, essa é a arte acadêmica do nosso tempo. Aconteceu com ela um fenômeno que interessa muito mais à Antropologia do que à Estética. Interessa mais à Sociologia e à Economia do que a estética das Artes Plásticas. Que fenômeno é esse? Elas se instituíram como enigma. Na medida em que a pessoa chega em uma Bienal e não entende o que está sendo exposto, ao invés daquele não entendimento resultar em um questionamento, passou a resultar em uma qualidade positiva. Quanto menos se entende e quanto mais imprestável é aquela coisa apresentada, mais valorizada ela passou a ser dentro do mercado de arte, isso para tornar aquele objeto, um objeto fetiche, que não admite questionamento.

Preá – O que acaba resultando em vários tipos de charlatanismo.



Affonso Romano – Todo tipo. Conforme a gente vê toda vez que ocorre uma bienal, a gozação que a própria imprensa estabelece sobre isso. O que não significa que todas as coisas apresentadas na Bienal ou todas as coisas expostas nessas galerias de arte contemporânea sejam ruins. Não. A dificuldade hoje é que os críticos de arte não têm como separar o joio do trigo, o que é bom do que é ruim, porque decretaram o fim dos parâmetros. Quando você diz que tudo vale, você caiu na terra de ninguém.

Preá – Uma das marcas da sua poesia é a musicalidade e a simplicidade. Como se chega a isso?

Affonso Romano – Isso eu cheguei depois de muito sofrimento, muitos impasses. Na verdade, as primeiras poesias que eu fiz, que não estão publicadas em livros, foram quando eu tinha 16, 18, até vinte e poucos anos, que são poesias mais comunicativas. O meu encontro com as vanguardas resultou em um trauma que me fez muito mal e a uma geração toda no Brasil. Ou seja, eu comeci a complicar a minha poesia e tenho um livro que está celebrando 30 anos, chamado *Poesia Sobre Poesia*, que é um livro insuportável para um leitor comum, porque o poema é uma mistura de poesia, ensaio e crítica. São poemas com 60 notas de pé-de-página, isso tudo feito intencionalmente, como uma autocrítica, mostrando os dilemas do poeta, do ensaísta, do teórico e do crítico. Depois, eu me libertei disso. Sobre tudo esses últimos livros, de “Que país é esse” para frente, são formados por poemas muito elaborados, em certo sentido, mas buscando muito uma simplicidade de elocução.

Preá – É possível se nascer poeta ou uma pessoa pode trabalhar para vir a sê-lo? Ou tem que contar com as duas

coisas, ter algum talento e trabalhar para vir a ser um bom poeta?

Affonso Romano – São as duas coisas. Eu acho que uma certa habilidade qualquer pessoa pode adquirir. Nos Estados Unidos existe em todas as universidades curso de criação literária. Você aprende a escrever um romance, a escrever um conto, uma peça de teatro, o que não significa que você vai ser Balzac, vai ser Dostoiévski ou Henry Miller. Agora, além da técnica, que você pode aprender, realmente tem que ter talento. E o talento é imponderável. Agora, mesmo o sujeito que tem talento, essa é uma coisa intrigante, se ele não prestar muita atenção, ele se põe a perder. Eu vi muitos colegas de geração se perderem, por várias razões. Vi gente com muito talento se perder porque se deixou envenenar pelas teorias sobre forma, formalismo, rigor formal, essas coisas cerebrais que não levam a nada. Outros porque existencialmente se envolveram com drogas, com bebidas, outros porque não souberam administrar as suas neuroses. Então, o talento está lá, mas a pessoa tem que saber administrar o talento e as circunstâncias da vida.

Preá – Para o poeta, é importante manter diálogo com o que passou, a tradição, e com a produção contemporânea, além de estar sempre lendo?

Affonso Romano – Sem dúvida. Acho que tem uma coisa que para mim fica cada vez mais clara, que é o seguinte: assim como um concertista tem que tocar o seu instrumento tantas horas por dia, no caso do poeta não se trata apenas de você tentar, como alguns escritores fazem, ficar tantas horas sentado. É o que fazia Paul Valérie, que se sentava das 5h até 11h da manhã todo dia. Não, você tem que aguçar o seu ouvido. De repente, você tem que criar uma disponibi-

dade de alma e aguçar o ouvido, porque às vezes passam algumas frases, algumas palavras, nos momentos mais intempestivos e estranhos, você não capta aquela frase ou aquela palavra, que passa como se fosse um pássaro perdido, e aquilo ali é a matriz de uma idéia, é a matriz de uma coisa. Às vezes, naquele momento, parece uma coisa banal, mas você anota e com o tempo começa a se desembrulhar dali uma coisa meio diferente e arma-se um texto surpreendente para você mesmo. Essa disponibilidade, esse aguçamento da sensibilidade é uma espécie de treino que é igual ao treino do instrumentista. Há certos momentos de beleza que são tocantes, desde olhar uma cena da natureza, uma cena de amor entre dois animais, entre duas pessoas, um inseto na grama. Agora, arte é maravilhamento. Mas não basta você se maravilhar diante da coisa. Você tem que ter instrumentos de expressão desse maravilhamento e esse instrumento você só burota trabalhando; acontece com o tempo, testando você mesmo e o público. Acho muito comvente toda vez que encontro um leitor e ele vem de uma maneira afetuosa dizer como um texto determinado incentivou a vida dele, marcou. Repete o texto oralmente e conta alguma história em torno daquele texto, significa que o seu pasmo, a sua perplexidade, essa coisa que eu chamei de maravilhamento, que Bandeira chamaria de “alumbramento”, isso é compartilhável. Está na raiz da arte.

Preá – Que poetas você relê com mais frequência hoje?

Affonso Romano – Eu tenho entre os poetas da minha estima, que são até mencionados em um poema antigo meu chamado *Sou um dos novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove poetas do país*, poetas como Garcia Lorca, Elliot, Witman, Pessoa, Drummond,

evidentemente, os brasileiros todos, modernos. Agora, volta e meia, eu me deparo com uns poemas de poetas menores, que estão surgindo aqui e acolá, que são poemas sensacionais. E eu fico ao mesmo tempo entusiasmado e ao mesmo tempo com uma pena incrível, porque quando um poeta chega como uma ostra a gerar uma pérola, isso é coisa tão rara e você vê aquilo se perder, é lamentável. Teve uma vez, nos anos 60 para 70, que eu pensei em fazer uma grande antologia chamada *Cancioneiro Geral de 1970*, como se fazia na Idade Média, que era recolher os poemas de poetas que nunca iam aflorar, mas foram capazes de produzir um poema sensacional, dois poemas incríveis e que se você juntasse esses poemas incríveis desses poetas que iam desaparecer no mundo, você teria uma antologia muito melhor do que às vezes a obra inteira de certos poetas que andam por aí de grande nomeada. Por isso que eu digo que a poesia é uma coisa indomável.

Preá – Os escritores também enfrentam a força do eixo Rio-São Paulo, que faz com que quase tudo que é feito fora destes dois Estados não tenha repercussão.

Afonso Romano – Eu tenho escrito muito sobre isso na imprensa, porque me irrita muito essa coisa de vê certos poetas do Rio e São Paulo terem destaque, quando poetas excelentes, não só poetas, narradores também, fora desse eixo, não terem espaço nenhum, porque houve uma perversão no sistema literário brasileiro que começou a se intensificar a partir dos anos 80. Até os anos 70, os suplementos literários eram uma coisa, depois passaram a ser outra. Até então os suplementos publicavam poemas, artigos de pessoas do país inteiro e resenhavam as obras. O meu primeiro livro, *O Desemprego da Poesia*, feito como estudante por uma imprensa universitária e sem divulgação, foi resenhado pelos melhores

críticos brasileiros. Não era porque o livro fosse importante, é porque os críticos existiam. Agora, hoje acontece comigo, acontece com outros, eu posso publicar um livro e o livro não ter resenha nenhuma. Por exemplo, em São Paulo, porque São Paulo virou uma coisa incrustada que defende seus próprios autores, volta e meia abre uma janela para uma pessoa ou outra do Rio. Há guetos hoje em dia e as coisas não circulam. Você chega aqui, chega ao Recife, vai a Aracaju, Ceará, vai a Belém e vê poetas e trovadores sensacionais, com livros que provam que poderiam ser conhecidos melhor no Sul e não são. É necessário que se faça uma revisão do chamado sistema literário brasileiro, que não existe. Existem ilhas, arquipélagos. Falta uma comunicação de resgate dos valores que estão isolados.

Preá – Se não bastasse isso, parte dos suplementos culturais acha mais importante noticiar o movimento cultural de outros países, que às vezes não tem importância nenhuma para nós, do que divulgar a arte brasileira.

Afonso Romano – Isso é o negócio do índio se maravilhando diante do espelho que o europeu traz para ele de presente. Isso está na cabeça de certos jornalistas. Então, um artista de terceiro, quarto time nos Estados Unidos, na Europa tem um espaço imenso no Segundo Caderno de um jornal do nosso país e os daqui não têm porque o jornalista acha que se der um espaço para esse pessoal lá de fora, ele vai passar por inteligente. As pessoas vão dizer: olha como ele é inteligente, ele sabe o que está acontecendo lá fora. Quando na verdade ele está repetindo o release que as editoras mandaram e que as agências de notícias mandaram. Ele não sabe nada, mas está querendo impressionar o seu leitor.

Preá – Como você avalia a crítica literária produzida pela universidade brasileira, em alguns momentos hermética e feita para iniciados?

Afonso Romano – Isso foi, sobretudo, mais grave nos anos 70 e 80. De alguma maneira amainou um pouco agora. Por uma série de razões acho que passou um pouco a novidade do formalismo crítico também dentro da própria Universidade. Agora eu acho que dentro da Universidade pode-se e deve-se fazer esse tipo de análise. No jornal é que são outros quinhentos. O jornal é endereçado para um grande público. Minha experiência escrevendo no Prosa e Verso {suplemento cultural semanal de O Globo}, é uma experiência sintomática. Quando eu escrevia crônicas no Segundo Caderno, escrevia sobre fatos do cotidiano, às vezes, volta e meia podia fazer alguma coisa ligada à cultura, literatura, mas nada pesado e tinha um tipo de leitor que era um leitor médio. Quando eu passei para o “Prosa e Verso”, eu recebi e-mails indignados de leitores dizendo que não iam me ler nunca mais, porque eles não abrem o suplemento literário, eles têm horror. Existe uma coisa curiosa que os escritores não se dão conta: o leitor médio encara o suplemento literário como eu encaro o suplemento de automóveis. Eles não abrem e se lêem não entendem. Você pensa que está falando claríssimo, eu sempre acho que estou escrevendo claríssimo quando escrevo para jornal e volta e meia encontro com um leitor que diz: “eu li, mas não entendi muito bem. Você agora está escrevendo muito difícil” (risos). Existe aí um problema de leitura também, essas pessoas não sabem ler. Os leitores são muito precários. A maioria se insere dentro daquilo que a gente chama de analfabetos funcionais. Lêem, mas não entendem.

Preá – Essa dificuldade não é porque a população é alfabetizada tendo como base o audiovisual, sem uma mediação da leitura?

Afonso Romano – Sem dúvida. Agora você falou uma coisa seríssima, você fez um diagnóstico: a mediação da leitura. É como se um inseto... o caso da borboleta. Como se a crisálida tivesse chegado à borboleta sem ter passado pelo processo de metamorfose que teria que passar. Um processo de mediação. A leitura, você tem razão, é o elemento mediador. Então, quando se começa a fazer uma arte expressivamente só visual, achar que a semiótica explica tudo, você está mutilando, porque o que conta é a chamada leitura do mundo. Aprender a ler é uma operação única. Aprender a ler letra, aprender a ler uma paisagem, aprender a ler um jogo de futebol, um desfile de escolas de samba, a roupa com que a pessoa se veste, a moda que ela está usando. Com a leitura é a mesma coisa. Existem sujeitos, objetos e complementos, existem sintagmas, enunciados e enunciações, como se diz em lingüística. Ler o mundo é o que conta e a letra é o elemento mediador.

Preá – Com a Internet estamos caminhando para um novo tipo de linguagem?

Afonso Romano – Existe uma inauguração de uma nova linguagem. Aliás, sempre existiu a inauguração de uma nova linguagem. A língua com a qual Cabral desembarcou no Brasil não é a mesma que José de Alencar usou; a língua que Mário de Andrade usou não é a mesma de Machado de Assis. Existem estruturas sintáticas semelhantes, mas houve uma mudança muito grande. O que eu acho importante não é censurar as emergências de aportes novos que comecem a surgir. O importante é en-

tender que existe uma pluralidade de linguagens e habilitar as pessoas a lidar com essa pluralidade sem serem subjugadas por uma ou outra. Por isso que eu falo da questão da leitura do mundo. Se eu, como você e seu leitor, formos pessoas ligadas à letra, se elas tiverem um trânsito dentro da linguagem nova da informática, melhor para os dois. O que não pode é uma pessoa da informática esquecer toda a contribuição da literatura. Tem uma historinha que eu contei outro dia que é verdadeira, do Moacyr Scliar, que estava um pouco triste porque o filho adolescente só pensava em informática. Aí ele dedicou um livro novo dele ao filho. Chegou para ele, que estava diante do computador e disse: “meu filho, está aqui um livro que o teu pai acabou de escrever para ti.” Com aquele sotaque gaúcho, o filho olhou para ele assim com um certo estranhamento e disse: “ô tchê, não dá para tu fazeres um resumo?” (risos). Essa nova geração, não pode deixar de ser uma geração leitora, quanto melhor ela ler mais fácil vai poder lidar com isso. A solução é ter a Internet como aliada. Eu trabalho dessa maneira.

Preá – O livro enquanto objeto vai sobreviver às novas tecnologias com que estão querendo substituí-lo?

Afonso Romano – O livro vai sobreviver para sempre. Pode ficar tranquilo e eu te digo isso não porque eu seja profeta. Digo isso como quem teve uma experiência muito grande durante seis anos na direção da Biblioteca Nacional. Conheci todas as bibliotecas importantes do mundo, fui a dezenas de encontros internacionais... Por exemplo, na biblioteca de Washington, que é a maior do mundo, há dez anos eles tinham 180 milhões de volumes. Lá eles já tinham essa tecnologia moderna, isso há dez, quinze anos, então resolveram passar todo o arquivo da Biblioteca para CD-R.



O CD-R era a última palavra em tecnologia. Alocaram 200 milhões de dólares junto ao Congresso para começar o projeto e daí a dois, três anos chegaram à conclusão que o CD-R como suporte já estava superado. Os suportes novos que vão aparecendo chamados e-books são suportes que podem dar uma certa contribuição, mas são suportes que não concorrem com o livro. O livro, enquanto objeto, é uma invenção tão sofisticada... você poder carregar para qualquer lugar, abrir na página que você quiser, você não precisa ligar em uma tomada de energia, você lê na ordem que quiser, não tem que chamar um técnico pra consertar aquele livro. É uma tecnologia milenar e insuperável. Eu mesmo tenho uma experiência curiosa. Estou lançando aqui um CD, meu 4º CD de poesia e quando lanço o CD e o livro juntos, as pessoas preferem comprar o livro. As pessoas que compram o CD são a minoria, que vão ouvi-lo no rádio, no carro, em casa. O livro tem uma imantação própria, apesar do CD ser ótimo, você pode dar aula, dar de presente, mas uma coisa não corre com a outra.

Preá – Você também é um cronista experimentado, inspirado e muito conhecido. Qual a fronteira entre a crônica e a poesia? Existe um diálogo entre esses dois gêneros na sua vida de escritor?

Affonso Romano – Olha, há casos diferentes. Por exemplo, o Drummond nunca misturou poesia e crônica. As crônicas dele são bastante prosaicas. Rubem Braga é considerado o poeta da crônica, mas ele era esse poeta da crônica sem fazer força para ser o poeta da crônica, porque o estilo dele era um estilo nesse sentido. Eu faço uma coisa que é meio *sui generis*. Se um leitor pegar um dos meus textos de crônica vai descobrir várias coisas. Primeiro, que dentro de várias crônicas há vários versos e vários poemas meus

que surgiram daquelas crônicas. Às vezes, eu estou escrevendo umas crônicas e de repente aparece uma frase, ou duas, ou três, ou um parágrafo inteiro que sei que é poesia, mas não posso parar para fazer o poema, porque tenho que entregar a crônica em uma hora no jornal e o poema exige elaboração. Então, vai a poesia ali disseminada irremovivelmente. Depois, com calma, posso pegar aquilo, elaborar e transformar em poesia. Há casos até estranhos, no meu livro *Textamento*: tem lá um poema, que na verdade era uma crônica, era um poema-crônica sobre o Hélio Pelegrino. Quando ele morreu, sob o impacto da morte dele, escrevi aquela coisa e alguns leitores, imediatamente, o próprio Fernando Sabino, disseram: “li aquele seu poema.” Isso escrito em forma de crônica e eu ficava olhando aquele texto e, engraçado, realmente era poesia, não era crônica convencional. Um dia, resolvi reorganizar só formalmente o texto, não alterar nada, porque o espaço em branco funciona como pausa e orienta a leitura do leitor. Publiquei então como poema, apesar de ter publicado como crônica em outro livro. Tem até uma professora no Recife, que está fazendo uma tese sobre crônicas no Brasil e fez menção a isso. Há uma coisa meio misturada que faço questão de ser assim mesmo.

Preá – A leitura de best sellers traz algum benefício para o leitor, para a literatura ou só para o mercado?

Affonso Romano – Não deveria haver lista de best seller no suplemento literário e nem na revista. Acho que ocupa um espaço desnecessário e causa uma distorção na área da leitura. Não é necessário porque o best seller anda sozinho. O leitor de best seller não precisa de lista para comprar o livro, ele vai entrar na livraria e vai ver, porque o livreiro vai colocar do lado de fora à mostra os livros

de leitura fácil. Então é apenas uma lista de reforço. O que os jornais deveriam ter era uma lista de seleção e de orientação. Quer dizer, para quem gosta disso tem isso aqui, para quem gosta daquilo tem isso aqui como sugestão e orientação. Isso seria mais democrático, não imprimiria esta distorção. Os best sellers viram best seller porque os jornais abrem muito espaço, porque as livrarias abrem muito espaço e porque abrem muito espaço ele vira best seller. Porque ele vira best seller, o livro que não é best seller, não tem espaço na livraria. Como se sabe, as livrarias brasileiras adotaram a técnica americana, que existia há muito tempo, que cada centímetro na livraria é dinheiro, então dois centímetros onde está um livro em pé, se aquele livro não tem a rotatividade determinada, o livreiro está perdendo dinheiro. O meu livro de poemas que tem um tipo de vendagem determinada, vale menos parcialmente do que um livro de um best seller qualquer e isso faz com que os livros de conteúdo literário como *Casa Grande & Senzala*, *Fogo Morto*, sejam livros que você nem encontra mais nas livrarias. Acabou aquela edição, o livreiro não pede outra porque aquele livro vende, digamos, um exemplar por mês. O livreiro tem razão de certa maneira, porque ele não pode hoje ter mais na sua livraria os três mil títulos que saem por mês. Ele tem que selecionar e vai selecionar onde vende mais. Portanto, é necessário rever esse mecanismo.

Preá – Qual a sua avaliação sobre a política cultural do Governo Lula?

Affonso Romano – Em relação ao Governo anterior, à gestão de Francisco Weffort, essa gestão do Ministério da Cultura é dez vezes melhor porque nada podia ser pior que a gestão Francisco Weffort. Agora em relação à necessidade do próprio país, essa gestão atual é fra-

ca, porque ela continua – apesar de ter aumentado o orçamento do Ministério várias vezes em relação ao que era no meu tempo –, trabalhando sobre o óbvio, que é a questão da música, do cinema, uma coisa muito ligeira sobre o teatro. Não há ações sistêmicas e sistemáticas que cubram o território nacional e mesmo a questão da leitura, por mais que se fale muito em programa “fome de leitura”, “fome de livro”, esse Governo está desperdiçando toda a experiência que foi acumulada durante a minha gestão no Ministério, com o Proler. Esse programa tinha espalhado pelo país mais de trinta mil pessoas voluntárias que estão sendo ignoradas e poderiam estar fazendo um programa maravilhoso. O Gil funciona muito como garoto-propaganda do Governo Lula, mas não dá para você ser cantor, fazer show e administrar ao mesmo tempo. Eu que administrava apenas uma fundação do Ministério, dez horas por dia eram dedicadas à Biblioteca, praticamente parei de escrever durante seis anos. Não dá para você fazer duas coisas ao mesmo tempo.

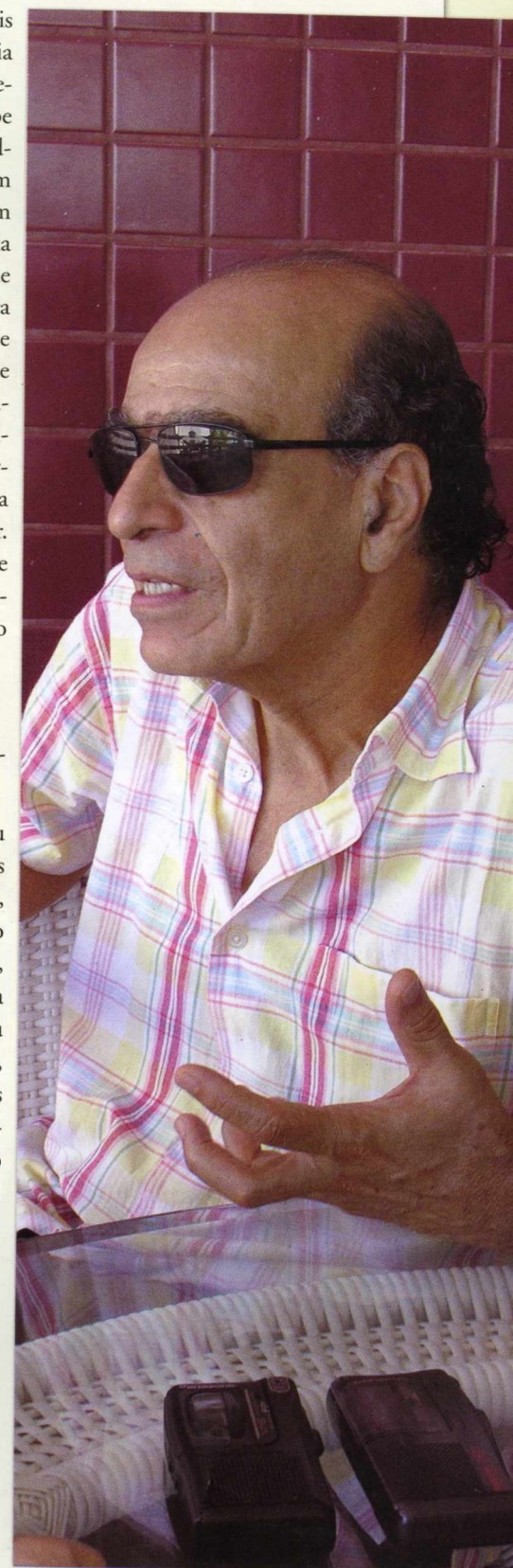
Preá – Gostaria que você indicasse alguns poetas ou poemas memoráveis de língua portuguesa que poderiam servir de sedução ou até de encaminhamento para pessoas que gostam de poesia e que desejam escrever sobre poesia.

Affonso Romano – Acho que é um pouco aleatório. Você pode pinçar poemas de Manoel Bandeira, do Vinícius, do Drummond, Quintana, Manoel de Barros como pode pegar de poetas que existem por aí. O importante é que exista um cardápio diferenciado, que bata com a sensibilidade diversificada das pessoas, e democratizar isso, porque alguns jornais e revistas só publicam um tipo de poesia. Aliás, tem um tipo de poesia que se faz às vezes no Brasil hoje que me irrita muito, que são os subprodutos do Con-

cretismo. São poetas que não fazem mais Concretismo, mas eles fazem uma poesia fragmentada, difícil de se entender e pretensiosamente inteligente. Você recebe aquele livro, lê, alguns até são premiados, mas você termina a leitura e não tem um verso na sua cabeça, você não tem um poema na sua cabeça para o resto da sua vida. E isso é a coisa mais grave que está acontecendo com a poesia brasileira hoje, uma falsa poesia inteligente que não diz nada nem ao leitor sofisticado e nem ao médio. Por isso, nesse meu último livro tenho continuado a colocar alguns poemas onde tento recuperar a narrativa da poesia, porque a poesia na sua origem narrava uma coisa qualquer. Mas chegou-se a um tipo de poesia que está sendo feita hoje que não só está narrando nada, como você não sabe sobre o que o poeta está falando.

Preá – Você tem alguma notícia da Literatura feita no Rio Grande do Norte?

Affonso Romano – Toda vez que eu venho aqui acabo ganhando alguns livros e vou me atualizando de alguma maneira, porque o trânsito na divulgação é meio complicado. Citaria Iracema Macedo, uma figura incrível que faz uma poesia muito boa, ficaria aqui escondida se eu não tivesse falado sobre ela no Globo, mas há outros, como Nei Leandro, Luís Carlos Guimarães, Franco Jasiello, Sanderson Negreiros e Zila Mamede. Esses são os que lembro neste momento. ■





SÃO JOSÉ DE MIPIBU

Herança rural influencia a produção cultural

Sérgio Vilar

Fotos: Anchieta Xavier

São José de Mipibu ainda é uma terra verde, de granjas, fazendas e pastagens espalhadas ao redor da cidade. Nem parece estar apenas a 40 km da capital. O clima ruralista é reforçado pelos engenhos – ou o que restaram deles. Muito da cultura do município é herança dos costumes rurais, da produção artesanal praticada nas moendas de outrora. Mesmo a literatura ou as artes plásticas reproduzem cenários dos tempos idos, da época áurea dos engenhos do fazendeiro Miguel Ribeiro Dantas (1799-1881), o Barão de Mipibu, um dos quatro barões que habitaram a terra potiguar.

O Barão de Mipibu morreu na época em que os engenhos iniciaram seu processo de decadência, com a chegada da Revolução Industrial e das usinas. Em São José, eles ainda perduraram por mais tempo. O município viveu seu auge entre as décadas de 40 e 50. A construção da Base Americana, em Parnamirim, recrutou centenas de mipibuenses para trabalhar na gigantesca obra e ajudou no desenvolvimento da região. No mesmo período, os engenhos instalados nos vales do Trairi e Araraí e demais vales do município, em número de 32, absorviam grande contingente de trabalhadores, tanto na moagem regular, quanto no plantio e limpeza dos canaviais.

Dona Mercês Arruda Sales, 85 anos, lembra dos tempos áureos e do período de decadência dos engenhos. Ela aponta espaços onde antes dezenas de trabalhadores braçais limpavam canaviais e conta o processo de produção do açúcar e do mel de furo. Dona Mercês recorda ainda a escassez da lenha para alimentar o maquinário. Começava ali a derrocada do Engenho Mipibu e de todos os outros do município. O período coincide com a decadência econômica de São José. Além da conclusão da Base, em Parnamirim, os engenhos da cidade começaram a ser desativados. Eles passaram a vender seus produtos à Usina Estivas. Uma massa de trabalhadores perdeu seus empregos. Mas a cidade continuou a crescer, sempre voltada à pecuária, agricultura e pequenas indústrias.

E é dessa prática de vivência rural que a cultura mipibuense respira. Os quadros do artista plástico Estelo atestam isso. Eles reproduzem monumentos e casarios antigos do município, como forma de eternizar a fisionomia da cidade em forma de arte. Também os folguedos tradicionais como o Bambelô, trazidos por escravos e muito praticado nas senzalas dos engenhos, ainda refletem o ambiente agreste. Mesmo o tecer de fios da artesã Maria Conceição Alcântara é confeccionado em maquinários seculares.

Também a religiosidade exerce fascínio e influência entre os mipibuenses. A catequese dos indígenas, denominados Mopebu, foi feita pouco depois da fundação

de Natal, em 1607. E o nome daqueles indígenas, Mopebu, pode ter originado o nome Mipibu. O pesquisador Pedro Freire lembra que há também outras teorias sobre a origem do nome da cidade: “rastros grande e desconhecido”, “saco de couro para conduzir água”, e “o que emerge ou surge” (talvez uma alusão ao rio Mipibu que nasce nos olheiros da Mata da Bica).

A Ordem Franciscana talvez tenha sido a mais presente na história do município. Foram os Capuchinhos, sob a batuta do frei Mauro de Lessano, quem iniciaram a construção da igreja matriz, por volta de 1740. A influência franciscana na aldeia Mopebu perdurou por quase todo o século XVIII. Foi nessa época, em 22 de fevereiro de 1762, quando a aldeia elevou-se à categoria de Vila. Somente em 16 de abril de 1845, a Vila de São José do Rio Grande emancipou-se como cidade de São José de Mipibu. Com Açú, São José dividiu as honras de se juntar a Natal e formar as primeiras cidades da província.

Junto com a emancipação do município, surgiu a feira, já com 164 anos. Ela percorre quarteirões no dia de sábado. E, se os produtos à venda não remontam tanto ao passado, com comércio de DVDs piratas e artefatos da modernidade, a feira ainda se mostra um retrato do ontem, de uma cidade que, apesar dos efeitos do progresso, procura preservar tradições e, nem de longe, vive apenas da festa de sua padroeira ou de seus forrós pé-de-serra.



Lembranças de abundância e decadência

Do velho Engenho Mipibu, localizado próximo ao rio homônimo, já perto de Nísia Floresta, só restou a chaminé, imponente, altaneira, como retrato dos tempos de produção abundante do açúcar bruto. A aposentada Mercês Arruda Sales, 85 anos, presenciou o antes e o depois dos engenhos. O local foi uma herança de seu sogro, José Henrique de Dantas Sales. Por ali, ela passou bons e maus momentos.

Mercês afirma ter chegado ao Engenho Mipibu na década de 50. Ainda alcançou

uma boa produção do açúcar. O Engenho durou até 1962, quando a lenha em volta do roçado – fundamental para as tarefas da moagem – acabou. Ela lembra daqueles tempos onde “era preciso coragem pra trabalhar.” Às 5 horas, cerca de 40 empregados já cortavam e plantavam a cana.

A abolição da escravatura já distava 60 anos. E São José foi dos poucos municípios potiguares a, na época da promulgação da Lei Áurea, se orgulhar de não ter mais nenhum escravo. Mas o trabalho com a enxa-

da e a foice nos canaviais, no transporte da cana e da lenha para o engenho, moagem e purga do açúcar durava até 23 horas. Os negros também eram responsáveis por ocupações outras que faziam funcionar a Casa Grande.

Mercês relembra do processo de moagem da cana: “Botavam-a na moenda. O caldo caía na tacha. Depois, ia se passando para outro recipiente. Tinha um resfriador, que era onde mexia, ficava açucarando. Quando dava o ponto, colocava nas fôrmas.” No outro dia, após cozinhado o mel do açúcar, o mel que escorria dos tanques era o mel de furo, matéria prima para a produção da rapadura, do melado, mel de engenho ou do açúcar mascavo. Mas ali, no Engenho Mipibu, ele era vendido mesmo em forma bruta, como o açúcar.

O Engenho Mipibu, hoje, é cercado de campos floridos, com espécies exóticas da fauna. O rio Mipibu, ali próximo, ainda garante terras de bom cultivo. Mas o apego de Mercês ao Engenho parece ter sumido com a lenha daqueles roçados. Ela afirma só ir ao Engenho hoje para resolver obrigações de manutenção, e parece apressada para ir embora para Natal, onde mora. “Foi um tempo bom. Por mim voltava tudo como era antes”, confessa.

Aposentado conserva Casa Grande

A Casa Grande do Engenho Lagoa do Fumo foi erguida em 1810 para ser a residência de Miguel Ribeiro Dantas, o Barão de Mipibu, seguramente um dos maiores latifundiários que já pisaram os chãos potiguares. O casarão ainda está lá, no povoado de Lagoa, entre o centro de São José e o povoado de Laranjeira dos Cosmes. Quase tudo na casa lembra os tempos antigos e rurais. A propriedade hoje é do aposentado Murilo Ferreira, 72 anos. Foi seu bisavô que comprou do filho do Barão de Mipibu e foi repassando como herança aos filhos.



Murilo fez questão de preservar ao máximo as características originais do casarão. É o que dá charme ao local. Já na entrada, mesmo a pessoa mais desatenta percebe um piso diferente, feito da argila do rio Mipibu. É semelhante ao tijolo branco. As telhas, geralmente as primeiras a serem trocadas, devido a degradação mais rápida, continuam lá. Murilo frisa que elas foram lavadas e recolocadas. Os armários ou as 18 janelas e portas do casarão também são originais. Os ferrolhos e chaves, desproporcionais aos comuns de hoje, atestam o fato. E as janelas e portas não ficam por menos.

É por isso que os quadros com imagens antigas nem precisam avisar que tudo ali é preservado ou que o local faz parte da história do município e do Estado. As divisórias entre os cômodos também completam a antiguidade da arquitetura. Os

banheiros eram em latrina e ficavam na parte externa da casa. Um dos ambientes era chamado “quarto das almas”. Corria um boato de que familiares do Barão morreram ali. No quarto vizinho, marcas de escavação no piso. Murilo conta que foi “gente atrás de dinheiro.” É que antigamente costumava-se enterrar baús com jóias e valores, as chamadas botijas. Não é difícil encontrar sinais de escavação em casas mais antigas.

No local onde funcionava o engenho, apenas uma das paredes continua em pé, ainda com a abertura em arcos. Logo atrás, ainda se percebe, mesmo coberto por matos, uma espécie de rego onde era escoado o caldo da cana. A bifurcação mais à frente, disse o filho de Murilo, Cláudio Luís, 42, era para separar o caldo do açúcar. O que sobrava servia como subproduto para o gado lamber.



Os originais licores dos monges beneditinos

Quem trafega pela BR-101, na altura do município de São José de Mipibu nem imagina que ali, à margem da estrada, no Mosteiro da Redenção, uma tradição milenar é preservada. A produção de licores pelos monges da ordem beneditina data do século IV. Eles foram os primeiros a experimentar, com sucesso, o uso de frutas, especiarias e álcool, decorrentes das experiências com ervas para fins terapêuticos. A variedade de sabores impressiona.

Os monges do Mosteiro da Redenção já produziram 50 tipos diferentes de licor. Antes da criatividade ou da sensibilidade e paciência do processo artesanal, a produção

Tempos de fartura. O lugar, no auge da década de 40, abrigava 67 famílias da região. Era costume se morar nas fazendas. Ainda sem o maquinário das usinas, precisava-se de gente para o trabalho na lavoura, numa terra de várzea, que favorecia o plantio. Hoje, são apenas três as famílias que moram no Engenho Lagoa do Fumo. A produção de açúcar, disse Murilo, durou até 1963.

Cláudio Luís tem visitado projetos de produção pelo Nordeste com a finalidade de captar idéias para reativar o velho engenho. O projeto, segundo ele, é para médio prazo. Por enquanto, o engenho continua a viver de sua história, da criação de gado de corte, da empolgação de Murilo Ferreira e dos papos informais na varanda.

de licores é obrigação. Periodicamente superiores da ordem beneditina visitam o Mosteiro para analisar o modo de vida dos monges. Uma das características fundamentais para a continuação do mosteiro é a auto-sustentação, geralmente conseguida com o comércio de licores e velas artesanais.

Com a tradição mantida no decorrer dos séculos, alguns licores tornaram-se mundialmente conhecidos e até foram industrializados, com o pagamento de patentes. Caso dos licores Benédicte, criado na França, no século XVI, e o Chartreuse, resultado da combinação engenhosa de 130 tipos de ervas e especiarias. Os monges do Mosteiro Redenção também criaram seu próprio licor. É o Galdete, fruto da combinação de dez especiarias e o mel de abelha. Com alguma relutância, o monge Bruno Ramos citou os ingredientes: gengibre, noz moscada, cravo, canela, casca de laranja, passas, camomila, alecrim e guaraná em pó. Um último segredo,

dom Bruno preferiu guardar entre as paredes daquele mosteiro.

O Mosteiro da Redenção é uma vasta granja de seis hectares. Em agosto, completa 6 anos. Além de dom Bruno, outros três monges, dois noviços e dois aspirantes completam o regime de clausura, oração e auto-sustentação. Dom Bruno explica que a variedade na produção de licores diminuiu, devido a preferência pelos licores de maracujá ao leite, capuccino, doce de leite e a prata da casa, o Galdete. Ainda assim, são produzidas cerca de 20 qualidades de licores ao mês. O preço varia conforme a sofisticação do processo produtivo e as garrafas. Mas fica sempre entre R\$ 4 e R\$ 20, cada garrafa.

O processo de produção é delicado e minucioso. Todas as etapas requerem paciência e alguma experiência. "A fruta deve passar um mês macerando no álcool. Tem ainda o processo com o mel e o açúcar. Aí misturam o cereal, a pinga e a essência. Depois vai dosando até dar o ponto certo", relata o monge, sabedor de que o "ponto certo" é conquista ímpar, singular, a ponto de se criar um licor com sabores próprios.

No mosteiro há ainda a produção artesanal de velas em larga escala. Feitas de parafina e ceras de carnaúba elas têm formatos e cores os mais variados. Detalhes minuciosos, fruto de paciência também milenar emprestam a peculiaridade necessária à peça. O comércio do produto é

feito entre as paróquias da Arquidiocese e leigos. A cada dois meses, cerca de 100 círios são produzidos.

Os monges também comercializam bolos de fruta. A produção é menor. Como os bolos não podem ficar armazenados por mais de uma semana, os monges precisam vender o produto de porta em porta, o que quebra a rotina de clausura. Ainda assim, eles insistem na produção e até guardam os segredos da receita, exclusiva aos monges da Ordem. Mas dom Bruno adianta que frutas cristalizadas, nozes, amêndoas e especiarias variadas estão na receita.



A cerâmica artesanal de Alberto Jobi

Alberto Jobi, 43 anos, é tímido, de poucas palavras. Dentro do galpão onde produz suas peças, ele escolheu a quina entre duas paredes como local de trabalho. Em sua frente, uma estante com uma pilha de artefatos. Parece querer se esconder. À mostra, para quem quiser ver e comprar, cerâmicas de variados tipos, tamanhos e cores, que ele faz questão de enaltecer. É a vida daquele ceramista estampada em cada canto de parede. Naquele lugar respira-se barro, argila e tradição.

Alberto aprendeu a torneirar o barro com sua mãe, Marta Jobi. Desde os 8 anos não faz outra coisa. São 8 horas diárias naquele canto de parede, ao lado do torno antigo, o mesmo de quando criança. Junto ao silêncio do lugar, apenas o barulho

leve do torno que, mesmo com a eletricidade, Alberto afirma preferir o manuseio antigo. E a cerâmica é atividade milenar que se mantém quase inalterável: obter a argila, moldar, secar e queimar. É nesse processo que ele produz santos, jarros, máscaras ou atende qualquer tipo de encomenda que tenha na cerâmica o seu formato.

A combustão é feita ali mesmo. Alberto conserva o forno a lenha na outra extremidade do cantinho onde trabalha. De tão alto, o forno parece uma chaminé dos velhos engenhos. Longe dos processos industrializados, as peças artesanais de cerâmica ficam mais duradouras. Feitas à mão e queimadas em forno, adquirem mais resistência. É que o trabalho com argila requer que sejam bem amassadas para compactar e eliminar bolhas de ar, que podem explodir dentro do forno, ou aparecerem rachaduras nas peças ao secarem.

Alberto é aquele artesão chamado oleiro, cada vez mais escasso ante o avanço da indústria em substituição ao processo

artesanal. Oleiro é quem trabalha no torno, na roda, a fabricar peças torneadas. E a roda de oleiro é invenção de antes de Cristo. Os modelos são variados. O de Alberto é dos mais simples. É movido por motor elétrico. Ele quem colocou. Mas viu que a regulação da velocidade pelo pedal, como um acelerador de carro, funcionava melhor, e assim preferiu. É um método raro hoje em dia.

Observando Alberto trabalhar pensa-se que a introspecção é qualidade necessária e fundamental à atividade. E talvez seja. Para se apropriar dessa técnica são imprescindíveis a tranquilidade e o equilíbrio para o ato de torneirar. Dedicção e prática são necessárias em quase todas as profissões, mas para o oleiro, o caminho à perfeição é longo. Dar forma a uma porção de barro usando-se das mãos e, no caso de Alberto também uma pedra sabão, é tarefa minuciosa e precisa.

Uma única porção de argila é colocada no centro de um prato giratório. Com os dedos posicionados, externa e internamente, levantam-se as paredes da peça na forma desejada. A descrição é simples, mas a habilidade é conquista complexa e



sutil. Alberto trava quase uma conversa com o objeto. É criador e criatura. Às vezes, parece uma discussão. É quando o oleiro precisa usar a força para centrar a massa disforme de argila. Mas logo vem o equilíbrio, onde ele deve tocar delicadamente a peça, pois ela está amolecida pela umidade.

A harmonização desses opostos, o sentir, a linguagem corporal, a transposição da

idéia ao objeto bruto, o instinto, é um reencontro com a linguagem corporal antiga, perdida ou quase desaparecida nas grandes cidades ou na modernidade. Amparado nessa nova atmosfera moderna e mutante, fica a questão: será a cerâmica uma forma de arte ou de artesanato?

"Coreto Cultural" leva o povo à praça

O arte-educador e mobilizador cultural, Tássio Guilherme, 31 anos, resolveu balançar, literalmente, o coreto e, para isso, instituiu a "cultura" como palavra de ordem. Ele é um dos idealizadores do projeto Coreto Cultural, que segue para sua 8ª edição. O Coreto reúne, no último domingo de cada mês, artistas das mais variadas estirpes e realiza uma mostra da cultura popular mipibuense. O local é sempre a Praça Desembargador Celso Sales, no centro da cidade.

Música, artes plásticas, recitais de poesia, artesanato, danças folclóricas... Mais de 20 artistas já participaram. Muitos são presenças constantes no evento, que reúne cerca de 500 pessoas na praça, em cada edição. A iniciativa partiu da pura vontade de agitar a cultura da cidade e dar visibilidade ao trabalho dos artistas. O evento tem servido ainda de incentivo a pesquisadores da cultura popular local, como Pedro Freire, Amauri Freire e José de Arimatéia, que há três anos tentam resgatar a tradição das danças folclóricas do município.

Ainda sem articulações sólidas para realizar o evento, os dez coordenadores do Coreto Cultural enfrentam novos desafios a cada edição. Desde o início foi



assim, quando Tássio olhou para a Praça Celso Sales, mal cuidada, e resolveu transformar um domingo comum em atração local. Os recursos para o primeiro Coreto vieram da ajuda do pai de Tássio, dono de comércio. As atrações foram as alunas do Balé da Cia. Corpo Escola de Dança, do Centro Experimental das Artes, dirigido por Tássio, além de apresentações de hip-hop, capoeira e recitais de poesia. A atração musical ficou a cargo da cantora Ângela Freire.



Pastoril tenta se reerguer

Maria da Piedade, 49 anos, lembra das velhas “brincadeiras” nas praças e pátios das igrejas. Os autos, as lapinhas ou sua irmã profana, o pastoril (folguedo trazido pelos jesuítas) eram diversões comuns na São José de décadas atrás; entretenimentos que foram se apagando, se não da memória de Maria da Piedade, do cotidiano natalino da cidade. Há três anos, Maria da Piedade recebeu um convite para formar novamente um grupo de pastoril. Ela iria agora “relembrar os tempos de solteira; da meninice”, e aci-

ma de tudo, repassar seus conhecimentos e lembranças valiosas aos mais jovens.

O grupo de pastoril está formado e já integra as mostras culturais do município. A idade dos brincantes varia: são jovens e adultos. Mas são poucos. Maria da Piedade reclama e alerta que “um dia vai acabar”. É que, segundo ela, os tempos mudaram. “Antes todo mundo brincava; era nossa diversão aqui. Hoje, a gente chama os jovens e eles têm vergonha de brincar”. E Maria desata os entretenimentos que seduzem os jovens de hoje; modismos trazidos pelo progresso, pelos novos tempos, que modificaram

Se a evolução, a cada edição do Coreto tem sido gradativa, as metas dos coordenadores continuam ousadas. Eles querem transformar o evento em um projeto cultural, com estrutura física assegurada, patrocinada pela iniciativa privada; assessoria de comunicação e um produtor cultural à frente para articular atrações de peso. “Não queremos dinheiro ou apoio político. Se conseguimos tocar o Coreto até hoje sem apoio, não vai ser agora que iremos atrás”, diz Tássio.

pensamentos e já emolduram uma nova realidade.

Quando da apresentação do grupo, percebe-se uma fala verdadeira nos cantos simples, uma identidade ainda presente e revigorante aos que assistem. “Pastoril não é brincadeira ultrapassada porque é cultura. E cultura num é essa coisa de moda, não”, comenta Maria da Piedade.

Foto: Amauri Freire



Associação resgata o bambelô

Junto com o pastoril, a lapinha e o boi-de-reis – Câmara Cascudo escreveu que os melhores bois que se apresentavam em Natal eram trazidos dos engenhos de Ceará Mirim e São José –, o bambelô é dos folguedos mais tradicionais de São José de Mipibu; está fincado em suas raízes negras, quando das apresentações costumeiras nos engenhos de outrora. Pouquíssimos grupos ainda restam no Rio Grande do Norte. Não chegam a cinco. Graças ao trabalho de resgate da Associação Cultural Cajupiranga e de

seu presidente Amauri Freire, a dança de bambelô ressurgiu em São José.

E a ajuda da Associação por pouco não veio tarde. Os velhos mestres do folguedo foram morrendo sem que ninguém se preocupasse em aprender os passos do bambelô. Joquinha Coveiro e Perninha foram alguns deles, que se foram carregando toda uma cultura. Em 2002, por iniciativa de Amauri Freire e colaboradores, realizou-se na cidade o I Festival de Cultura Popular, com apresentações no Largo da Gruta, de grupos de pastoril, fandango, boi, etc. Porém, todos eles

trazidos de outras cidades, como Nísia Floresta e Canguaretama. É que os grupos de São José tinham sumido, embora fossem “brincadeiras” tradicionais do município em épocas antigas.

O Festival serviu, no entanto, para reacender a memória das tradições da cidade e despertou o interesse em trazer de volta os velhos folguedos. Numa empreitada firme, carregada de bons propósitos, Amauri conseguiu localizar, em 2003, Mestre Paraguai, o único remanescente do bambelô de São José de Mipibu e um dos poucos do Estado. O grupo de bambelô da cidade, hoje com 22 integrantes, está apto a levar adiante a tradição do folguedo. As apresentações nos Festivais de Cultura continuam. O último evento contou com a presença do folclorista Deffilo Gurgel. Amauri frisa que sua meta agora é trazer de volta os grupos de coco de zambê, e já iniciou suas pesquisas.

E para não deixar esquecer as velhas cantigas do boi-de-reis, o pesquisador das histórias e cultura de São José, Pedro Freire, segue cantando o jaraguá (um dos cantos que integram o boi-de-reis) dentro de casa, para manter a memória fresca. “Eu canto pra não esquecer. E minha mulher pensa que eu estou doído”.

O choro de Paizinho junta gente

Os grupos de choro já estão longe das características que o criaram, nas primeiras décadas do século passado. Alguns mantêm a cadência do ritmo, as melodias choradas, sob a égide das flautas e sua harmonia doce. É o caso do grupo de choro de São José de Mipibu, que tem à frente o músico Lídio Pessoa Leão, o conhecido Paizinho. Há seis anos, ele e mais sete amigos se reúnem às sextas-feiras na praça central do município, em frente ao átrio da igreja matriz, para tocar para aqueles de bom gosto e ouvido. O grupo também visita os palcos dos eventos municipais. E embora o chorinho seja a paixão maior dos integrantes, o repertório também passeia por pagodes e músicas comerciais do gênero, tudo para agradar a mocidade, que aglomera-se nas sextas-feiras para ouvir o choro de Paizinho.

Foto: Amauri Freire





Boi-calemba e Araruna estudantis

Nos interiores do Rio Grande do Norte é fácil encontrar iniciativas que visam resgatar a cultura popular dos municípios com projetos junto às escolas. Em 2003, dois grupos foram formados em São José de Mipibu, para participar do projeto do Governo do Estado, "Mostra de Cultura Popular na Educação", apresentado no Ginásio Machadinho, em novembro daquele ano. São os grupos de Araruna e Boi-Calemba, que misturam estudantes das escolas estaduais e municipais de São José.

É inegável a boa intenção de pessoas como o mobilizador cultural José de Arimatéia na tentativa de resgate de folguedos e da identidade cultural do município. Mas a falta de apoio adequado a estes grupos, como ressalta o folclorista Deífilo Gurgel, acaba por descaracterizá-los. Os 20 casais que formam o grupo de Araruna, ou os outros 20 do Boi-Calemba, também enfrentam dificuldades. Muitos gastam do próprio bolso a compra do figurino.



Os casarios e monumentos de Estelo

O artista plástico José Estelo da Silva, 52 anos, ou simplesmente Estelo, como assina em suas telas primitivistas, é um destes artistas natos, que nasceu mesmo para criar, modificar, documentar. À primeira vista seus quadros até beiram a superficialidade. Mas por trás daquelas cores e traços há uma pesquisa profunda da história e dos retratos estéticos de São José de Mipibu; matizes singulares de cores que procuram retratar e, principalmente, documentar a São José antiga, eternizando seus monumentos nos campos lúdicos da arte.

O trabalho realizado por Estelo, além de artístico, é uma importante fonte documental da cidade de São José e também de casarios e monumentos históricos já demolidos, destruídos ou que apresentam, hoje, os desgastes do tempo. Ele também já pintou a Natal antiga, lançou seu olhar sob outros cenários longe de sua cidade. Suas exposições, como frisa, não só resgatam o passado, como também funcionam como alerta e crítica à falta de memória e cuidado com a riqueza representativa dos patrimônios históricos.

Estelo iniciou-se no caminho da arte em 1976, por um caminho bem diferente do traçado hoje: começou pintando edi-

fícios modernos com lápis de cor. Isso até o proprietário da Galeria de Artes, Antônio Marques de Carvalho descobrir seu trabalho. "Ele disse estar precisando de alguém para pintar com pincel. E me recomendou pintar os monumentos antigos", lembra Estelo.

E o artista afirma que continuará com esse trabalho de resgate e perpetuação dos retratos do passado. Até hoje foram dez exposições. Dessas, cinco só em Natal. A última foi no Aeroporto Augusto Severo. A inspiração ou os modelos para seus quadros, Estelo diz colher de jornais, fotografias e livros, ou do silêncio da madrugada, hora em que gostar de pintar.

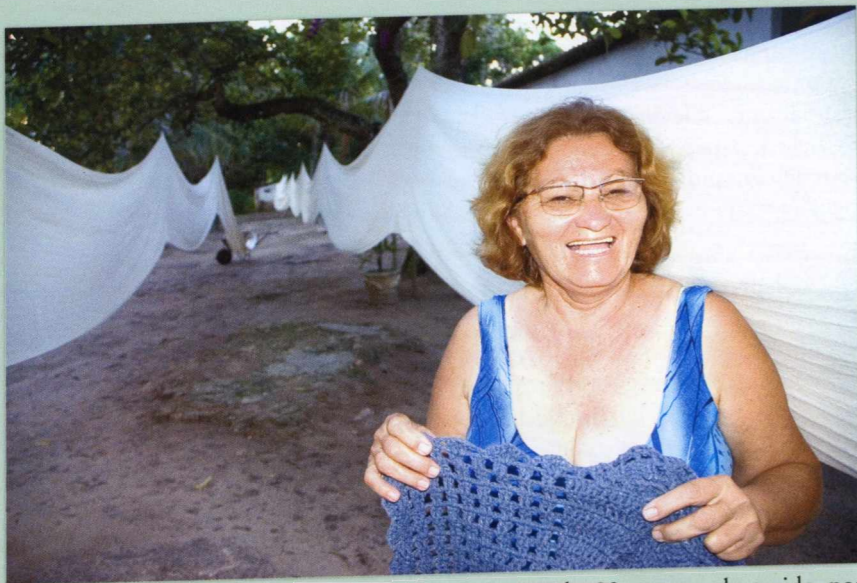


As engenhocas do tecelão Josias

Rotorcedeira, bobinadeira, espuladeira, urdideira... São todas máquinas desconhecidas aos que não praticam a arte da tecelagem. Além do mais, muitas delas possuem mais de 100 anos. E sendo assim, alguns artesãos também desconhecem. É que Josias Alcântara da Silva se valeu de seus conhecimentos em mecânica e inventou de montar peça por peça essas geringonças. Algumas têm uns 5 metros de extensão. Quem vê pensa que dali não se produz nada. Engano. O sustento da família sai dessas máquinas ou das mãos pacientes da artesã Maia Conceição de Lima Alcântara, 57, sua mulher.

Ao contrário do artesanato ou das artes produzidas em São José de Mipibu, que lembram os tempos de engenho, quem entra na sala de máquinas se depara com um cenário que remonta ao início do período industrial. Uma máquina inglesa que ele possui tem 140 anos. Josias chegou a montar uma sozinho. É a maior dentre elas. A criatividade e conhecimento usados na montagem são dignos de gênio. Dessa máquina, Josias empregou paus de vassoura, tampas de garrafa, pedaços de cano, até um contador para marcar as voltas dadas pelo disco de celeron ele colocou. Tudo vindo de sucata. E se é a maior e a mais curiosa máquina, é também das mais produtivas. É nela onde são feitos os carretéis, para então serem levados à outra máquina onde são produzidos os tecidos.

A produção de camisas, toalhas, lençóis, almofadas, feitas de tecido ou crochê pela família Alcântara, abastecem toda a São José de Mipibu. Mas a maior parte é vendida em Na-



tal, para de lá serem exportadas. E pensar que toda essa produção de tecidos é fruto da necessidade, que virou criatividade e que virou produto... Quando Josias foi demitido do cargo de supervisor de manutenção, em uma empresa de fiação de Natal, em 1986, por não ter curso superior, voltou para São José. Foi quando começou a montagem das máquinas.

produção de 20 metros de tecido por hora, em apenas uma das máquinas. Mas quantidade também não é sinônimo de qualidade para Josias e, principalmente, para dona Maria Conceição. É por isso que da cadeira de balanço de sua varanda, seus dedos continuam a fiação e os entrelaçados de fios e linhas do crochê, trabalhando no mesmo ritmo das engenhocas de Josias.

Com um gasto mínimo, Josias montou uma pequena fábrica de tecidos, com



Arlindo, o poeta hippie

O poeta Arlindo Izaías de Macêdo, 54 anos, é daquelas pessoas que com o pouco se satisfaz. Aliás, com muito: muita paz, muita liberdade, muita poesia e muito verde. É poeta, sim, e talvez por isso guarde também suas tristezas e melancolias. É que ao poeta, as decepções e angústias parecem critérios para o ofício. “Poesia é alimento; é um tônico que alivia as seqüelas da vida”, diz Arlindo.

E uma das decepções que guarda foi a tiragem de apenas 100 cópias de seu livro *A Sombra da Catanduva*, bancado pela prefeitura. No livro, uma pequena bio-



grafia de Arlindo. Não tem dez linhas. É que o poeta escondeu muito de sua trajetória. Ela pode ser vista é no “cantinho” onde mora, identificado logo na entrada com uma placa em madeira: “Escaninho do Poeta”.

O local fica às margens da BR-101. É uma espécie de mini-granja, onde Arlindo planta frutas variadas e até exóticas, como a araticum. O terreno foi herança do pai. O poeta mora ali há 11 anos. O bairro é chamado Quebra Fuzil. O “Escaninho” diz muito de Arlindo. Em cada canto alguma peça chama atenção. São troncos pintados e transformados em peças artesanais, bonecos em escultura, artefatos e miudezas variadas, coloridas. E tudo está à mostra. A fachada do local é cercada apenas por arames farpados. Assim também é Arlindo, sempre solícito e aberto a mostrar sua poesia, seu trabalho e sua vida.

O quarto, montado com madeira e telhado de zinco, pintado em cores psicodélicas e à sombra de uma mangueira, tem aproximadamente seis metros quadrados. É apertado e aconchegante; quase todo forrado com carpetes, onde estão pregadas figuras, fotografias, pôsteres e até os cabides onde o poeta pendura suas roupas. Nas prateleiras, outra variedade de objetos. Um quadro com a estampa de Jimi Hendrix tem a frase “Eu vivo o hoje”. É mais ou menos o que faz Arlindo. Mas ele guarda também recordações boas de um passado meio hippie.

Nos anos 70, Arlindo, que já guarda uma aparência “raulsexista” empreendeu uma caminhada até o Triângulo Mineiro. “Fui só pra conhecer”. E sem carona, o poeta chegou lá. Comenta o caso como se não fosse lá coisa estranha para ele, pelo menos naquela época. Ele conseguiu cumprir sua missão com ajudas

que recebia no caminho. É como vive ainda, agora no caminho mais longo da vida. Seus irmãos o ajudam no sustento. Aqui e acolá, recebe doações de outros mais. Ainda assim, falta o incentivo para publicação de seu novo livro de poesia.

Sua receita de vida está sintetizada na frase: “sou limpo, honesto, sofredor e çalado”. Mas há uma outra, do escritor Erasmo de Roterdã, pregada no carpete do quarto que descreve melhor a filosofia do poeta: “Com tais ninharias é que se aumenta um enorme e poderoso animal chamado povo”. 📖

Livros

Carlos Magno Araújo

carlos_magno_araujo@yahoo.com.br

Um mês recheado de bons lançamentos literários na terrinha, entre os quais destaco os dois de Oswaldo Lamartine, *Apontamentos sobre a faca de ponta* e *Carta da Seca* - este, não escrito por ele, mas organizado.



Explico: no final dos anos 40, José Gonçalves Pires de Medeiros (por favor, procurem o livro que Lenine Pinto escreveu sobre José Gonçalves), então deputado estadual pela UDN, encontrou uma carta no lixo, em Acari. Era de um cidadão que assinava "O Velho Targino Pires Pereira" e dirigida a Antônio Pires Galvão, liderança política local.

O interessante é que nunca se soube quem, de fato, foi Targino Pires Pereira. Lamartine, conhecedor não só das coisas do sertão, mas de boa parte da árvore genealógica que se formou no Seridó a partir de seus primeiros habitantes, empreendeu busca e... nada.

O autor, portanto, permanece misterioso. E a carta finalmente vem à luz, quase 60 anos depois, com notas e explicações de Lamartine. A tal carta da seca, que é o que importa, é uma crítica aos poderosos da época, um protesto contra os que se beneficiam da estiagem e um retrato do sofrimento, visto do ponto de vista de alguém, aparentemente, vítima da seca. A edição é do Sebo Vermelho. Livrinho pequeno, 50 páginas, mas fundamental.

FACA



Apontamentos sobre a faca de ponta, o outro livro de Oswaldo Lamartine, é o maior estudo de que se tem notícia sobre os tipos de faca utilizados pelos sertanejos. O texto ímpar de Oswaldo, tipicamente sertanejo, faz também uma análise antropológica, e sociológica (por que não?), do homem do sertão e do uso que faz destes instrumentos. É um relançamento. A primeira edição, esgotadíssima, era dos anos 70. Também é do Sebo Vermelho.

CRÔNICA



Diógenes da Cunha Lima, presidente da Academia Norte-rio-grandense de Letras, chega com dois livros. O primeiro, *Sob um olhar azul*, é uma biografia sentimental de seu pai, também Diógenes da Cunha Lima, com depoimentos, reprodução de cartas e fotografias. O segundo, um trabalho em que se revela bom cronista, é *O trem da minha vida*. Ambos foram editados pela Lidador, do Rio de Janeiro.

BALAIÃO

O *Almanaque do Balaio*, de Moacy Cirne, celebra 20 anos de um "zinepanfleto". É a segunda coletânea que o autor faz de suas crônicas, críticas e comentários, muitos dos quais sobre cinema e

literatura. O *Balaio Incomum* circulava, principalmente, no Rio de Janeiro, onde Moacy, estudioso dos quadrinhos, ensinava Comunicação na Universidade Federal Fluminense. Foi editado pelo Sebo Vermelho.

BOLA



O jornalista Everaldo Lopes lançou *Da bola de pito ao apito final*, maior pesquisa já publicada sobre a história do futebol potiguar. Reuniu tudo: os campeões, os artilheiros, os melhores jogadores, a histórias dos clubes, dos estádios... Excelente trabalho. A edição é do próprio autor.

ROMANCE



Pelos Correios chega "Verás que um filho teu não foge à luta", romance do potiguar de Ipueira, Tarzan Leão, que mora em Paracatu-MG. Tarzan Leão também tem livros de contos e poesia editados. "Verás que um filho teu não foge à luta" narra, sobretudo, a busca de um homem por uma razão de viver e o renascimento da esperança que há muito havia desaparecido e que ele julgava morta. A obra pode ser adquirida no seguinte endereço: Mansarda dos Leões Editora - Travessa E, 37, Vila Mariana - Paracatu-MG - CEP. 38600-000. O e-mail do autor é tarzan@ada.com.br



O jornalista potiguar Klécio Henrique, hoje radicado em Brasília, onde cobre o Congresso Nacional, e envolvido com o cinema, uma paixão desde sempre, fala de seu livro *Do cordel às telas*, editado pela Imprensa Oficial de São Paulo, na coleção Aplauso, uma biografia do ator José Dumont:

Após pôr o ponto final em *Do cordel às telas*, qual foi a maior descoberta sua sobre José Dumont?

Muito além da imagem estereotipada de ator-feito-para-fazer-nordestinos-ou-papéis-de-pessoas-à-margem, encontrei um ator que fez poesia nestes personagens (pouco vista pela mídia que o enxerga apenas como "o nordestino do cinema brasileiro") e um pensador da sociedade brasileira. O que me chocou

foi ver como o Brasil maltrata seus artistas. Dumont vive num quarto-e-sala no Rio. É todo seu patrimônio em 28 anos de carreira. Fora da televisão, sobrevive de bicos. Quando falta trabalho, faltam feijão e arroz no prato. Infelizmente, não é exceção entre os grandes atores brasileiros.

Um autor nordestino, jornalista, escrevendo sobre um ator nordestino. O Nordeste anda em alta de novo?

O Brasil e suas regiões estão em alta. O Nordeste, especificamente, nunca estará em baixa dada à riqueza da sua cultura e história. Não há globalização que destrua isso. Precisamos é valorizar mais essas nossas raízes (sem fanatismo). Não fechar os olhos para fora, mas reconhecer o rico material que temos e levá-lo ao público em livros, filmes, peças, etc...

Que outros nordestinos, na sua opinião, dariam um livro?

Há tantos grandes nordestinos que, confesso, tenho dificuldade de responder. A lista seria infinita. No cinema, uma história que me atrai bastante é a de Othon Bastos (o Corisco de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*), baiano de Tucano, que esteve com a turma do Cinema Novo e permanece em plena atividade na televisão, cinema e teatro.

O cinema tem retratado a cultura do Nordeste com fidelidade?

O retrato é mais fiel quando o diretor tira o peso da 'fidelidade' da cabeça. O *Homem que Virou Suco* (João Batista de Andrade) foi feito por um mineiro. Retratou tão bem a realidade dos migrantes em São Paulo que perguntaram de que estado do Nordeste o cineasta era. O recente *Cinema, Aspirinas e Urubus* (Marcelo Gomes) coloca a caatinga como cenário e faz de um banal encontro de um alemão com um sertanejo uma história bem contada e boa de se ver. Às vezes, a busca pela fidelidade resulta em uso exagerado dos nossos signos, banalizando-os e afastando - em vez de atrair - o público.

É verdade que depois do livro, você ganhou, além de um amigo, um padrinho de casamento?

José Dumont não foi padrinho, mas torço para que ele apadrinhe meus projetos. Topou participar do curta de animação que desenvolvo com uma universidade pernambucana (o teor ainda é segredo) sobre episódio da história potiguar. Se tudo der certo, teremos o filme pronto até o final deste ano. Dumont será o narrador.

P.S.

▶▶▶▶ Cerca de 15 dias depois de me entregar a Palavra da Casa, o escritor François Silvestre pediu exoneração do cargo de Presidente da Fundação José Augusto. Alegou motivos pessoais para deixar a função, que exerceu durante três anos e quatro meses com paixão e abnegação totais. Fez muito pela cultura do Rio Grande do Norte e pela Fundação José Augusto. E entre suas realizações figura a revista Préá. Da concepção do nome à linha editorial. Mas não ficou só nisso. Desde o princípio foi o principal incentivador da equipe e a Préá sempre foi uma das suas maiores prioridades. Gostava de acompanhar de perto o dia-a-dia da revista, sugeria nomes para entrevistas e reportagens, sempre com a preocupação de termos uma revista cada vez com mais qualidade. Enfrentava tudo e todos pela Préá. Nunca deixou faltar nada para que a revista chegasse aos leitores. Certa vez a equipe precisou viajar para o interior e naquele dia não havia recursos para a viagem. Levei o problema ao conhecimento dele, que, na minha presença e na de Gustavo Porpino, perguntou quanto era necessário. Informamos. Ele pegou o seu talão de cheques e preencheu com a quantia que dava para bancar a viagem. Nunca soube de ele ter pedido para ser ressarcido. Os dias que a revista passava na gráfica eram um sufoco para mim. Ele me ligava todos os dias querendo saber notícias, reclamava da gráfica, pedia que ligasse e cobrasse mais agilidade.

▶▶▶▶ Generosidade, coragem e honestidade são marcas de François. Cito apenas essas três porque são virtudes menos públicas e que ficamos conhecendo quando convivemos mais de perto com a pessoa. Em *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*, o filósofo francês André Comte-Sponville, lista as 18 grandes virtudes que devem ser cultivados pelo ser humano. Entre elas, figuram a generosidade e a coragem. A oitava virtude abordada por ele no livro é a generosidade. Sobre ela diz: "...a generosidade, como todas as virtudes, é plural, tanto em seu conteúdo como nos nomes que lhe prestamos ou que servem para designá-la. Somada à coragem, pode ser heroísmo. Somada à justiça, faz-se equidade. Somada à compaixão, torna-se benevolência. Somada à misericórdia, vira indulgência. Mas seu mais belo nome é seu segredo, que todos conhecem: somada à doçura, ela se chama bondade." François é um homem bom.

▶▶▶▶ Como quase todos sabem, ocupo na FJA um cargo precário em comissão e quando da mudança de Governo, em 2002, fui exonerado e depois chamado por François para continuar no cargo de Assessor de Imprensa e desenvolver um novo projeto, que seria a Préá. Outros amigos também intercederam para que eu continuasse, mas a decisão final foi dele. Passou por cima de uma pequena rusga literária entre nós, motivada por uma crítica minha à inserção de um poema seu num livro organizado por Manoel Onofre Júnior. Episódio menor, claro, mas na província é motivo suficiente para anos e anos de mágoa e até mesmo intriga. Outro fosse, dificilmente teria mantido em dois cargos centrais na FJA.

▶▶▶▶ Esse é o François com quem eu convivi durante três anos e quatro meses. Confesso que logo que recebi a Palavra da Casa desta edição, fiz uma leitura apressada, e não pressenti o seu tom de despedida. Se fosse menos leso, teria

também percebido que a reunião que ele fez com todos os funcionários, uns vinte dias antes de deixar o cargo, já era uma despedida. Na reunião, François pediu para que os funcionários defendessem a Fundação José Augusto dos ataques que vem sofrendo nos últimos dois meses. A instituição não pode ser penalizada pelos erros de uma minoria, alguns comprovadamente inocentes, e pelos quais eu ponho as duas mãos no fogo.

▶▶▶▶ Confesso que a saída de François me pegou de surpresa. Restou uma sensação de desolação e incerteza em toda a Fundação José Augusto. É tudo muito triste! E eu espero, sinceramente, François, que nos encontremos mais adiante, numa das esquinas de uma rua qualquer, como você faz referência na sua última Palavra da Casa. Espero que seja uma rua boa. Mas se não for, a enfrentaremos de qualquer jeito, com as únicas armas que sabemos manejar: a palavra escrita. A você, obrigado por tudo.

▶▶▶▶ Para o lugar de François a governadora Wilma de Faria nomeou a professora universitária aposentada Isaura Rosado. Isaura, que já foi secretária-adjunta da Educação no atual Governo, ocupava o cargo de coordenadora do Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza, da FJA. É mossoroense, formada em Ciências Sociais (UERN), mestra em Educação (UFCE) e doutora em Sociologia da Educação pela Universidade de Salamanca (Espanha). Foi presidente do Conselho da Mulher e das Minorias, e Presidente da Fundação Capitania das Artes, no segundo mandato de Wilma de Faria na Prefeitura de Natal. A nova Presidente da Fundação José Augusto concebeu e executou os projetos Auto da Liberdade, Chuva de Balas no País de Mossoró, e o Auto de Natal.

Até a próxima!

Fausto Costa

F. O. Z. 01/06

Sua impressão pra "ontem".

Nosso relacionamento pra sempre.

Rapidez e qualidade no atendimento são palavras de ordem na Gráfica Moura Ramos. Para estreitar os laços e construir um relacionamento fiel e estável com o cliente, a Moura Ramos melhorou ainda mais seu modelo de atendimento, com um novo telefone, uma central de orçamentos e um site totalmente funcional.



MOURA RAMOS
GRÁFICA EDITORA

João Pessoa - PB (83) 3015.4000

Recife - PE (81) 3229.1764

Natal - RN (84) 3202.3851

Maceió - AL (82) 3337.5290

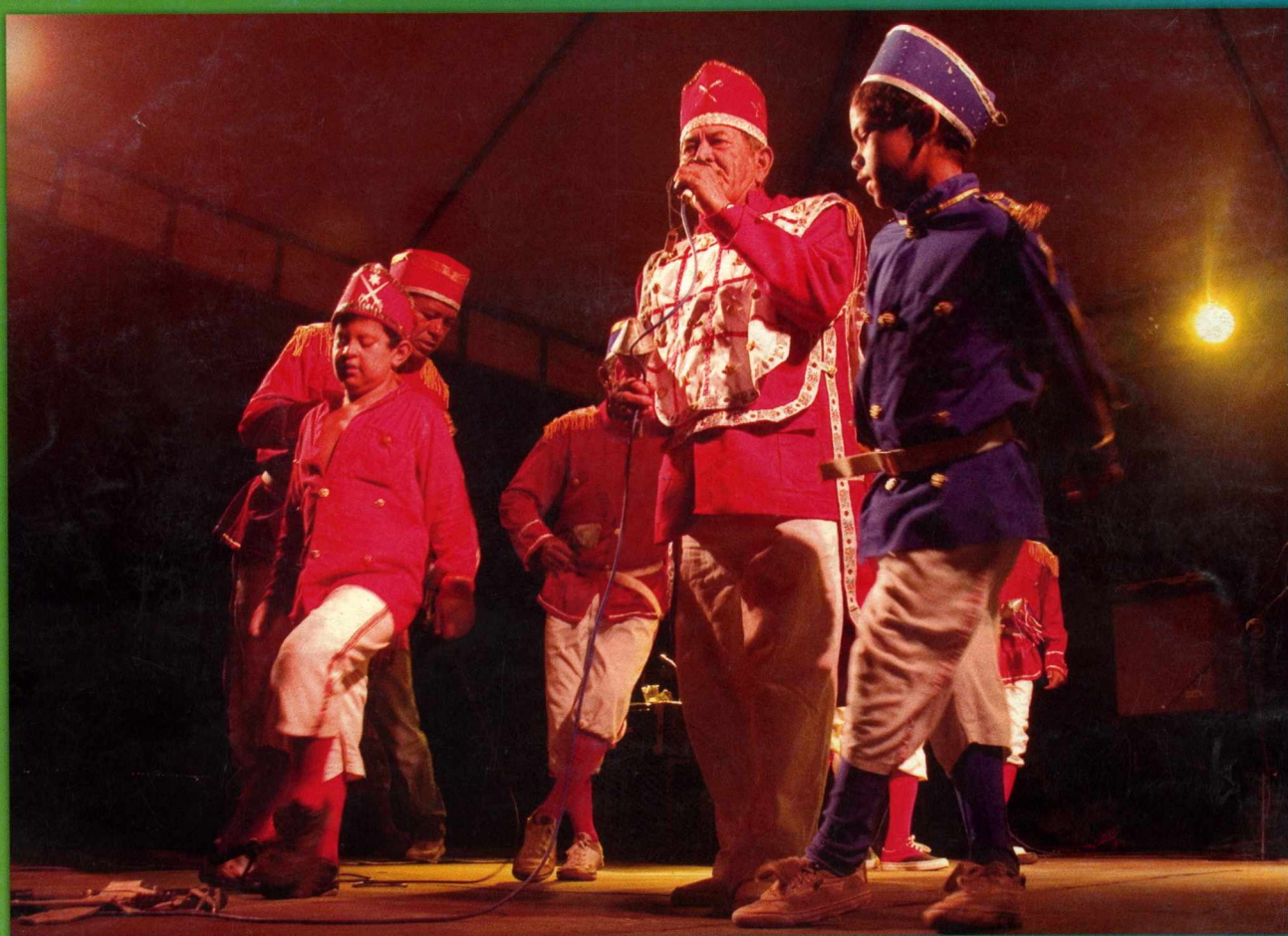
orcamento@mouraramos.com.br

www.mouraramos.com.br



XII Congresso Brasileiro de Folclore

Conferências, mesas redondas, grupos de trabalhos, oficinas, cursos de atualização em cultura folclórica e apresentações



Promoção:

Comissão Nacional de Folclore

Realização:

Comissão Estadual de Folclore

Patrocínio:

Governo do Estado, através da
Fundação José Augusto

Apoio:

IHGRN, ANL, Prefeitura do Natal, UFRN,
UNP, Faculdade Câmara Cascudo, UERN, UVA,
FARN, FACEN, FAL, FACEX, CEFET, UERN,
FANEC, Faculdade Nossa Senhora das Neves

1 a 4 de agosto de 2006

TEMA: Folclore e turismo: cenário de inclusão social

HOMENAGEM: Luís da Câmara Cascudo

Local: Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-Natal-RN)

Informações: E-mail: 12folclore@yahoo.com.br

Telefone: (84) 3232-5341